



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Vozes de Cachoeira Porteira: o que a experiência quilombola revela sobre os desafios e aprendizados de um projeto de carbono em território tradicional na Amazônia

NAZARÉ PAULISTA

2026

Vozes de Cachoeira Porteira: o que a experiência quilombola revela sobre os desafios e aprendizados de um projeto de carbono em território tradicional na Amazônia

Por
Giulia Della Monica

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO: Prof Dr Laury Cullen Jr, Prof Dr Roberto Hoffmann Palmieri, Prof Dr Claudio Benedito Valladares Padua

Trabalho final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA, 2026

Sumário

RESUMO	4
ABSTRACT	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	8
2.1 Objetivos específicos	9
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
3.1 Avaliação de Impacto Social em Projetos de Carbono	15
3.1.1 Diretrizes Centrais para Proponentes de Projetos	17
3.1.2 Teoria da Mudança	19
3.1.3 Ferramenta para Avaliação de Impacto Social	21
3.2 Governança em Territórios Coletivos	22
3.2.1 Transparência	25
3.2.2 Participação e Engajamento Comunitário	28
3.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios	32
4. MATERIAIS E MÉTODOS	39
4.2 Etnografia	39
4.2.1 Dados Secundários	39
4.2.2 Estudo de Caso	39
4.2.3 Sujeitos de estudo	41
4.2.4 Código de Conduta	43
4.2.5 Benefícios e Riscos da pesquisa	44
4.3 Coleta de Dados	45
4.3.1 Entrevistas	45
4.3.2 Observação Participante	45
4.4 Análise de dados	46
5. O CASO: PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE CACHOEIRA PORTEIRA	47
6. RESULTADOS	53
6.1 Análise das entrevistas	53
6.1.1 Impacto Social	56
6.1.2 Governança	66
6.1.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios	85
7. DISCUSSÃO	96
7.1 Impacto Social	98
7.2 Governança	101
7.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios	104
8. CONCLUSÃO	106
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

RESUMO

Nos últimos anos, o mercado de crédito de carbono brasileiro tem enfrentado uma crise de integridade, impulsionada por diversos fatores, entre eles a ocorrência de impactos negativos para povos e comunidades tradicionais. Diante desse cenário, esta pesquisa buscou compreender alguns dos desafios enfrentados por projetos desenvolvidos em territórios tradicionais na Amazônia. Para tal, o projeto de carbono com certificação VERRA CCB Ouro desenvolvido na comunidade quilombola de Cachoeira Porteira foi selecionado como estudo de caso, para observação em campo e escuta das perspectivas dos quilombolas. Cabe destacar que a pesquisa foi baseada em um único estudo de caso, o que limitou possibilidades de generalização, considerando toda a diversidade dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCT) da Amazônia no contexto da legislação brasileira. Ainda assim, busca-se identificar desafios e aprendizados que possam orientar outros projetos de carbono com comunidades tradicionais na Amazônia, que almejam garantir impacto socioambiental positivo e duradouro.

Palavras-chave: projetos de carbono, comunidades tradicionais, impacto social, mecanismo de repartição de benefício.

ABSTRACT

In recent years, Brazil's carbon credit market has faced an integrity crisis driven by multiple factors, including negative impacts on traditional communities. Against this backdrop, this research seeks to understand some of the challenges encountered by projects implemented in traditional territories in the Amazon. To this end, a carbon project with CCB Gold certification in the quilombola community of Cachoeira Porteira was selected as a case study, involving field observation and listening to the perspectives of quilombola community members. It is important to highlight that the research is based on a single case study, which limits the possibilities for generalization, considering the diversity of Indigenous Peoples and Traditional Peoples and Communities (PIPCT) in the Amazon within the context of Brazilian legislation. Nevertheless, the aim is to identify challenges and lessons learned that can guide other carbon projects with traditional communities in the Amazon, which seek to ensure a positive and lasting socio-environmental impact.

Keywords: carbon projects, traditional communities, social impact, benefit-sharing mechanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica dos benefícios líquidos positivos esperados de projetos validados pelo CCB

Figura 2 – Modelo de Desenvolvimento Territorial e Gestão Integrada

Figura 3 – Mapeamento do Território Quilombola de Cachoeira Porteira - Alto Trombetas, Oriximiná - Pará

Figura 4 – Zona do projeto, área do projeto e arredores

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Assembleia Geral da comunidade de Cachoeira Porteira

Foto 2 – Sala da diretoria da AMOCREQ-CPT

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Definições de termos relacionados à repartição de benefícios

Tabela 2 – Dados sociodemográficos dos(as) entrevistados(as)

Tabela 3 – Categorização dos dados coletados nas entrevistas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOCREQ-CPT Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos de Cachoeira Porteira

CPT Comunidade Remanescente de Quilombos de Cachoeira Porteira

CCB Climate, Community & Biodiversity

REDD+ Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

SBIA Social and Biodiversity Impact Assessment

ITERPA Instituto de Terras do Pará

1.INTRODUÇÃO

O mercado global de carbono tem potencial de valer cerca de US\$50 bilhões até 2030, com a demanda por créditos podendo aumentar 15 vezes ou mais até 2030 e até 100 vezes até 2050 (McKinsey, 2021). Nos últimos anos, o mercado voluntário de carbono apresentou crescimento significativo, com o valor global das transações ultrapassando US\$2 bilhões em 2021, mais que o dobro do observado em 2020, impulsionado principalmente por projetos baseados na natureza (Ecosystem Marketplace, 2022). Nesse contexto, o Brasil se destacou como um dos principais fornecedores dos créditos florestais. No entanto, esse crescimento acelerado tem sido acompanhado por denúncias que revelam práticas irregulares no setor, como grilagem de terras, falta de adicionalidade, contratos abusivos e assédio a comunidades locais. Casos emblemáticos incluem a reportagem do jornal The Guardian, publicada em janeiro de 2023, *“Revealed: more than 90% of rainforest carbon offsets by biggest certifier are worthless, analysis shows”* e a investigação da Polícia Federal em junho de 2024, *“Operação Greenwashing: Prisão do maior vendedor de crédito de carbono do mundo revela fraude ambiental em mais de R\$ 919 milhões”* (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal).

Diante de um cenário que combina elevado potencial econômico com crescentes questionamentos sobre a integridade do mercado, intensifica-se a pressão por projetos de maior qualidade. O mercado passou a exigir de projetos em territórios tradicionais, iniciativas que promovam maior protagonismo e engajamento das comunidades locais, investimentos concretos em sua qualidade de vida e transparência na mensuração e monitoramento dos indicadores socioambientais. No entanto, os projetos de carbono são frequentemente desenvolvidos por empresas ou organizações especializadas, com atuação global, mas que não pertencem às comunidades onde os projetos são implementados. Essa questão tem atraído a atenção de diferentes atores do mercado voluntário de carbono (CARBON MARKET WATCH, 2023).

Segundo o estudo "State of the Voluntary Carbon Markets 2023", publicado pelo Ecosystem Marketplace (EM), projetos com pelo menos uma certificação de co-benefício apresentaram um prêmio de preço de 78% em

comparação com aqueles que não possuíam tal certificação. Com isso, é possível que projetos que negligenciam o papel essencial das comunidades estejam perdendo posição de mercado de forma significativa. De acordo com Awung e Marchant (2019), os povos tradicionais serão uma parte essencial dos projetos REDD+, pois uma abordagem de baixo para cima entenderá e considerará as necessidades e preocupações dos territórios. Os próprios membros da comunidade poderão gerenciar esses projetos, gerando renda diretamente, promovendo o desenvolvimento local e produzindo alimentos, contribuindo assim para a melhoria dos meios de subsistência e do bem-estar.

Diante do momento incerto que o mercado de carbono brasileiro vem enfrentando nos últimos anos, surge a necessidade de ir a campo para ouvir diretamente a comunidade. O objetivo é compreender como a comunidade enxerga o projeto de carbono, qual o papel que a iniciativa desempenha no território, quais os potenciais impactos sobre o modo de vida tradicional, como a gestão comunitária do projeto está estruturada e quais os caminhos para que os recursos provenientes dos créditos de carbono garantam a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Para tal, foi selecionado um projeto com certificação CCB gold, reconhecida pelo mercado como o padrão de alta qualidade de um projeto nos aspectos de clima, comunidade e biodiversidade. O projeto de conservação de Cachoeira Porteira, que ainda está em fase inicial, foi selecionado para uma profunda observação em campo dos potenciais desafios, impactos e co-benefícios sociais envolvidos na estruturação de um projeto de carbono em território tradicional. Com base em uma escuta ativa, a pesquisa buscou identificar desafios e aprendizados para então propor diretrizes que promovam impacto social positivo na comunidade. Principalmente por meio de um mecanismo de repartição de benefício participativo, no qual a comunidade exerça um papel central na governança e na alocação dos recursos gerados pelo projeto.

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo principal investigar os desafios enfrentados por projetos de carbono em comunidades tradicionais na Amazônia, a partir da análise de um estudo de caso específico. Os achados resultaram de

uma amostra restrita, o que limita a possibilidade de generalizações sobre a realidade amazônica. Ainda assim, a pesquisa busca oferecer contribuições gerais para a construção de projetos em territórios coletivos capazes de gerar impactos positivos significativos na qualidade de vida de comunidades tradicionais. Para tal, a pesquisa foi orientada pela seguinte pergunta central:

O que a escuta da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira revela sobre os desafios para a preservação e valorização do modo de vida tradicional, a melhoria da qualidade de vida e a promoção da autonomia financeira em projetos de carbono?

2.1 Objetivos específicos

1. Identificar as estratégias reconhecidas pela comunidade de Cachoeira Porteira que contribuem para a manutenção e valorização do modo de vida tradicional.
2. Mapear instrumentos e arranjos de governança que contribuem para a gestão, transparência e participação comunitária no projeto de carbono.
3. Identificar quais características do mecanismo de repartição de benefícios podem contribuir para a melhora na qualidade de vida, a preservação da cultura local e o desenvolvimento da autonomia financeira da comunidade.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dentre a grande diversidade de aspectos a serem observados e estudados em um projeto de carbono em territórios tradicionais, a partir dos objetivos da pesquisa, foi definido um recorte para a revisão bibliográfica. O foco será nos temas de avaliação de impacto social, governança territorial e mecanismo de repartição de benefícios. Todavia, devido à complexidade e interconexão dos temas em um projeto de carbono, faz-se necessário destacar alguns marcos e ferramentas básicas que podem ser considerados elementos fundamentais para o aprofundamento dos

temas selecionados.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho representa um desses instrumentos, tratado firmado em 1989, que assegura aos povos indígenas e tribais igualdade de tratamento e de oportunidades no pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos ou discriminação e nas mesmas condições garantidas aos demais povos (Organização Internacional do Trabalho, 1989). Com isso, a Convenção assume um papel fundamental no envolvimento e protagonismo dos povos tradicionais em todos os assuntos que se relacionam ao seus territórios. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (1989), os conceitos básicos norteadores são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. Para tal, o artigo 6º assegura: “a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;”. Com isso, a Convenção representa este marco inaugural da Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI). O que significa que, segundo os artigos 6º e 15º, a consulta deve possuir participação sem coação, deve ser realizada antes de qualquer decisão administrativa ou legislativa, para ser informada precisa que as informações sejam adequadas e objetivas e, por último, reforça que qualquer ação só pode ser realizada a partir do livre consentimento e conhecimento. No caso de projetos de carbono, “a CLPI ultrapassa a simples concessão de consentimento”. Ela também exige que os benefícios sejam compartilhados de forma justa e equitativa. As comunidades não devem ser tratadas como receptoras passivas de recursos — elas devem participar ativamente da gestão e das decisões sobre como esses benefícios serão utilizados.” (CLIMATE FOCUS, 2025). Além disso, o Artigo 47, I, a da Lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) exige a participação e supervisão de instituições públicas para que os processos da CPLI sejam reconhecidos como legítimos:

- a) o consentimento resultante de consulta livre, prévia e informada, prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, nos termos do protocolo ou plano de consulta,

quando houver, da comunidade consultada, não podendo a comunidade arcar com os custos do processo, sendo todo o processo de consulta custeado pelo desenvolvedor interessado, garantidas a participação e a supervisão do Ministério dos Povos Indígenas, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Câmara Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) do Ministério Público Federal, órgãos responsáveis pela política indigenista e pela garantia dos direitos dos povos indígenas; (Lei nº 15.042/2024)

O Ministério Público Federal desempenha papel central não apenas na garantia da consulta prévia, livre e informada (CLPI), mas também no acompanhamento e fiscalização dos projetos de carbono, especialmente quando envolvem comunidades tradicionais e territórios com sobreposição fundiária. No Pará, o Ministério Público do Estado e o Ministério Público Federal analisaram procedimentos internos a negociação de créditos de carbono em terras públicas, apropriadas por terceiros de forma ilegal (MPF-PA e MPE-PA, 2023). Conforme destacado em nota técnica conjunta do MPF e do Ministério Público do Estado do Pará, o órgão público atua na fiscalização de contratos abusivos e de possíveis impactos do projeto no modo de vida tradicional, além de garantir a transparência das informações como a repartição dos benefícios. Outras cláusulas contratuais de projetos de carbono podem limitar formas de cultivo, construção de casas, aproveitamento da vegetação nativa, entre outras atividades das comunidades (MPF-PA e MPE-PA, 2023, p. 40). O Ministério Público destaca a necessidade de acompanhamento dos contratos de mercado de carbono pelas autoridades ambientais, em razão de se tratar de ativo ambiental vinculado ao interesse público e à tutela de direitos coletivos (MPF-PA; MPE-PA, 2023).

Em conjunto, outro instrumento importante foi o Acordo de Cancún, resultado da 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Cancún, México, em 2010. Dentre os marcos do acordo, destaco os dois mais relevantes: a definição de sete salvaguardas de Cancún, com princípios norteadores para ações que respeitem os direitos humanos, sociais e ambientais, vinculadas especialmente aos projetos REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), assim

como o próprio reconhecimento do mesmo como mecanismo válido para mitigação e incentivo financeiro à conservação florestal, contribuindo para o impulsionamento do mercado.

Segundo a UNFCCC (2010), o Acordo de Cancún – Decisão 1/CP.16 estabeleceu as seguintes salvaguardas para projetos REDD+:

- (a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- (b) Estruturas de governança florestal nacional transparentes e eficazes, levando em consideração a legislação e a soberania nacionais;
- (c) Respeito pelo conhecimento e pelos direitos dos povos indígenas e membros das comunidades locais, levando em consideração as obrigações internacionais relevantes, as circunstâncias e leis nacionais, e observando que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- (d) A participação plena e efetiva das partes interessadas relevantes, em particular os povos indígenas e as comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 desta decisão;
- (e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e da diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP.16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e dos seus serviços ecossistêmicos, e para aumentar outros benefícios sociais e ambientais;¹
- (f) Ações para evitar os riscos de reversão de resultados de REDD+;
- (g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

(UNFCCC, 2010, p. 26)

A partir das Salvaguardas de Cancún, o Brasil incorporou essas diretrizes por meio das Resoluções CONAREDD+ nº 15/2018 e nº 04/2021, estabelecendo sua aplicação a povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, inclusive no que se refere à proteção de seus direitos territoriais. Em conjunto, no quesito jurídico brasileiro, a garantia do território e da posse da terra desses povos e comunidades é assegurada pelo artigo 215 da Constituição Federal, pela Política

Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000).

No que diz respeito aos instrumentos do mercado voluntário de carbono internacional (*Voluntary Carbon Market - VCM*), também houveram marcos relevantes, principalmente depois da crise de integridade mencionada na introdução. Uma das organizações que se posicionou foi o Integrity Council for the Voluntary Carbon Market (ICVCM), um órgão independente, de governança multissetorial, criado para atuar no VCM. Em 2023, o ICVCM inaugurou os dez Princípios Fundamentais do Carbono (*Core Carbon Principles - CCP*), juntamente com uma estrutura de avaliação para verificar se metodologias e projetos de crédito estão atendendo aos padrões globais que garantem a integridade do mercado. Os princípios estão segmentados em três pilares: governança, impacto das emissões e impacto sustentável. A seguir estão os dez Princípios Fundamentais do Carbono, que estão disponíveis no site do ICVCM:

Governança

1. Governança eficaz: O programa de crédito de carbono deve ter uma governança efetiva do programa para garantir transparência, responsabilidade, melhoria contínua e a qualidade geral dos créditos de carbono.
2. Monitoramento: O programa de crédito de carbono deve operar ou utilizar um registro para identificar, registrar e rastrear de forma exclusiva as atividades de mitigação e os créditos de carbono emitidos para garantir que os créditos possam ser identificados de forma segura e inequívoca.
3. Transparência: O programa de crédito de carbono deve fornecer informações abrangentes e transparentes sobre todas as atividades de mitigação creditadas. As informações devem estar disponíveis ao público em formato eletrônico e devem ser acessíveis a públicos não especializados, para permitir o escrutínio das atividades de mitigação.
4. Validação e verificação robustas e independentes de terceiros: O programa de crédito de carbono deve ter requisitos em nível de programa para a validação e verificação robustas e independentes das atividades de mitigação desenvolvidas por terceiros.

Impacto das Emissões

1. Adicionalidade: As reduções ou remoções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) da atividade de mitigação devem ser adicionais, ou seja, elas não teriam ocorrido na ausência do incentivo criado pelas receitas dos créditos de carbono.

2. Permanência: As reduções ou remoções de emissões de GEE da atividade de mitigação devem ser permanentes ou, quando houver risco de reversão, devem ser adotadas medidas para lidar com esses riscos e compensar as reversões.
3. Quantificação robusta de reduções e remoções de emissões: As reduções ou remoções de emissões de GEE da atividade de mitigação devem ser quantificadas de forma robusta, com base em abordagens conservadoras, exaustivas e métodos científicos.
4. Não dupla contagem: As reduções ou remoções de emissões de GEE da atividade de mitigação não devem ser contadas duas vezes, ou seja, devem ser contadas apenas uma vez para atingir metas ou objetivos de mitigação. A dupla contagem inclui a emissão dupla, reclamação dupla e uso duplo.

Impacto Sustentável

1. Benefícios e salvaguardas do desenvolvimento sustentável: O programa de crédito de carbono deve ter orientações, ferramentas e procedimentos de conformidade claros para garantir que as atividades de mitigação observem ou vão além das melhores práticas amplamente estabelecidas do setor sobre salvaguardas sociais e ambientais, enquanto geram impactos positivos no desenvolvimento sustentável.
2. Contribuição para a transição líquida zero: A atividade de mitigação deve evitar a fixação de níveis de emissões de GEE, tecnologias ou práticas intensivas em carbono que sejam incompatíveis com o objetivo de atingir zero emissões líquidas de GEE até meados do século.
(ICVCM, 2023)

A Aliança Brasil Nature-based Solutions é uma instituição brasileira que também produz guias orientadores para o mercado. A coalizão é composta por empresas desenvolvedoras de projetos, organizações não governamentais, entidades de integridade e investidores de impacto que, conjuntamente, respondem por mais de 70% dos créditos brasileiros emitidos desde 2022 nas categorias NBS e AFOLU (Agriculture, Forestry and Other Land Use) (Aliança NBS, 2024). Em outubro de 2024, lançou o Guia de Boas Práticas em Consultas aos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas, reforçando práticas fundamentais para a execução de uma CPLI legítima e cuidadosa. No que diz respeito à consulta aos povos indígenas, a Aliança NBS apresenta como uma das recomendações para a fase preliminar à CLPI a identificação da governança interna. Ou seja, antes de dar início à consulta, “deve-se tomar conhecimento de estudos existentes ou produzir estudos de cunho antropológico sobre as estruturas de poder e formas de organização internas da população ou populações indígenas proponentes do projeto

de parceria. A partir do mapa de governança, e respeitando a autoridade local, é possível organizar uma agenda de ação junto às populações indígenas.” (Aliança NBS, 2024).

Conforme o aumento crescente da pressão de diversos stakeholders por projetos de carbono de maior transparência e impacto socioambiental positivo e duradouro, novos instrumentos continuam a surgir para proporcionar uma maior credibilidade para o mercado. Durante a COP30 em Belém, foi lançado o Projetos de Carbono de Alta Integridade na Amazônia Brasileira - Guia Prático sobre Conformidade Legal e Salvaguardas Socioambientais. A publicação é uma parceria entre Amazon Investor Coalition (AIC), Climate Focus, LACLIMA (Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action), GCF Task Force (Governors' Climate & Forests Task Force) e os Governos do Acre e Rondônia. O guia define princípios de integridade para a Amazônia:

Na Amazônia, a integridade se fundamenta em transparência, responsabilidade e reduções reais de emissões, destacando-se pela centralidade das salvaguardas sociais. Isso exige adaptar as ações ao contexto local, respeitando os direitos, tradições e modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de assegurar sua participação efetiva e a repartição justa dos benefícios das soluções baseadas na natureza. A integridade também demanda uma abordagem holística, que considere a diversidade territorial e cultural da região e uma responsabilidade climática compartilhada entre todos os atores envolvidos, garantindo que o financiamento climático seja transparente, chegue aos territórios e gere benefícios duradouros tanto para as pessoas quanto para as florestas. (CLIMATE FOCUS, 2025, p.8-9).

A partir dessa introdução à revisão bibliográfica, cuja finalidade foi apresentar marcos relevantes e instrumentos atuais para a construção de um mercado voluntário de carbono mais íntegro, avançamos para o aprofundamento dos temas centrais da pesquisa: Avaliação de Impacto Social em Projetos de Carbono, Governança em Territórios Coletivos e Mecanismos de Repartição de Benefícios.

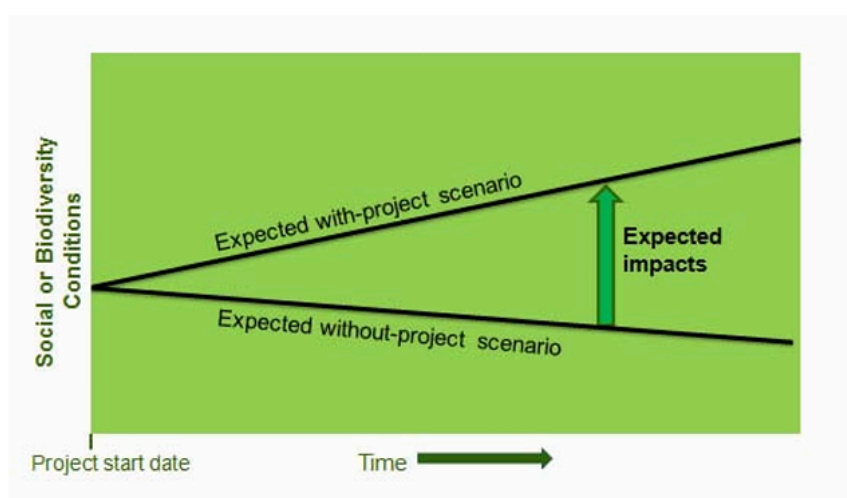
3.1 Avaliação de Impacto Social em Projetos de Carbono

Dentre a literatura consultada, o SBIA (Social and Biodiversity Impact Assessment), publicado em 2011, foi identificado como a principal referência para o

tema de Avaliação de Impacto Social em Projetos de Carbono. Trata-se de uma estrutura metodológica desenvolvida para orientar a avaliação dos impactos sociais e de biodiversidade em projetos REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). O modelo de avaliação foi estruturado em três partes principais: “Diretrizes Centrais para Proponentes de Projetos”, “Ferramenta para Avaliação de Impacto Social” e “Ferramenta para Avaliação de Impacto sobre a Biodiversidade”. O desenvolvimento do manual do SBIA foi liderado pela Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA), com a colaboração de instituições como Forest Trends, Rainforest Alliance e Fauna & Flora International.

O SBIA se baseia no *Climate, Community & Biodiversity (CCB) standard*, os padrões de múltiplos benefícios mais amplamente utilizados para projetos de carbono florestais. O padrão CCB garante que os projetos de carbono atendam a critérios rigorosos de impacto social e ambiental, com vasto reconhecimento internacional. Como parte do processo de certificação, o CCB Standards exige que os proponentes do projeto descrevam as condições socioeconômicas e de biodiversidade do território antes do início do projeto, além da projeção dos possíveis cenários de evolução dessas condições com e sem a implementação do projeto. A seguir, apresenta-se um gráfico ilustrativo desse exercício de cenarização proposto pelo padrão.

Figura 1. Representação gráfica dos benefícios líquidos positivos esperados de projetos validados pelo CCB.



Fonte: SBIA Manual for REDD+ Projects – Part 1

Como referencial teórico desta pesquisa, foram selecionadas apenas as partes 1 e 2 do modelo de avaliação socioambiental, por estarem alinhadas aos temas centrais do estudo, governança dos proponentes e impacto social do projeto.

3.1.1 Diretrizes Centrais para Proponentes de Projetos

A parte 1 do manual do SBIA (Social and Biodiversity Impact Assessment) estabelece as definições fundamentais para orientar a aplicação da estrutura metodológica, abordando conceitos como impacto social e avaliação de impacto social, além de explorar os principais desafios associados ao modelo. Em primeiro, o manual detalha sete estágios essenciais para a avaliação:

1. Estudo das condições iniciais e identificação de stakeholders: análise do contexto socioambiental existente e identificação das partes interessadas relevantes;
2. Projeção social sem o projeto ("cenário de referência social"): estimativa de como a situação social evoluiria na ausência do projeto;
3. Design do projeto e teoria da mudança: formulação de uma hipótese sobre como o projeto alcançará seus objetivos sociais.
4. Identificação de impactos negativos, riscos e medidas de mitigação: análise dos possíveis efeitos adversos e estratégias para minimizá-los.;
5. Seleção de indicadores: definição do que será medido para avaliar os impactos socioambientais;
6. Desenvolvimento do plano de monitoramento: elaboração de métodos e cronogramas para coleta de dados.;
7. Coleta, análise e relatório de dados: implementação do plano de monitoramento e interpretação dos resultados para fundamentar futuras decisões.

(SBIA, 2011,p.9)

Esses estágios proporcionam uma estrutura sistemática para avaliar e monitorar os impactos sociais e de biodiversidade de projetos, garantindo que as intervenções sejam eficazes em promover impacto socioambiental positivo. Em seguida, o modelo de avaliação compartilha algumas definições de impacto social como referência:

“Por impactos sociais entendemos as consequências, para populações humanas, de quaisquer ações públicas ou privadas que alterem as formas como as pessoas vivem, trabalham, se divertem, se relacionam entre si, se organizam para atender às suas necessidades e, de modo geral, lidam com a vida enquanto membros da sociedade. O termo também inclui impactos culturais, que envolvem mudanças nas normas, valores e crenças que orientam e fundamentam sua percepção de si mesmas e da sociedade.”
(National Maritime Fisheries Service, 1994)

Enquanto a International Association for Impact Assessment (IAIA 2003) descreve impacto social como alterações nos seguintes aspectos:

1. O modo de vida das pessoas: como elas vivem, trabalham, se divertem e interagem no dia a dia;
2. Sua cultura: suas crenças, costumes, valores e linguagem ou dialeto compartilhados;
3. Sua comunidade: sua coesão, estabilidade, caráter, serviços e instalações;
4. Seus sistemas políticos: o grau de participação das pessoas nas decisões que afetam suas vidas, o nível de democratização em curso e os recursos disponibilizados para isso;
5. Seu ambiente: a qualidade do ar e da água que utilizam; a disponibilidade e qualidade dos alimentos que consomem; o nível de risco ou perigo, poeira e ruído aos quais estão expostas; a adequação do saneamento, sua segurança física e seu acesso e controle sobre os recursos;
6. Sua saúde e bem-estar: saúde entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual, e não apenas como ausência de doença ou enfermidade;
7. Seus direitos pessoais e de propriedade: especialmente se as pessoas são afetadas economicamente ou sofrem desvantagens pessoais, o que pode incluir a violação de suas liberdades civis;
8. Seus medos e aspirações: suas percepções sobre segurança, seus temores em relação ao futuro da comunidade e suas aspirações para o próprio futuro e o futuro de seus filhos.

Em seguida, o modelo apresenta a definição de avaliação de impacto social:

Os processos de análise, monitoramento e gestão das consequências sociais — tanto intencionais quanto não intencionais, positivas ou negativas — de intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos), bem como de quaisquer processos de mudança social provocados por essas intervenções. Seu principal objetivo é promover um ambiente biofísico e humano mais

sustentável e equitativo. (International Association for Impact Assessment, 2003).

A partir dessas definições, o SBIA (2011) destaca alguns pontos de atenção como de que nem toda mudança vai de fato representar um impacto. Além do mais, os impactos podem ser diretos ou indiretos, assim como intencionais ou não intencionais. Com isso, o manual evidencia questionamentos como “O que deve ser medido?, Como as projeções devem ser feitas?, Como as mudanças ou diferenças podem ser medidas?, Como pode ser demonstrado que as mudanças foram devido ao projeto?” (SBIA, 2011). Essas perguntas são essenciais para nortear o planejamento do impacto social de um projeto de carbono, uma vez que elas provocam a necessidade de um diagnóstico profundo do potencial de impacto e de como este deve ser mensurado e monitorado.

3.1.2 Teoria da Mudança

No estágio 3, o manual utiliza os conceitos de Teoria da Mudança e Design de Projeto para abordar como os impactos sociais e de biodiversidade serão alcançados. Para tal, foi apresentado a seguinte definição de Teoria da Mudança:

Ferramenta de avaliação baseada em teoria que mapeia a sequência lógica das conexões de meios e fins subjacentes a um projeto e, assim, torna explícitos os resultados esperados do projeto e as ações ou estratégias que levarão à obtenção desses resultados. (GEF Evaluation Office e Conservation Development Centre, 2009).

Em outras palavras, o manual descreve que a teoria de mudança de um projeto é uma hipótese desenvolvida por stakeholders do projeto que expõe como um projeto espera atingir suas metas e objetivos pretendidos. Os oito passos abaixo apresentam um conjunto genérico de etapas, extraídas de várias fontes, para desenvolver uma teoria de mudança. (SBIA, 2011).

1. Identificar e priorizar os principais problemas ou questões sociais e de biodiversidade enfrentados pelo projeto (problemas centrais).
2. Descrever o problema central e o resultado desejado ou a condição futura almejada para cada problema identificado.
3. Realizar uma análise diagnóstica ou um diagrama de fluxo do problema para cada questão central (essa etapa nem sempre é

listada como essencial, mas é recomendada, pois torna a teoria da mudança mais robusta em relação à análise de causa e efeito).

4. Desenvolver um diagrama de fluxo utilizando lógica de causa e efeito para mostrar como o resultado desejado será alcançado pelo projeto.
5. Identificar cadeias causais que liguem as estratégias ou atividades do projeto aos produtos de curto prazo, dos produtos aos resultados, e dos resultados aos impactos, utilizando uma lógica de causa e efeito que faça sentido tanto no encadeamento direto quanto no reverso.
6. Identificar os principais riscos e pressupostos ao longo dessas cadeias causais. Alguns riscos podem ser internos ao projeto, mas o foco principal deve estar nos riscos externos, fora do controle do projeto. Uma forma de pensar sobre os pressupostos é considerar se há etapas ou resultados intermediários entre os produtos e os resultados do projeto, e entre os resultados e os impactos (esses pressupostos ou resultados intermediários fornecem uma boa base para a definição de indicadores).
7. Identificar quaisquer impactos negativos potenciais sobre os grupos de partes interessadas ou sobre o meio ambiente ao longo das cadeias causais – possivelmente nos pontos da cadeia onde os pressupostos forem menos sólidos.
8. Desenvolver declarações do tipo SE... ENTÃO, ligando as atividades, produtos, resultados e impactos do projeto, incorporando os principais pressupostos ou riscos.

Essas declarações SE... ENTÃO constituem a teoria (ou teorias) da mudança. A teoria da mudança também pode ser expressa na forma de uma cadeia de resultados, como na abordagem dos Padrões Abertos. (Conservation Measures Partnership 2007; GEF Evaluation Office and Conservation Development Centre 2009; ISEAL 2010; USAID 2006).

A partir dessas definições, o manual destaca que caso haja mudanças nas atividades previstas é preciso sempre revisar a Teoria da Mudança. Tendo em vista que a relação causal entre as atividades planejadas e os indicadores de mensuração de progresso do projeto consequentemente mudam. Para elucidar essa relação, o manual menciona um exemplo de um projeto de REDD+ no Peru.

Projeto REDD da Concessão de Conservação Alto Huayabamba (CCAHA), Peru – Questão central: organização e governança:

SE a qualidade da educação puder ser aprimorada, as capacidades fortalecidas e a comunicação ampliada,

ENTÃO teremos organizações capazes de tomar decisões em sua área (de responsabilidade) e que contribuam para a boa gestão da Concessão de Conservação (SBIA, 2011).

Assim sendo, a Teoria de Mudança representa um método extremamente relevante em projetos de carbono em territórios tradicionais na Amazônia. Uma vez que bem implementada, se torna uma ferramenta para rastrear e mensurar uma mudança estrutural do contexto atual, visando sempre um impacto positivo de longo prazo.

3.1.3 Ferramenta para Avaliação de Impacto Social

A parte 2 do manual apresenta metodologias para avaliação dos impactos sociais dos projetos de carbono em comunidades locais. Para tal, inclui abordagens como análise das partes interessadas, análises dos cenários e metodologias como o *Sustainable Livelihoods Framework (SLF)*. Como proposta, apresenta o uso de indicadores sociais e técnicas de monitoramento participativo.

Com base na revisão de literatura, o Sustainable Livelihoods Framework (SLF) destacou-se como um dos modelos de indicadores mais adequados para a avaliação de projetos voltados aos recursos naturais em áreas rurais. Conforme o SBIA (2011) cita, os indicadores derivados desta abordagem baseiam-se num conjunto de "ativos de subsistência" ou "capitais" ligados à sustentabilidade dos meios de subsistência e dos sistemas biológicos ao longo do tempo. O SLF define cinco "capitais" ou "ativos de subsistência" principais que constituem a base das escolhas de subsistência das pessoas:

1. Capital humano, por exemplo: educação, habilidades formais e informais, competências de liderança, saúde;
2. Capital natural, por exemplo: recursos naturais como terras agrícolas e de pastagem, florestas e produtos florestais não madeireiros (PFNMs), fauna silvestre e recursos hídricos;
3. Capital físico, por exemplo: moradia, infraestrutura como estradas e transporte, edificações, sistemas de irrigação e ativos produtivos

- como sementes, ferramentas, gado, equipamentos de pesca e outros equipamentos agrícolas e de beneficiamento;
4. Capital financeiro, por exemplo: renda em dinheiro e remessas, crédito, poupança em espécie e em dinheiro;
 5. Capital social, por exemplo: instituições formais e informais (incluindo mercados), associações (como grupos de usuários de água, cooperativas de poupança e crédito), famílias ampliadas e mecanismos locais de apoio mútuo.

A partir da metodologia SLF, surgiram diversas abordagens adaptadas a diferentes contextos e tipos de projetos, como a iniciativa *Social Assessment for Protected Areas (SAPA)*, que oferece uma ferramenta de baixo custo para avaliar os impactos sociais positivos e negativos de áreas protegidas, a *Landscape Outcomes Assessment Methodology (LOAM)*, desenvolvida pela WWF para monitorar mudanças em paisagens com base em indicadores de ativos naturais, humanos, físicos, sociais e financeiros e a *Social Carbon Methodology (SCM)*. O SLF também é utilizado como base para a identificação de seus indicadores pelo Social Carbon Standard, uma metodologia que promove os benefícios sociais dos projetos de carbono há mais de 15 anos. Neste mesmo movimento, a presente pesquisa os cinco ativos de subsistência da metodologia SLF para orientar a elaboração do questionário das entrevistas e guiar as diretrizes que assegurem impactos sociais positivos em projetos de carbono implementados em comunidades tradicionais da Amazônia.

3.2 Governança em Territórios Coletivos

A literatura recente sobre governança em contextos amazônicos e de povos e comunidades tradicionais evidencia que os mecanismos de gestão territorial e os instrumentos financeiros não podem ser analisados de forma isolada. Ambos se constituem como partes de um mesmo sistema de governança, no qual a estrutura institucional, as práticas decisórias e os fluxos de recursos se articulam em torno de princípios como transparência e participação.

A partir de estudo ao longo de três anos, envolvendo cerca de 480 participantes de mais de 180 instituições, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) em parceria com a International Finance

Corporation (IFC), do Grupo Banco Mundial, desenvolveu a pesquisa *Grandes Obras na Amazônia: Aprendizados e Diretrizes*. Neste rico trabalho, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (2018, p.64) destaca que

esta ligação entre o instrumento e o desenvolvimento territorial influencia, por sua vez, o próprio desenho do instrumento: é preciso que esteja amparado em um arranjo robusto de governança, representativo dos diferentes atores envolvidos e cuja missão seja orientada às agendas planejadas coletivamente, de forma a garantir a interação e a articulação entre os diferentes veículos financeiros potencialmente criados no território, assim como o alinhamento entre as missões e os objetivos específicos de cada um deles. Ou seja, a governança do instrumento financeiro deve ter contínuo e efetivo diálogo com os arranjos e as decisões no âmbito da governança do planejamento territorial, instância esta superior e que deveria reger e orientar as prioridades e designações de recursos do instrumento financeiro

Essa perspectiva reforça que a boa governança não se limita a estruturas normativas, mas envolve processos contínuos de diálogo e engajamento comunitário com alinhamento de decisões entre diferentes escalas, do comunitário ao institucional. Em outras palavras, a governança atua como um elo de integração entre o planejamento de longo prazo e a operacionalização cotidiana dos instrumentos financeiros e mecanismos de repartição de benefícios.

De modo convergente, o Programa Territórios Sustentáveis (Agenda Pública, ECAM e Imazon, 2017) ressalta que, ao se buscar a construção de modelos de governança voltados à gestão territorial e vinculados a mecanismos financeiros, é fundamental que esses modelos se assentem sobre processos amplos, democráticos e participativos de planejamento. A governança, portanto, emerge não apenas como uma estrutura técnica, mas como uma prática social e política que legitima as decisões coletivas e assegura que o desenvolvimento territorial esteja orientado às prioridades definidas pelos próprios moradores do território.

Para ilustrar tais fundamentos, a partir de uma adaptação do estudo mencionado do FGVces, o Programa Territórios Sustentáveis produziu uma

representação gráfica com um modelo de gestão integrada, democrática e transparente. Conforme o trabalho descreve, o plano de vida atua como eixo orientador de um amplo processo participativo, do qual emerge e com o qual mantém constante interação. Sua efetiva implementação depende da existência de instrumentos financeiros estruturados, de uma articulação consistente com as políticas públicas e do fortalecimento das capacidades institucionais locais, de modo a assegurar que as ações planejadas sejam executadas de forma integrada e sustentável. Além disso, a transparência e o acesso à informação conferem ao plano caráter verdadeiramente democrático e inclusivo, ampliando sua legitimidade e potencializando o engajamento social necessário à sua consolidação.

Figura 2 - Modelo de Desenvolvimento Territorial e Gestão Integrada



Fonte: Programa Territórios Sustentáveis (Agenda Pública, ECAM e Imazon, 2017, p.11)

Assim, neste trabalho, a análise da governança em territórios coletivos, especialmente no contexto quilombola de Cachoeira Porteira, é orientada pela compreensão de que os princípios de transparência e participação social constituem os pilares fundamentais para a consolidação de arranjos institucionais justos,

legítimos e capazes de promover tanto a autonomia comunitária quanto a sustentabilidade socioambiental.

Antes de avançar, é oportuno recuperar os princípios orientadores de boa governança, conforme o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), que funcionam como parâmetros fundamentais para sustentar a confiança nas relações de todas as partes interessadas.

Transparência: Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização.

Equidade: Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Prestação de Contas (*accountability*): Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

3.2.1 Transparência

A transparência constitui um dos pilares centrais da boa governança em territórios coletivos, por meio de mecanismos de *accountability* e processos de decisão participativos. Em contextos amazônicos, marcados por informações assimétricas, dispersão territorial e uma grande diversidade de partes interessadas, a transparência ultrapassa o sentido corporativo abordado pelo IBGC de “disponibilizar dados” e passa a representar uma condição necessária para o exercício do poder coletivo, permitindo que comunidades possam verdadeiramente compreender, participar e monitorar as decisões que impactam seus territórios.

Segundo o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces, 2018), o acesso à informação e a sistematização de aprendizados devem ser tratados como elementos estruturantes dos processos de governança

territorial. A instituição ressalta que o diálogo horizontal e equilibrado entre os diferentes agentes depende de fluxos contínuos e acessíveis de informação, capazes de subsidiar a tomada de decisão, fortalecer o empoderamento dos atores locais e transformar os conhecimentos produzidos em bens públicos e referências de ação coletiva. Nesse sentido, a transparência deixa de ser apenas um dever administrativo e assume o papel de instrumento de democratização e fortalecimento das capacidades comunitárias.

No entanto, estudos empíricos recentes revelam os desafios da transparência efetiva em projetos que envolvem instrumentos financeiros e mecanismos de compensação socioambiental. Mello (2023), ao analisar relatórios de monitoramento e verificação de projetos de carbono, observa que a mera disponibilização de informações em plataformas públicas, como a base de dados da VERRA, não garante transparência substantiva. O autor identifica barreiras que comprometem a confiança pública e a governança dos projetos, como formulários inadequados e não padronizados, precariedade de evidências e relatórios pouco compreensíveis, além da incompatibilidade de idioma e linguagem técnica, que restringe o acesso das comunidades locais às informações. Tais limitações geram uma assimetria de informação que enfraquece a capacidade de fiscalização e questionamento social, deslocando o controle dos processos para atores externos e tecnicamente especializados. Segundo o autor,

os principais desafios identificados em relação à falta de transparência efetiva estão relacionados a:

- Formulários inadequados: os formulários disponibilizados pelas certificadoras de co-benefícios CCB e SocialCarbon não promovem a padronização e a consistência dos relatos de atividades e da avaliação dos benefícios gerados às comunidades locais;
- Precariedade das informações e evidências: relatórios sem detalhamento e evidências suficientes, nem uma organização que facilite o pleno entendimento da situação no território;
- Incompatibilidade de idioma e linguagem: diversos relatórios são disponibilizados apenas em inglês, sem versão traduzida para o idioma falado no território, seja o português ou os idiomas indígenas, e a linguagem técnica empregada torna o material inacessível para comunidades locais e atores interessados em geral; Mello (2023, p.65)

Essa problemática também é observada pela Barcellos (2015) no estudo sobre o Fundo Kayapó, que evidencia como a transparência pode ser hierarquizada e verticalizada, reforçando relações de dependência entre doadores, gestores e beneficiários. Embora o fundo possua previsões formais de prestação de contas e divulgação pública, a autora demonstra que as informações circulam predominantemente de baixo para cima, entre as organizações internas à estrutura de governança, sem retorno efetivo aos indígenas. As assembleias e os canais de comunicação locais cumprem papel limitado, e não há garantia de que as informações cheguem de forma ampla, compreensível e contextualizada aos povos representados. Assim, a transparência tende a atender mais às exigências reputacionais e jurídicas dos financiadores do que à prestação de contas à comunidade, gerando distanciamento entre o instrumento financeiro e seus beneficiários diretos.

Entre os documentos e materiais utilizados para divulgação das informações do Fundo Kayapó, existe apenas um folder, utilizado para apresentar o instrumento no início do projeto, principalmente a atores externos, que se encontra em um formato bilíngue, utilizando o português e a língua dos Kayapó. O Fundo também não prevê práticas formalizadas ou espaços para apresentação de demandas e reivindicações pelos indígenas que não seja, mais uma vez, as associações. Para os demais atores da estrutura de governança, mesmo que não estabelecido formalmente ou acordado previamente, é papel das associações trazer essas reivindicações e demandas à Comissão Técnica ou ao Gestor do Fundo, como já realizado em duas ocasiões. O processo de concepção do Fundo Kayapó, como visto anteriormente, não previu a etapa de diálogos e disseminação de conhecimento entre os atores, especialmente os indígenas. Os processos para transmissão de informações, considerados por esta pesquisa como inadequados, trazem reflexos à percepção dos indígenas quanto ao papel, ao valor, à transparência, entre outros aspectos, do Fundo Kayapó. Pelas percepções, os indígenas não sabem, por exemplo, o que é um fundo fiduciário e como ele funciona. Todos os entrevistados manifestaram que os indígenas não se apropriaram do Fundo, principalmente pela falta de compreensão diante da falta de informações, participação e complexidade da iniciativa. Barcellos (2015, p.112)

A partir da aplicação da teoria neste caso, fica evidente como a transparência em territórios coletivos deve ser concebida como um processo de diálogo acessível, que assegura não apenas a disseminação das informações, mas a sua tradução e circulação social abrangente. Essa abordagem requer estruturas organizacionais capazes de sistematizar, traduzir e difundir dados de maneira democrática, em

diferentes linguagens e formatos, garantindo compreensão plena por parte das comunidades. Ao mesmo tempo, demanda espaços regulares de prestação de contas comunitária com entendimento efetivo, que retroalimentem os processos decisórios e consolidem a confiança entre as organizações gestoras, financiadores e a comunidade.

No contexto da presente pesquisa, a transparência será analisada como um princípio orientador da governança comunitária, vinculando-se diretamente à legitimidade das decisões, à qualidade das informações compartilhadas e à capacidade de participação dos atores locais. Em territórios como Cachoeira Porteira, fortalecer a transparência implica não apenas divulgar as informações sobre o projeto, mas construir a compreensão sobre o projeto pelos moradores da comunidade, traduzindo informações complexas em linguagem acessível e promovendo um diálogo contínuo entre os diferentes níveis de gestão e atores do território.

3.2.2. Participação e Engajamento Comunitário

A participação e o engajamento comunitário são elementos fundamentais para a construção de uma boa governança em territórios coletivos, pois garantem que as decisões sobre o uso e o futuro do território sejam tomadas com base no consentimento, no diálogo e na corresponsabilidade social. No entanto, a literatura revela como a participação social ainda é um grande desafio, não só na construção das regras e metodologias do mercado de carbono voluntário, mas também na implementação dos projetos nos territórios.

Conforme o autor Fonteles (2012, p. 41) destaca “a efetiva participação indígena em debates globais a respeito de regimes climáticos internacionais e mecanismos de proteção de florestas ainda é indireta e fraca, pois, ainda que os temas lhes confirmem autoridade para participar das negociações políticas, as partes não-indígenas das redes tem maior presença nesses âmbitos.” Este recorte apresentado contrasta com princípios das salvaguardas de Cancún (UNFCCC, 2010), que apresenta como uma das diretrizes essenciais para a construção de projetos REDD+, a participação plena e efetiva dos povos indígenas e comunidades locais desde o desenho até a implementação dos projetos.

De forma complementar, estudos empíricos demonstram que, na prática, essa participação continua a se dar de forma restrita e pouco informada. Mello (2023), ao analisar projetos de REDD+ no Brasil, identificou que o envolvimento das comunidades ocorre muitas vezes só concentrada em etapas pontuais e formais, como oficinas iniciais ou consultas prévias com baixa densidade informativa. “A ausência de capacidade local para compreender e discutir a implementação de projetos REDD é um desafio sublinhado em todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa e frequentemente mencionado na literatura.” (Mello, 2023, p.68). Isso porque, conforme o autor cita, os processos de Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI) são conduzidos, em geral, de forma muito apressada devido a restrições de tempo e pressão dos financiadores (PHAM et al., 2015).

Todavia, faz menção ao projeto Suruí como uma referência positiva, “o Projeto de Carbono Florestal Suruí é citado com frequência como exemplo de processo de construção gradual de engajamento e capacidades, destacando a necessidade de tradução dos materiais à linguagem local e a apresentação em formatos adaptados, como vídeos e podcasts.” (Mello, 2023, p. 69). A falta de atores capacitados e a diversificação de processos informativos com alternativas inovadoras são desafios dessa jornada do engajamento comunitário.

O Programa Territórios Sustentáveis (Agenda Pública, ECAM e Imazon, 2017) argumenta como a complexidade vai além, a participação comunitária não pode se reduzir à consulta formal, mas deve emergir de um processo de construção coletiva de uma visão comum de futuro, expresso nos chamados planos de vida ou planos de gestão territorial. Nesses processos, o planejamento e a execução das ações precisam refletir decisões tomadas de forma democrática e representativa, assegurando que o engajamento comunitário seja permanente e estruturante, e não episódico ou instrumental.

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces, 2018) aprofundou esse debate ao diferenciar participação formal e participação substantiva. A primeira tende a legitimar decisões previamente tomadas, enquanto a segunda implica redistribuição real de poder e de capacidades. Segundo a pesquisa do FGVCes, a qualidade da participação deve ser avaliada pela distribuição de poderes, a redução de disparidades e a necessidade de

representação legítima. O FGVces adverte ainda que é comum que conselhos e comitês reproduzam estruturas locais de poder, mascarando conflitos e reforçando assimetrias, por isso, “é fundamental que a estruturação da governança de processos busque compensar desigualdades e a concentração de recursos políticos, institucionais e financeiros. Garantir o acesso à informação adequada, transparência nas decisões, fomentar participação ampla dos setores sociais, destinando recursos humanos e financeiros para efetivá-la, coloca-se como necessidade visando a amenização da autoridade e da influência de atores. A capacitação de instituições e grupos sociais não pode estar restrita à instrumentalização destes.” (FGVces, 2018, P.51). Portanto, faz-se necessário a construção de condições equitativas de voz e influência, destinando recursos humanos, técnicos e financeiros para o fortalecimento do engajamento social e o empoderamento das comunidades nos espaços de decisão.

Desse modo, a participação e o engajamento comunitário devem ser entendidos como processos contínuos de construção política, que conferem legitimidade às decisões e fortalecem o senso de pertencimento e corresponsabilidade nos territórios coletivos. No caso de comunidades quilombolas, esse princípio ganha ainda mais relevância por se conectar à luta histórica por reconhecimento territorial. Assim, a boa governança se concretiza quando o protagonismo das comunidades é efetivamente incorporado à gestão do projeto, ao mecanismo financeiro e às estruturas institucionais, garantindo que as decisões sobre o território sejam fruto da escuta, da negociação e do consenso coletivo, e não apenas da consulta obrigatória formal.

Quando o assunto é participação e engajamento comunitário, a mulher pode desempenhar um papel importante, como será revelado na análise das entrevistas. Uma característica recorrente de muitos programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR), amplamente difundidos na América Latina e adotados em diferentes regiões do mundo, é a priorização das mulheres como titulares do benefício. Essa opção de desenho foi influenciada por evidências e discussões teóricas que indicam que maior controle de recursos pelas mulheres tende a se associar a maior poder de decisão intradomiciliar e a melhoras em

resultados relacionados ao bem-estar infantil, ainda que os mecanismos e magnitudes variem conforme o contexto (BEHRMAN; SKOUFIAS, 2010).

Com o intuito de entender melhor essa possível relação, a pesquisa recorreu às literaturas sobre o programa do Bolsa Família para este aprofundamento. A literatura aponta que, além de reconhecer o papel tradicionalmente exercido pelas mães no trabalho doméstico e de cuidado, esse desenho busca favorecer o cumprimento das condicionalidades e aumentar a probabilidade de que a renda adicional seja convertida em benefícios para crianças e adolescentes. Além disso, transferir o recurso para as mulheres é frequentemente descrito como uma estratégia para ampliar o controle feminino sobre o orçamento doméstico e fortalecer sua capacidade de negociação no interior da família (HOLMES et al., 2010). Segundo o Informe nº 101, do dia 19 de dezembro de 2025, o Programa Bolsa Família realiza o pagamento de benefícios para cerca de 18,70 milhões de famílias no Brasil. Em análise do total de famílias atendidas pelo Bolsa Família, a Senarc identificou que 84,37% das famílias têm a mulher como responsável familiar. As pesquisas apontam que as titulares percebem o benefício do Bolsa Família como prioritariamente destinado aos filhos (PIRES, 2012, 2013; PEREIRA; RIBEIRO, 2013; AHLERT, 2013; REGO; PINZANI, 2014; SANTOS, 2014), o que gera uma forte obrigação moral quanto ao uso adequado do benefício. Além disso, o relatório do IPCID e do PNUD (2014) indica que o benefício é frequentemente compreendido como uma contribuição feminina ao orçamento doméstico.

Todavia, embora os resultados indiquem aumento do poder de decisão das mulheres em alguns assuntos da casa, não é possível demonstrar diretamente que esse efeito decorra especificamente do fato de o benefício ser pago preferencialmente às mulheres. Em termos teóricos, como o controle de recursos tende a influenciar a barganha dentro do domicílio, é plausível interpretar que a titularidade feminina seja um dos principais mecanismos por trás das mudanças observadas. Ainda assim, do ponto de vista empírico, permanece a ressalva de que efeitos semelhantes poderiam surgir mesmo se o repasse fosse feito a homens ou a outros membros da casa, caso o fator determinante seja, sobretudo, o aumento da renda total familiar, e não quem recebe o recurso (DE BRAUW et al., 2014).

3.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios

Segundo a publicação *Projetos de Carbono de Alta Integridade na Amazônia Brasileira - Guia Prático sobre Conformidade Legal e Salvaguardas Socioambientais*, a repartição de benefícios (benefit sharing, em inglês) é o conjunto de mecanismos que garantem que os ganhos obtidos com projetos ou programas de carbono sejam distribuídos de forma justa, transparente e equitativa entre os diferentes atores envolvidos. (CLIMATE FOCUS, 2025).

No entanto, no contexto dos mercados voluntários de carbono (VCM), ainda não há uma definição padronizada para os chamados arranjos de repartição de benefícios (CARBON MARKET WATCH, 2023). A ausência de consenso conceitual dificulta a consolidação de diretrizes comuns para a repartição de benefícios entre os stakeholders envolvidos nesses projetos. Segundo a organização Carbon Market Watch, em 2020, o Forest Carbon Partnership Facility, em parceria com a BioCarbon Fund Initiative, publicou uma nota técnica na qual propõe definições operacionais para esse conceito. Posteriormente, os conceitos foram incorporados pelo documento dos Core Carbon Principles do Integrity Council for the Voluntary Carbon Market – ICVCM (2022b):

O(s) arranjo(s) que descrevem os Parceiros, os Benefícios Monetários e Não Monetários, e o(s) Mecanismo(s) de Distribuição de Benefícios. Os Arranjos de Repartição de Benefícios descrevem os processos de distribuição dos Benefícios Monetários e Não Monetários aos Beneficiários, incluindo os tipos e proporções dos benefícios a serem compartilhados e o Mecanismo pelo qual esses benefícios serão distribuídos. Os Arranjos de Repartição de Benefícios são incluídos como parte da documentação da atividade de mitigação e constituem a base para o desenvolvimento do Plano de Repartição de Benefícios (ICVCM 2022b, p. 2).

Essa definição sugere que o estabelecimento dos tipos de benefícios, os beneficiários, as proporções dos benefícios, o mecanismo de distribuição dos benefícios, assim como o plano de repartição de benefícios, devem estar no documento de design do projeto (PDD). Inclusive, segundo o Climate Focus (2025), a repartição de benefícios não é apenas um compromisso socioambiental e legal, como também uma garantia de integridade. Por isso, a repartição de benefícios é

considerada um elemento central no desenvolvimento de um projeto de carbono. Assim sendo, antes de elaborar mecanismos de repartição de benefícios eficazes para o REDD+, é necessário resolver a questão sobre o que o REDD+ busca alcançar (ANGELSEN et al., 2012). A definição dos objetivos de um projeto de carbono, assim como a determinação de como os recursos serão repartidos para alcançá-los, pode ser um processo complexo e desafiador. A distribuição de benefícios foi identificada como "um dos obstáculos mais desafiadores" enfrentados pelo REDD+ (Costenbader, 2011).

Antes de aprofundar sobre a estrutura do mecanismo da repartição, faz-se necessário definir o que é o benefício do crédito de carbono. Os "benefícios" são comumente considerados como as receitas provenientes da venda de créditos de carbono. Essas receitas podem ser parcialmente redistribuídas entre os atores locais ou os implementadores do projeto. A forma dessa redistribuição pode incluir benefícios monetários e não monetários. Os benefícios monetários podem, por exemplo, consistir em pagamentos diretos ou em um fundo de investimento comunitário compartilhado com os atores locais. Já os benefícios não monetários podem incluir, por exemplo, programas de desenvolvimento de capacidades, oferta de infraestrutura ou serviços sociais, assistência técnica, insumos agrícolas, tecnologias, introdução de meios de subsistência alternativos ou atividades geradoras de renda, ou ainda outros bens em forma de doação. (FCPF e BioCarbon Fund Initiative, 2020, p. 2; Streck et al., 2021, p. 3).

A partir da definição dos tipos de benefícios que um projeto irá desenvolver, é preciso estruturar como esses benefícios vão ser implementados e para quais stakeholders. Com isso, segundo Carbon Market Watch (2023), a principal questão por trás do debate sobre a repartição de benefícios é como e em que medida os benefícios provenientes da venda de créditos de carbono são compartilhados com aqueles que implementam os projetos e com as comunidades locais onde os projetos estão situados. Em projetos do mercado voluntário de carbono (VCM), os atores locais na área onde o projeto é implementado podem incluir, por exemplo, proprietários de terras, agricultores familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, entidades dos setores público e privado, entre outros.

Tabela 1 – Definições de termos relacionados à repartição de benefícios

Termo	Definição
Repartição de Benefícios	<p>ICVCM (2022b, p. 2): <i>“The sharing of Monetary and Non-Monetary Benefits with mitigation activity’s Partners.”</i></p> <p>FCPF e BioCarbon Fund Initiative (2020, p. 2): <i>“The sharing of Monetary and/or Non-Monetary Benefits with Beneficiaries under the ER Program in accordance with the Benefit Sharing Plan.”</i></p>
Beneficiário / Parceiro / Parte Interessada (Primária)	Receptor do benefício.
Arranjos de Repartição de Benefícios (Benefit Sharing Arrangements)	<p>ICVCM (2022b, p. 2): <i>“The arrangement(s) that describe Partners, Monetary and Non-Monetary Benefits, and the Benefit Distribution Mechanism(s). Benefit Sharing Arrangements describe the processes for the distribution of Monetary and Non-Monetary Benefits to Beneficiaries, including the types and proportions of benefits to be shared and the Mechanism by which such benefits will be distributed. Benefit Sharing Arrangements are included in a part of mitigation activity documentation and form the basis of the development of the Benefit Sharing Plan.”</i></p>
Repartição de Benefícios (Benefit Sharing)	<p>Streck et al. (2021, p. 1): <i>“Benefit sharing arrangements identify how monetary and non-monetary benefits will be allocated to which stakeholders and how the distribution will take place.”</i></p>
Plano de Repartição de Benefícios (Benefit Sharing Plan)	<p>FCPF e BioCarbon Fund Initiative (2020, p. 2): <i>“A document that elaborates on the Benefit Sharing Arrangements described in the ERPD, stakeholder consultation processes, and how the Program Entity will communicate, implement, and monitor the Benefit Sharing process.”</i></p>
Mecanismo(s) de Distribuição de Benefícios (Benefit Distribution)	<p>ICVCM (2022b, p. 2): <i>“The system(s) or channel(s) through which Monetary</i></p>

Mechanism[s])	<i>and/or Non-Monetary Benefits are distributed.”</i>
---------------	---

A partir de casos práticos de repartição de benefícios, podemos trazer alguns aprendizados para a construção da análise dos princípios norteadores do mecanismo de repartição de benefício de um projeto de carbono. O artigo "Transparency in Benefit Sharing and the Influence of Community Expectations on Participation in REDD+ Projects: An Example from Mount Cameroon National Park", de Nvenakeng Suzanne Awung e Rob Marchant, aborda os desafios relacionados à alocação de grandes volumes de recursos em projetos REDD+. Em janeiro de 2013, o Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) aprovou um financiamento de US\$ 3,6 milhões para apoiar a proposta de preparação do Camarões para o REDD+ (FCPF, 2013). Apesar dos recursos financeiros, legais e técnicos terem sido direcionados para apoiar a elaboração e a implementação da política de REDD+, o país ainda enfrenta dificuldades relacionadas à falta de clareza sobre os mecanismos de repartição de benefícios e redistribuição das receitas florestais, o que contrasta com as altas expectativas das comunidades locais. Conforme argumenta o artigo, os mecanismos de repartição de benefícios devem estar previamente definidos com clareza e contar com o consentimento das partes envolvidas antes da liberação dos recursos financeiros.

Os autores Awung e Marchant relatam que para evitar conflitos entre os diferentes grupos dentro das comunidades (chefes, conselheiros, membros dos comitês florestais, ONGs locais e moradores em geral), os mecanismos de repartição de benefícios devem ser esclarecidos antes da introdução de qualquer compensação financeira. A relação entre os atores e beneficiários do REDD+ depende da confiabilidade, da legitimidade nas tomadas de decisão, de um melhor entendimento sobre os benefícios e suas obrigações (tanto por parte de compradores quanto de vendedores) e, sobretudo, da disposição em pagar. Portanto, é necessário que todos os envolvidos, especialmente as comunidades locais, compreendam adequadamente os mecanismos de repartição de benefícios e adotem uma abordagem de gestão adaptativa, a fim de lidar com os custos de oportunidade, fortalecer capacidades e construir confiança entre os stakeholders, promovendo maior transparência.

Seguindo a proposta de Fletcher et al. (2016), é essencial que os gestores da conservação repensem, em conjunto com as comunidades, o desenho de um mecanismo transparente de repartição de benefícios antes da implementação de iniciativas REDD+. Nesse sentido, a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, representa um avanço importante ao estabelecer diretrizes legais para a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados por projetos de carbono em territórios ocupados por povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária. A legislação determina, entre outros pontos, o seguinte item:

b) a inclusão de cláusula contratual que garanta a repartição justa e equitativa e a gestão participativa dos benefícios monetários derivados da comercialização dos créditos de carbono e de CRVEs provenientes do desenvolvimento de projetos nas terras que tradicionalmente ocupam, depositados em conta específica, assegurados o direito sobre pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos créditos de carbono ou CRVEs decorrentes de projetos de remoção de GEE e o direito sobre pelo menos 70% (setenta por cento) dos créditos de carbono ou CRVEs decorrentes de projetos de "REDD+ abordagem de mercado"; II - no caso de comunidades de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária (LEI Nº 15.042, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024).

Essa medida reforça o protagonismo das comunidades na governança dos recursos e contribui para a construção de relações mais equilibradas e transparentes entre as diferentes partes envolvidas nos projetos. Todavia, como o SBCE ainda não foi implementado, os projetos de carbono do mercado voluntário ainda estão reféns das atuais práticas do mercado. Em conjunto, a realidade amazônica é complexa. Conforme o Climate Focus (2025) expõe,

na prática amazônica, em especial, a repartição de benefícios envolve mais do que a observância dos requisitos legais aplicáveis. Trata-se de um processo que lida com a enorme diversidade de formas de ocupação do território, com diferentes níveis de organização comunitária e com uma longa história de assimetrias no acesso à terra, à informação e ao poder de negociação. Nesse contexto, as boas práticas em repartição de benefícios demonstram que o conteúdo dos acordos não deve se limitar ao repasse financeiro, mas também observar as expectativas locais de segurança territorial, de investimentos em infraestrutura

básica, de fortalecimento das organizações comunitárias e de reconhecimento de modos de vida tradicionais. A legislação abre espaço para essa pluralidade ao prever que os benefícios podem assumir modalidades monetárias e não monetárias, no entanto, o desafio na Amazônia brasileira é transformar essa flexibilidade em práticas concretas que sejam sustentáveis para comunidades e investidores.

Em conjunto a publicação *Projetos de Carbono de Alta Integridade na Amazônia Brasileira - Guia Prático sobre Conformidade Legal e Salvaguardas Socioambientais* (Climate Focus, 2025), descreve como ainda que no Brasil, haja uma legislação que garanta a distribuição mínima de benefícios monetários, é fundamental, como etapa inicial, assegurar plena transparência entre o desenvolvedor do projeto e a comunidade sobre os custos do projeto e os rendimentos estimados, isto é, o benefício financeiro líquido projetado. Para tal, recomenda-se que desde o início do projeto seja apresentado os custos de desenvolvimento e operacionais do projeto, descrevendo as principais categorias. Assim como o estabelecimento dos benefícios monetários e os não-monetários. Esta é uma definição na qual a comunidade deve ser consultada e decidir, por meio de negociação e diálogo, quais benefícios são mais relevantes para sua realidade, para que essas percepções estejam claras desde antes do início do projeto. E, em terceiro, é preciso definir como os benefícios serão colocados em prática e como será feito o desembolso. O mecanismo da repartição pode variar bastante, dependendo do contexto do projeto, das normas internas de governança e das decisões das partes envolvidas.

Um ponto sensível sobre a distribuição do MRB é o repasse direto ou indireto, questão-chave que o Climate Focus traz a seguinte argumentação:

As transferências diretas em dinheiro para os domicílios reduzem o risco de desvios e garantem que os benefícios cheguem aos destinatários pretendidos. No entanto, os fundos comunitários podem refletir melhor os valores e os processos de tomada de decisão coletivos. Ao mesmo tempo, os líderes comunitários nem sempre representam os interesses de todos os membros da comunidade. Para serem eficazes, os fundos comunitários precisam de mecanismos sólidos de transparência, responsabilização e governança, a fim de garantir que os benefícios sejam distribuídos

conforme estabelecido no acordo de repartição de benefícios.
CrossBoundary LLC. (2023)

O estudo de Awung e Marchant (2016) também demonstra, com base em dados estatísticos, que a expectativa de geração de renda pessoal influencia diretamente a participação e o engajamento das comunidades nos projetos de conservação do Parque Nacional de Mount Cameroon. Os resultados mostram que o envolvimento comunitário está significativamente associado à expectativa de obtenção de renda individual ($U = 9.742$, $p < 0.001$, $r = 0.33$), com o teste t apontando uma relação significativa entre participação nas atividades e expectativa de renda ($F = 13.8$, $t = -5.899$, $df = 226.96$, $p < 0.001$).

Para além, no caso do estabelecimento dos benefícios coletivos e não monetários, o processo pode ser mais complexo, demandando mais tempo e presença no território.

Diferentemente dos repasses financeiros, esses arranjos costumam exigir um relacionamento de mais longa duração entre desenvolvedores, investidores e comunidades. Frequentemente, o desenvolvedor estabelece espaços permanentes de interação, como reuniões periódicas dentro da comunidade, para ouvir demandas, ajustar prioridades e acompanhar a execução dos projetos financiados que podem ser executados diretamente pelo desenvolvedor. Essa abordagem demanda maior proximidade e corresponsabilidade, uma vez que o investidor geralmente se envolve não apenas na liberação de recursos, mas também na implementação conjunta das iniciativas escolhidas pela comunidade, o que contrasta com a lógica de um fundo comunitário, por exemplo, cuja gestão é exercida exclusivamente pela própria comunidade. (Climate Focus, 2025, p. 77)

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.2 Etnografia

4.2.1 Dados Secundários

A pesquisa utilizou fontes secundárias de dados, como os documentos de Descrição do Projeto e Relatório de Monitoramento dos projetos, para complementar a análise dos dados primários coletados por meio da pesquisa de campo e entrevistas do estudo de caso. Além de dados demográficos da população para diagnóstico territorial e socioambiental para a contextualização dos resultados obtidos. Antes de iniciar o processo de diálogo e interação com as comunidades locais, foi essencial compreender aspectos como a origem da comunidade, histórico territorial, resiliência coletiva, uso tradicional da terra, práticas culturais, estrutura social, parcerias envolvidas, conflitos e vulnerabilidades. Para isso, foram consultadas publicações científicas que abordam o diagnóstico socioeconômico da comunidade de Cachoeira Porteira.

4.2.2 Estudo de Caso

Como o intuito da pesquisa foi observar as práticas e escutar as perspectivas da comunidade, o estudo de caso mostrou-se o método mais adequado para ir a campo. Compreender um projeto de crédito de carbono em território tradicional amazônico exige um mergulho aprofundado no diagnóstico socioambiental e nas dinâmicas locais; por isso, o estudo de caso demonstrou ser o método ideal para estudar o vínculo entre o fenômeno e o contexto. O autor Robert K. Yin do livro "Case Study Research: Design and Methods" foi a referência selecionada como a metodologia que foi aplicada no estudo de caso do projeto de conservação de Cachoeira Porteira. Segundo o autor,

Um estudo de caso é uma investigação empírica que examina em profundidade um fenômeno contemporâneo (o caso) em seu contexto do mundo real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contexto podem não estar claramente evidentes. Em outras palavras, faz-se pesquisa de estudo de caso porque se deseja compreender um caso do mundo real e se parte do pressuposto de que tal compreensão provavelmente envolverá

condições contextuais importantes pertinentes a esse caso. (Yin, 2014, p. 16, tradução nossa).

Como parte do método, fez-se necessário a definição do desenho do estudo de caso em questão para nortear a pesquisa e evitar riscos de análise equivocada.

Entre os desenhos efetivos de estudo de caso, quatro tipos principais são relevantes, seguindo uma matriz 2 x 2. O primeiro par consiste em desenhos de caso único e de múltiplos casos. O segundo par, que pode ocorrer em combinação com qualquer um do primeiro par, baseia-se na(s) unidade(s) de análise a serem cobertas e distingue entre desenhos holísticos e incorporados.” (YIN, 2009, p. 24, tradução nossa).

Assim, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso único incorporado, no qual o caso é a Comunidade de Cachoeira Porteira, a unidade de análise é o Projeto de Conservação estabelecido no território e como subunidades as categorias de estudo Impacto Social, Governança e Mecanismo de Repartição de Benefícios. Segundo Yin, a unidade de análise é definida a partir das perguntas da pesquisa e requer a delimitação das fronteiras de tempo, espaço, atores envolvidos, entre outros. O desenho do caso é incorporado porque a pesquisa considera subunidades que se referem aos grandes temas definidos para a análise de conteúdo das entrevistas. O recorte temporal compreende os anos de 2019 a 2025, período em que se observaram marcos relevantes para o projeto, como a aprovação do projeto na certificadora Verra e a construção coletiva do mecanismo de repartição de benefícios (MRB) do projeto. A coleta de dados primários ocorreu entre março e maio de 2025. Mas considerando o uso de documentos e bases secundárias, o período analítico do estudo abrange janeiro de 2019 a julho de 2025. O escopo do espaço abrange os 225.175,9420 hectares de área titulada como Território Remanescente do Quilombo Cachoeira Porteira, no município de Oriximiná/PA. Como principais atores envolvidos, destaco a empresa desenvolvedora de crédito de carbono, Systemica Digital, proponente do projeto junto com a Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos de Cachoeira Porteira, proprietária e representante legal das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo do Território Quilombola de Cachoeira Porteira, e reconhecidas como

propriedade definida nos termos do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo nº2004/125212, emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Por fim, é importante destacar que o presente estudo de caso não tem como objetivo alcançar a generalização de recomendações conclusivas para outros projetos em territórios coletivos na Amazônia. Como o autor destaca, “um desafio analítico final é determinar se você pode fazer qualquer generalização a partir do seu estudo de caso.” (YIN, 2009, p. 18, tradução nossa). Além disso, o autor complementa explicando que as generalizações de estudos de caso são analíticas, e não estatísticas, que dependem do uso da estrutura teórica de um estudo para estabelecer uma lógica que possa ser aplicável a outras situações. Dessa forma, a partir da integração entre a revisão da literatura e os dados primários e secundários, a pesquisa tem como intuito propor um conjunto de recomendações em construção com potencial de orientar outros projetos em construção. Seguindo as recomendações do capítulo “*A (very) brief refresher on the case study method*”, segue abaixo citação norteadora do presente estudo:

A "teoria" relevante pode ser apenas uma série de hipóteses ou mesmo uma única hipótese. Cronbach (1975) esclarece ainda que a generalização almejada não é a de uma conclusão, mas sim a de uma “hipótese de trabalho” (ver também Lincoln & Guba, 1985, pp. 122–123). A confiança em tais hipóteses pode então ser construída à medida que novos estudos de caso, novamente, como acontece com novos experimentos, continuam a produzir descobertas relacionadas às mesmas proposições teóricas. (YIN, 2009, p. 19).

4.2.3 Sujeitos de estudo

Os sujeitos entrevistados desta pesquisa são jovens, adultos e idosos, abrangendo a faixa etária de 18 a 67 anos, da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, localizada no município de Oriximiná, estado do Pará. A definição desse recorte etário busca contemplar diferentes perspectivas geracionais dentro da comunidade, considerando tanto aqueles que possuem maior vivência e experiência em questões socioculturais e econômicas do território quanto aqueles que estão iniciando na fase mais ativa de participação em atividades produtivas e comunitárias.

A comunidade de Cachoeira Porteira é parte de uma população de remanescentes de quilombos situada na bacia do rio Trombetas, atualmente pertencente ao município de Oriximiná (Scaramuzzi, 2024). Muitos acontecimentos e parte da história de Cachoeira Porteira, integra a história dos quilombolas de Oriximiná e, especialmente, das comunidades da região designada localmente de “Alto Trombetas” que abarca as comunidades situadas entre Cachoeira Porteira e a Mineração Rio do Norte/cidade de Porto Trombetas. Essa população está estabelecida, além do rio Trombetas, nos rios Erepecuru, Acapu e Cuminá e é constituída pelos descendentes de escravos que fugiram das fazendas e das propriedades que exploravam o cacau e a pecuária nas regiões dos atuais municípios de Óbidos, Santarém, Alenquer e Belém (Andrade, 1995). Seus antepassados se estabeleceram, primeiramente, nos trechos encachoeirados e de difícil acesso, desses rios na primeira metade do séc. XIX (Scaramuzzi, 2024).

A pesquisa pretende compreender como os moradores enxergam e se envolvem com o projeto de carbono em seu território, analisando os potenciais impactos desses projetos sobre seu modo de vida tradicional e na governança comunitária. Para garantir uma diversidade de experiências e perspectivas, serão entrevistados moradores com diferentes perfis de atuação dentro da comunidade, incluindo líderes comunitários, membros da Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT), e outros residentes que vivenciam diretamente os impactos das atividades do território.

A seleção dos entrevistados será feita por meio de uma abordagem combinada, incluindo:

1. Indicação de lideranças locais e de representantes da associação comunitária;
2. Busca ativa na comunidade durante a visita de campo, priorizando diversidade de idade, gênero e envolvimento com os projetos de carbono;

3. Método snowball (amostragem em cadeia), no qual entrevistados indicam outros membros da comunidade que possam contribuir com a pesquisa (BAILEY, 1994).

Com essa abordagem, busca-se captar a complexidade das percepções e experiências da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira diante dos desafios e oportunidades que os projetos de carbono representam para seu território.

4.2.4 Código de Conduta

Durante a realização das entrevistas presenciais, foi adotado um código de conduta pautado no respeito à cultura, história e autonomia da comunidade. Esse código priorizou a construção de uma relação de confiança mútua, baseada na ética, no respeito e na reciprocidade. Com isso, antes do início de cada entrevista:

1. Os Entrevistados foram informados sobre a duração da conversa, garantindo flexibilidade para adequação aos horários mais convenientes;
2. O termo de consentimento livre e esclarecido foi lido para os entrevistados, assegurando que compreendessem os objetivos da pesquisa, bem como os benefícios e possíveis riscos envolvidos. Também foi perguntado se havia dúvidas antes da assinatura do termo;
3. Foi garantido o direito de desistência da participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificativa.

Assim sendo, a pesquisa resguarda a identidade e a privacidade dos entrevistados, utilizando os dados coletados de maneira ética e responsável. Além disso, ao compartilhar os resultados da pesquisa, será imprescindível envolver a comunidade no processo, de modo que possa reconhecer-se e apropriar-se dos conhecimentos produzidos. Para isso, a pesquisadora se compromete a retornar presencialmente ao território, promovendo uma devolutiva por meio de uma atividade acessível e dialógica. Como uma roda

de conversa ou apresentação pública para a comunidade de Cachoeira Porteira.

4.2.5 Benefícios e Riscos da pesquisa

Benefícios

1. A pesquisa contribuirá para o acúmulo de conhecimento na mensuração e monitoramento de indicadores de impacto social, beneficiando tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade local;
2. Disseminar uma conscientização da importância das comunidades tradicionais como tomadores de decisões e gestão ativa em projetos de carbono;
3. Como produto, a pesquisa irá propor sugestão de Diretrizes para avaliação de impacto social em projetos de carbono em comunidades tradicionais na Amazônia para ser utilizado pelas desenvolvedoras e outros stakeholders do mercado.

Riscos:

1. Alterações climáticas extremas podem comprometer a realização de trabalhos de campo e a obtenção de dados;
2. Recursos financeiros limitados, podendo afetar o cronograma de atividades planejado;
3. A participação comunitária no projeto pode ser comprometida por desconfiança ou experiências negativas anteriores com pesquisas;
4. Vazamento de dados;
5. O constrangimento em responder a questões sobre o local de trabalho pode ser intensificado quando estas remetem a experiências passadas, levando o Entrevistado a evitar o tema;
6. O Entrevistado pode não se sentir à vontade com o tempo e a gravação da entrevista;

4.3 Coleta de Dados

4.3.1 Entrevistas

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com anotações e gravações de áudio para registro das informações. Essa abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das percepções da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira sobre o projeto de carbono em seu território.

As entrevistas foram realizadas presencialmente ao longo de uma visita de campo de 20 dias, em março de 2025. O roteiro foi construído com sensibilidade ao tema, buscando captar informações relevantes para o atendimento dos objetivos específicos da pesquisa. O questionário utilizado encontra-se disponível no Anexo 1. As perguntas abordaram os seguintes aspectos:

1. Percepções sobre os possíveis impactos do projeto de carbono no modo de vida tradicional e na qualidade de vida da comunidade;
2. O papel da comunidade na governança e gestão do projeto;
3. Os princípios que devem nortear o mecanismo de repartição de benefícios.

4.3.2 Observação Participante

A pesquisa contou com uma imersão de 20 dias em campo. Nos primeiros dias, como parte do estudo de caso, a pesquisadora dedicou-se à convivência cotidiana com os moradores, participando de atividades tradicionais como a torragem da farinha, a pesca e caminhadas pela mata. Essa vivência teve como objetivo identificar possíveis transformações nos modos de vida e nas práticas alimentares e culturais da comunidade, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e culturais, para além do conteúdo das entrevistas.

Durante a primeira visita, também foi possível participar como parte da equipe da Mazô Maná, empresa de serviços socioambientais contratada pela AMOCREQ para apoiar a elaboração do Mecanismo de Repartição de Benefícios do projeto de carbono. Nesse contexto, a pesquisadora participou de reuniões com a associação, assembleias comunitárias e oficinas temáticas com grupos de jovens,

mulheres, castanheiros e anciãos, atuando como responsável pela relatoria das atas para registro interno das atividades.

Além dessa primeira etapa, o trabalho de consultoria contou com outras duas viagens de campo, realizadas nos meses de maio e julho, com duração aproximada de 15 dias cada. Nesse contexto, a pesquisadora usufruiu da técnica de observação participante, aprofundando a identificação de percepções cotidianas da vida comunitária que nem sempre emergem nas entrevistas, como as formas de organização da comunidade, a governança do território e as dinâmicas de participação, como o nível de engajamento comunitário. As assembleias, oficinas e interações diárias foram acompanhadas e documentadas em anotações de campo, contribuindo para a construção de uma análise qualitativa mais sensível e contextualizada.

4.4 Análise de dados

A pesquisa adotou o método de análise de conteúdo para examinar os dados gerados durante a visita de campo, com base nas entrevistas realizadas. Trata-se de uma abordagem qualitativa que permite interpretar, de forma sistemática e aprofundada, os significados presentes nas falas, com o objetivo de compreender fenômenos sociais, comportamentais e as experiências vividas no contexto do projeto de carbono analisado.

Tendo em vista que será uma pesquisa qualitativa, o método, disseminado por Bardin, propõe alocar o que foi dito nas entrevistas ou observado em campo em categorias, com o objetivo de identificar possíveis padrões conclusivos. Ou seja, a análise do material busca classificar o conteúdo em temas ou categorias que auxiliam na estruturação do que está por trás dos discursos. A técnica permite análise de diferentes fontes de conteúdo verbais ou não-verbais. As entrevistas foram gravadas e transcritas por meio da plataforma chamada Escriba, uma ferramenta voltada à transcrição automática de entrevistas qualitativas, que utiliza inteligência artificial para manter a integridade do discurso oral. O uso da plataforma possibilitou o registro fiel das falas, preservando a oralidade dos relatos e garantindo maior precisão na análise.

A conceitualização da análise de conteúdo, pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens (Weber, 1985; Bardin, 1977).

5. O CASO: PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE CACHOEIRA PORTEIRA

Este capítulo tem como objetivo compartilhar as características do caso, a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, contexto da unidade de análise, o Projeto de Conservação do território.

A cachoeira conhecida como 'Porteira', que originou o nome da comunidade, é a primeira do rio Trombetas para quem navega rio acima. Por conta do banzeiro das cachoeiras, poucos sabiam navegar pelas águas da cachoeira porteira, se tornando um ponto de encontro e de passagem dos quilombolas para as outras ocupações na época de resistência à escravidão.

a denominação primitiva era Cachoeira Porteira devido o fato de quando o homem branco aqui chegava para capturar o homem negro, não conseguia passar devido a fúria das grandes cachoeiras, então consideravam uma “porteira” pela qual só os negros conseguiam passar (AMOCREQ-CPT apud ITERPA, 2004) (g.n.)

Segundo o Estatuto Social da AMOCREQ-CPT (2023), o Território Quilombola de Cachoeira Porteira fica localizado no Município de Oriximiná, Estado do Pará, na região do Baixo Amazonas, com dimensão total de 225.175,9420 hectares. Situado na margem esquerda do Rio Trombetas, o acesso ao território é exclusivamente fluvial, a partir do porto de mineração no rio Trombetas ou de Oriximiná, cidade mais próxima. O tempo de viagem varia conforme o tipo de embarcação, indo de 5 a 16 horas.

A comunidade representa os remanescentes do Quilombo do Território Cachoeira Porteira, que, segundo a Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira (2024), é o último quilombo do Alto Rio Trombetas. Atualmente a comunidade possui

167 famílias e é devidamente certificada pela Fundação Cultural dos Palmares, conforme registro no Livro de Cadastro Geral n10, Registro n 972, Fls 37, em 10 de abril de 2007 e portaria publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2007.

Segundo a comunidade de Cachoeira Porteira (2024), a luta pela titulação territorial iniciou-se em 2004. Durante 14 anos, diversos quilombolas se engajaram na batalha pela obtenção do reconhecimento do território perante o Estado. Em fevereiro de 2018, o território foi identificado e delimitado no âmbito do Processo do ITERPA n 2004/125212, registrado às FLs 57 do Livro 01 do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, na edição n 33.567, página 25.

A comunidade é representada por uma associação denominada Associação dos Moradores da comunidade de remanescentes de Quilombo da Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT), criada informalmente em 2002 e fundada formalmente em 11 de novembro de 2003. A AMOCREQ-CPT possui diversos instrumentos institucionais e de governança que asseguram os direitos dos moradores do território. Sendo eles o Estatuto Social, Regimento Interno, Código de Ética e Conduta, Plano de Gestão Territorial, Plano de Uso, Manual de Gestão de Conflitos, Protocolo de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado, Manual de Compras e Mecanismo de Repartição de Benefícios. Segundo a Comunidade de Cachoeira Porteira (2024), o processo de elaboração do Protocolo de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI), foi meticulosamente planejado, seguindo um cronograma estruturado que visava assegurar a participação ativa e representativa de todos os membros da comunidade. A governança do território é composta pela assembléia geral, que segundo o estatuto social da associação é o órgão máximo e soberano em qualquer decisão de interesse da AMOCREQ - CPT, nos limites do que dispuser a lei em conformidade com o Estatuto de demais normas coletivas do Território de Cachoeira Porteira. O segundo órgão administrativo é a diretoria executiva da AMOCREQ - CPT, que é formada por presidente, vice-presidente, diretora financeira e vice-diretor financeiro, assim como primeira e segunda-secretária. A associação também conta com uma equipe técnica de agentes comunitários e mobilizadores sociais. O terceiro órgão administrativo é o Conselho de Representatividade com cinco membros representantes do(a)s coletore(a)s tradicionais e agricultore(a)s familiares, turismo de base comunitária.

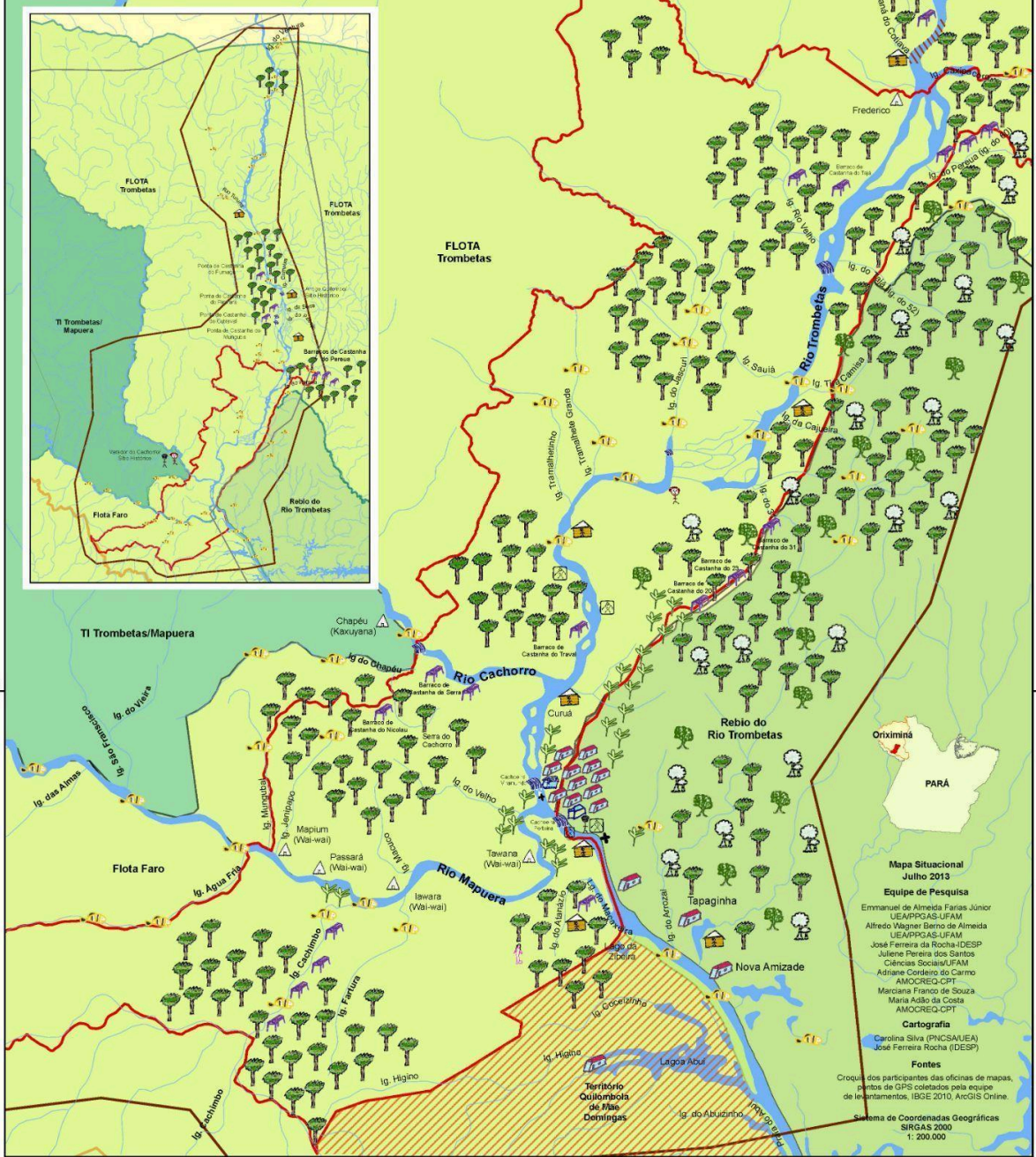
mulheres, anciãos e jovens, que tem como uma das competências “reunir-se junto à Diretoria Executiva da AMOCREQ-CPT para atuar na gestão territorial, ambiental, na gestão da produção/comercialização agroextrativista e agropecuária, da cadeia do turismo e das demais atividades inerentes ao Território Quilombola de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT, 2024). Por último, a governança conta com um Conselho Fiscal, composto por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, eleito(a)s conjuntamente com a Diretoria Executiva e com o Conselho de Representatividade, com o mesmo tempo de mandato destes, sendo permitido a reeleição, e tem por objetivo fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação (AMOCREQ-CPT, 2024).

Segundo a Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira (2024), o modo de vida tradicional é baseado nas práticas de coleta de castanha-do-pará, produção de farinha de mandioca, caça e pesca. O extrativismo comercial da castanha e o turismo de pesca esportiva são as atividades econômicas principais do território. Segundo Systemica; AMOCREQ-CPT (2025, p. 15, tradução nossa)

Em relação ao bem-estar da comunidade, o diagnóstico social revelou que o território abriga apenas uma escola municipal de ensino fundamental. Os serviços de saúde surgiram como a principal preocupação da comunidade, seguidos pela segurança pública. Em termos de saneamento básico, observou-se que a comunidade carece de sistema de esgoto e enfrenta desafios com o abastecimento de água precário. Além disso, o território tem alto potencial para exploração madeireira planejada, o que historicamente exerce pressão contínua sobre a comunidade.

Figura 3 – Mapeamento do Território Quilombola de Cachoeira Porteira - Alto Trombetas, Oriximiná - Pará

Território Quilombola de Cachoeira Porteira - Alto Trombetas, Oriximiná-Pará



- | | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Famílias Quilombolas | Sede da Comunidade | Roça | Breú | Área pretendida | Terras indígenas |
| Antigo Mocambo/Sítio histórico | Barraco de Castanha | Cemitério | Copaliba | Perambulação/Área de uso | Unidade de Conservação Federal |
| Varador/Sítio histórico | Sítio Arqueológico | Locais de pesca e caça | Pretinho do Porão (visagem) | Rio da Festa | Unidade de Conservação Estadual |
| Moradias indígenas | Cachoeira | Ponta de Castanha/Castanhas | Curupira (visagem) | Território Quilombola Mãe Domingas | Limite municipal |
| Porto | | | | Hidrografia | |



Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação: Processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/a-comunidade-quilombola-de-cachoeira-porteira-r-ecebera-titulo-de-dominio-coletivo/> (acesso em 15 de junho de 2025)

O projeto de conservação do território representa 178.451 hectares da área total e possui como proponentes a empresa desenvolvedora de crédito de carbono Systemica Inteligência em Sustentabilidade S.A e a AMOCREQ-CPT, proprietária e representante legal do Território Quilombola de Cachoeira Porteira. O projeto está registrado como Improved Forest Management (IFM) - Logged to Protected Forest (LtPF), isso significa que a área florestal, que possui licença para o corte seletivo de madeira, foi convertida em uma floresta protegida. Essa mudança evita a exploração madeireira planejada, resultando na conservação do carbono armazenado nas árvores e na manutenção da biodiversidade local.

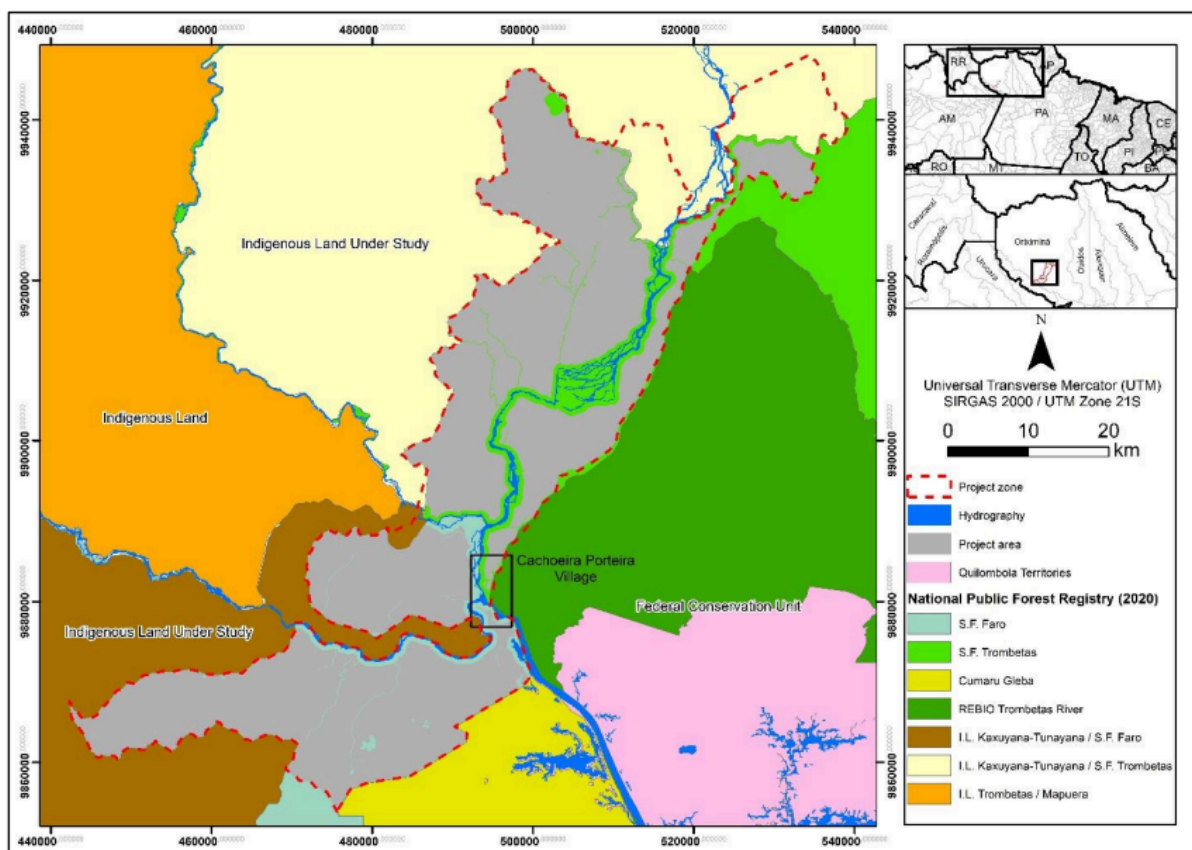


Figura 4 - Zona do projeto, área do projeto e arredores.

Fonte: Systemica; AMOCREQ-CPT (2025, p. 32),

O Quilombo de Cachoeira Porteira atua não apenas como proponente do projeto, mas também exerce uma gestão ativa sobre o território, sendo responsável pelas decisões e pelo monitoramento das atividades desenvolvidas na área do projeto.

Conforme a Systemica e AMOCREQ-CPT (2025, p. 322, tradução nossa) descrevem,

Em relação aos benefícios de médio prazo, o projeto prevê melhorias no acesso da comunidade à saúde e à educação, bem como o fortalecimento das práticas de medicina tradicional na comunidade e o aumento do número de pessoas capacitadas e alfabetizadas no território. Além disso, o aumento do conforto e da segurança, o fortalecimento da economia local e da geração de renda, a melhoria da qualidade de vida da comunidade, a melhoria das estruturas físicas dos espaços comunitários e a inclusão da comunidade no contexto atual. Os benefícios de longo prazo também se referem ao aumento da autonomia da comunidade na gestão do território, bem como ao aumento da sua conservação e preservação. Conta ainda com benefícios de médio prazo voltados para a cultura, como o resgate e a valorização do conhecimento tradicional da comunidade e, para a geração de renda, o aprimoramento do conhecimento comunitário.

O projeto de Cachoeira Porteira foi selecionado devido à sua certificação CCB ouro triplo pela Verra e pelo grande potencial de impacto socioambiental positivo. O projeto de carbono deu início em 7 de novembro de 2022, é certificado pela certificadora VERRA através da metodologia VCS v4.5 (VM0010) e CCB v3.1 e está registrado através do ID 4796 (VERRA). Segundo o relatório de validação elaborado pela Earthood Services Limited (2025, p. 3, tradução nossa), o projeto estima reduzir/remover, em média, 564.219,48 tCO₂e/ano, somando 16.926.584,36 tCO₂e ao longo de 30 anos, o que o caracteriza como projeto de grande porte. O status atual do projeto é “registrado”, o que significa que o projeto já foi validado por um auditor independente (VVB) conforme as regras do VCS e foi formalmente aceito no programa, mas ainda não possui créditos (VCUs) emitidos. Segundo Earthood Services Limited (2025, p. 3–4, tradução nossa)

O projeto pleiteia três Níveis Ouro: GL1 – Benefícios de Adaptação às Mudanças Climáticas: as atividades do projeto deverão apoiar a comunidade e a biodiversidade na adaptação às mudanças climáticas, oferecendo quatro benefícios de adaptação: 1) Educação e Acesso à Informação; 2) Conservação da Biodiversidade; 3) Fortalecimento Institucional e Bem-Estar; e 4) Geração de Emprego e Renda; GL2 – Benefícios Comunitários Excepcionais: a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira detém direitos de gestão sobre as terras na área do projeto e o direito de reivindicar que suas atividades gerarão ou causarão os benefícios climáticos, integrando o rol de proponentes do projeto, além do fato de que 71,07% das famílias da comunidade estão abaixo da linha de pobreza nacional no Brasil; e GL3 – Benefícios Excepcionais para a Biodiversidade: o projeto proporciona benefícios à biodiversidade correspondentes aos critérios de gatilho de vulnerabilidade, em razão da ocorrência de 3 espécies gatilho, *Chiropotes satanas* (EN), *Pteronura brasiliensis* (EN) e *Bertholetia excelsa* (VU).

Atualmente, uma parcela considerável das famílias da comunidade Cachoeira Porteira vive abaixo da linha de pobreza. Com isso, as atividades planejadas, que incluem melhoria das condições de saúde, educação, habitação, fortalecimento institucional, cultura e geração de renda, possuem um potencial relevante para proporcionar melhoria na qualidade de vida dos moradores de CPT.

6. RESULTADOS

6.1 Análise das entrevistas

A partir da sistematização das entrevistas realizadas com os moradores da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, foram definidos grandes eixos temáticos e suas respectivas categorias, que refletem as principais dimensões do projeto de carbono no território. As falas revelam aprendizados e desafios vividos pela comunidade ao longo da implementação do projeto, evidenciando percepções sobre os benefícios preliminares, o uso dos recursos e a valorização da identidade quilombola, além do papel da governança territorial no projeto. Todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial na comunidade de Cachoeira Porteira, com duração média de uma hora e meia cada. A Tabela 2 mostra os dados sociodemográficos dos entrevistados(as). Entre os entrevistados contamos com

artesãs, diretoria e colaboradores da AMOCREQ, professores da escola de CPT, agentes comunitários, anciões, pescadores, castanheiros, empreendedores e estudantes.

Tabela 2 – Dados sociodemográficos dos(as) entrevistados(as)

Entrevistado(a)	Idade	Gênero
Participante 1	64	Feminino
Participante 2	24	Masculino
Participante 3	52	Masculino
Participante 4	67	Feminino
Participante 5	43	Feminino
Participante 6	42	Masculino
Participante 7	21	Masculino
Participante 8	37	Feminino
Participante 9	62	Masculino
Participante 10	59	Masculino
Participante 11	42	Feminino
Participante 12	56	Feminino
Participante 13	26	Feminino
Participante 14	19	Feminino
Participante 15	17	Masculino
Participante 16	32	Masculino
Participante 17	57	Feminino
Participante 18	39	Masculino
Participante 19	47	Feminino

Com base nos temas orientadores dos objetivos específicos e as questões definidas no roteiro de entrevistas, foram estruturados três eixos temáticos centrais para a análise dos dados. A partir da metodologia de análise de conteúdo por categorização proposta por Bardin (2011), as entrevistas semiestruturadas foram examinadas e organizadas, permitindo a identificação de padrões discursivos

diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. Abaixo, os objetivos específicos são retomados para contextualização da análise:

1. Quais estratégias identificadas pela comunidade contribuem para a manutenção e valorização do seu modo de vida tradicional?
2. Como e quais instrumentos de governança da comunidade contribuem para a gestão, transparência e participação comunitária no projeto de carbono do território?
3. Como o mecanismo de repartição de benefícios pode contribuir para melhorar a qualidade de vida, preservar a cultura local e garantir a autonomia financeira da comunidade?

Com isso, a Tabela 3 reúne a definição de três grandes temas, suas respectivas categorias e a correspondência com os objetivos específicos, estruturando a categorização dos principais achados das entrevistas.

Tabela 3 – Categorização dos dados coletados nas entrevistas

Grandes temas	Categorias	Objetivo específico
Impacto Social	Qualidade de vida	1,3
	Modo de vida tradicional	1
Governança	Gestão comunitária	2
	Participação e engajamento	2
	Fortalecimento Institucional	2
	Transparência e acesso à informação	2
Mecanismo de Repartição de Benefícios	Alocação dos recursos	1,3
	Formações	3
	Autonomia financeira	3

Dessa forma, as nove categorias apresentadas na Tabela 2 irão guiar os resultados obtidos a partir da análise e organização dos dados gerados através das entrevistas.

6.1.1 Impacto Social

Com o objetivo de identificar possíveis impactos positivos e negativos do projeto na comunidade, foram elaboradas perguntas específicas voltadas às dimensões do modo de vida tradicional e da qualidade de vida. A intenção foi compreender não apenas se o projeto já havia provocado algum tipo de mudança, mas também de que forma poderia contribuir para o fortalecimento dessas dimensões no território. As falas relacionadas às práticas tradicionais e percepções sobre qualidade de vida emergiram em diferentes momentos da entrevista, ainda que tenham sido especialmente estimuladas pelas seguintes perguntas, que orientam os trechos analisados a seguir:

1. Teve alguma tradição ou costume local que mudou depois do início do projeto? A pesca, caça, roçado, foram restritos de alguma forma?
2. Como o projeto pode ajudar a manter o modo de vida tradicional? Você gostaria que algumas atividades tradicionais fossem apoiadas com o recurso do projeto? Se sim, quais?
3. O que é qualidade de vida para você?
4. Houve alguma melhoria na qualidade de vida da comunidade desde o início do projeto? Se sim, o que melhorou?
5. Houve algum impacto negativo causado pelo projeto? Se sim, qual?

Desta forma, foi possível categorizar as falas da seguinte análise.

6.1.1.1 Qualidade de vida

As entrevistas revelaram que a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira compreende qualidade de vida como um conceito amplo de múltiplos aspectos. As falas evidenciam que, para os entrevistados, qualidade de vida vai muito além de condições econômicas, abrangendo aspectos como bem-estar, acesso a direitos, relações comunitárias, educação, saúde, segurança, infraestrutura e autonomia do território.

Em diversos relatos, a qualidade de vida é descrita como a possibilidade de viver com tranquilidade, dignidade e em harmonia com o território. Os entrevistados

destacam a preservação da cultura e da coletividade e o respeito aos direitos às políticas públicas como elementos centrais desse conceito. Uma das falas ressalta que qualidade de vida não se resume à estabilidade financeira, mas inclui ser ouvido, ter seus direitos respeitados e viver em paz.

A qualidade de vida pra mim é viver bem, sossegado. Ter minha paz. Isso também é qualidade de vida. Não importa se eu tenho dinheiro no bolso, mas que eu esteja bem.

Participante 5

Poxa, qualidade de vida para mim é viver numa sociedade, numa comunidade impactada, transformada pela educação. Eu acho que qualidade de vida não depende somente de uma questão financeira, mas sim da forma que tu vive dentro do teu território. Como é que tu conduz o teu território. Isso para mim é qualidade de vida. Fazer com que a tua trajetória impacte de uma forma diferente nas tuas escolhas, no teu futuro. Então qualidade de vida para mim é ter teus direitos atendidos. É ser um ser humano que é ouvido. Porque eu não trago questão financeira. Ela contribui, mas muitas vezes nem a questão financeira te faz viver bem. Eu vejo pelas grandes capitais que envolvem muito dinheiro. As pessoas vivem e tem uma vida financeira estável, mas falta muita coisa.

Participante 8

Outro conjunto de falas associa a qualidade de vida à garantia de serviços essenciais, como saúde, educação e alimentação adequada, além de infraestrutura como energia, internet e transporte. Nesse sentido, a presença do projeto de carbono é mencionada como fator que contribuiu com avanços concretos: fornecimento de combustível para a geração de luz, criação de vagas de trabalho, acesso à educação superior e inclusão digital foram citados como melhorias que geraram impactos positivos na vida cotidiana da comunidade.

Qualidade de vida é conforto, saúde, educação. Eu acho que seria isso. E alimentação, se eu estou comendo bem, se eu estou dormindo bem, se eu tenho uma educação de qualidade e se eu estou confortável, isso para mim é qualidade de vida. Se eu fico doente e tenho alguém para me atender, se eu tenho vontade de fazer alguma coisa relacionada a lazer e eu tenho algum lugar para ir, isso para mim é qualidade de vida.

Participante 7

Temos as oficinas de capacitação que a Systemica tem fornecido para nós. Tem sido muito importante o apoio. Inclusive até a sala digital, nós dentro da comunidade sabemos que não tem nada a ver com prefeitura né, e sim pela Systemica. Já pelo início do projeto, que apesar de que não está concluído, mas já temos algo né, que já vem através dele tem também é a Gran faculdade, isso tudo já foi evoluído através do já do projeto de conservação do carbono.

Participante 17

O artigo 5º da própria Constituição Federal, por exemplo, estabelece o seguinte, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança e à propriedade. Esses são direitos fundamentais.

Se esses são direitos fundamentais, uma vida de qualidade obrigatoriamente tem que obedecer esses princípios. E esses direitos precisam ser comprovados e atestados, eles precisam ser mensurados na realidade de qualquer pessoa.

Participante 2

Primeiro, no ano passado, o projeto bancou fornecimento de combustível para iluminar mais 11 dias do mês. Por isso, já foi um ganho e nós sentimos a melhora. Outra coisa foi o processo da educação. Essa oferta de curso de graduação ou pós-graduação. A oportunidade de a gente estar online também veio do projeto. Internet, computador, energia solar. E a outra melhoria na qualidade de vida que nós percebemos é que já criou-se algumas vagas de emprego fixo e aqueles temporários em que várias pessoas já trabalharam.

Participante 6

O aspecto educacional foi especialmente valorizado, tanto como direito básico quanto como instrumento de transformação individual e coletiva. Os entrevistados apontam que a possibilidade de cursar o ensino superior ampliou horizontes e gerou efeitos simbólicos, como o despertar de um novo olhar sobre o território e a motivação para criar projetos voltados ao bem coletivo. Também emergiu das falas uma reflexão sobre a construção coletiva de prioridades. A qualidade de vida é vista como resultado de decisões compartilhadas e o uso dos recursos do projeto é percebido como oportunidade para amadurecimento do pensamento coletivo. Assim, a qualidade de vida é entendida não como um bem individual, mas como um processo construído em diálogo com a comunidade, considerando os múltiplos sentidos e necessidades que convivem no território. Algumas falas ressaltam a importância de que alguns benefícios do projeto comecem a serem percebidos pela

comunidade ainda antes da comercialização dos créditos de carbono. A implementação de ações concretas, como a viabilidade do ensino médio na comunidade, reforça a confiança no projeto e evidencia o compromisso com a melhora da qualidade de vida desde as etapas iniciais.

Uma qualidade de vida, uma vida com qualidade, ela deve ser uma vida em que eu tenha acesso, primeiro, à educação, porque a base, como eu mencionei anteriormente, é a educação. Eu tenho que ter acesso às oportunidades de modo igualitário, tenho que ter acesso à saúde (...) Os indivíduos aqui já estão em graduações, a primeira graduação e ensino superior, o que é algo extraordinário, que não se pensava há um tempo atrás. Então, a partir disso, já é possível vislumbrar, sim, Júlia, um futuro promissor na área acadêmica, vamos dizer assim. Entende?(...) E aqui no ensino superior, especificamente no ensino superior, eu diria que todos os benefícios por hora, e os mais expressivos dele, são internos, são em termos de consciência. Porque, como eu te falei, citei o exemplo do rapaz, do meu parceiro, o cara mudou a cosmovisão dele a partir da ideia de criar projetos para beneficiar a comunidade, especialmente os jovens. Você está entendendo? Então, mudar a cosmovisão de um indivíduo é algo extraordinário.
Participante 2

Nós temos aula do ensino médio na escola. Então, nesse termo aí, mesmo antes de chegar o crédito de carbono, nós já conseguimos algumas coisas antes mesmo de começar a venda do crédito.
Participante 10

Uma coisa que avançou muito dentro da nossa comunidade foi o ensino médio apesar de ser assim online, não ser presencial, mas muitas crianças adolescentes que teriam que ir para Oriximiná, que é uma dificuldade muito grande você manter seu filho ali, não precisa mais.
Participante 17

6.1.1.2 Modo de vida tradicional

As falas analisadas demonstram que a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira compreende o modo de vida tradicional como um conjunto de práticas cotidianas, saberes culturais, atividades produtivas e formas de organização comunitária que expressam sua identidade coletiva. Os entrevistados relatam que o

projeto de carbono pode tanto apoiar quanto ameaçar essas práticas, dependendo de como os recursos serão alocados, respeitando as prioridades locais.

A vida do projeto é justamente essa. É a habitação, meio ambiente, cultura, a questão de saúde. É justamente isso aí. É permanecer. A gente permanecer com nossos costumes, com nossas atividades, fazer nossa roça, a gente tirando castanha. Que a gente não venha perder isso, a gente permaneça fazendo o que a gente sempre já fazia.

Participante 8

É só conservarmos a mata. E procurar para ver se isso aumenta mais. Porque se nós conservarmos, por exemplo, essa área que foi tirada. Para que nós venhamos urbanizar ela em questão de plantio. Nós não vamos usar toda essa área. A área é muito grande. Então se todo mundo quiser fazer roçado dá. E até foi especificado no nosso estatuto. A quantia de área que nós podemos usar. São três hectares.

Então nós temos muita mata, para pouco uso.

Participante 17

Um grupo significativo de falas destaca a importância de manter vivas as manifestações culturais locais como forma de garantir a continuidade do modo de vida tradicional. Os participantes apontam a necessidade de haver pessoas ou estruturas dedicadas a manter e promover atividades culturais, como danças, capoeira, música, artesanato e festas tradicionais. O projeto é visto como potencial apoiador dessas práticas, especialmente por meio do financiamento de eventos, oficinas, deslocamentos e aquisição de materiais.

O estilo de vida delas é muito simples. E isso eu acho que é a coisa mais importante. Por quê? Por ser simples, fazem muitas coisas manufaturadas. Isso faz parte da cultura. Por exemplo, eu sou muito fã das vasilhas de barro, utensílios de barro, utensílios de madeira. Quando eu tiver minha casa, eu quero que seja tudo desse jeito. Eu não quero ter um monte de panela de alumínio. Eu quero ter uma panela de barro, porque eu quero usar o fogão de lenha, essas coisas. Eu sou muito apreciador do estilo de vida simples. E por conta disso eu almejo muito que essas comunidades sejam beneficiadas. Que a cultura delas seja mantida. O projeto de carbono vem para isso.

Participante 7

Para manter a cultura sempre ativa, acho que tinha que ter uma pessoa direcionada para trabalhar a cultura na comunidade. Que fizesse com que a cultura não desaparecesse. A gente teria que ter

mais eventos culturais, ter recursos para que as pessoas possam viajar para outros territórios para compartilhar a cultura.

Participante 16

Tem um grupo de pessoas ali que gostam de dançar, que é cultura também, um carimbó, um lumdum, eu acredito que o projeto poderia desenvolver ali mecanismos para que, por vezes, eles pudessem meio que financiar ali roupa, às vezes precisam descer para se apresentar em outras comunidades, poder de alguma forma liberar recurso para custear a viagem, alimentação, o que você vai gastar ali. Tem uma outra parte ali que gosta de, por exemplo, de capoeira, poderia liberar recursos para ter alguém de fora ensinando a prática da capoeira, tem ali também as pessoas que gostam de tocar, eu sempre quis tocar violão, aprender, então a gente tem violões disponíveis e tal, só não tem a pessoa com tempo livre para ensinar, mas poderia incentivar também, trazer alguém para ensinar e tal, que eu acho que isso também, de alguma forma, ajudaria, ajudaria a manter viva ali certa parte da cultura.

Participante 13

Olha, se eu dizer pra você que eu comprei essa casa aqui por 15 mil com artesanato? Meu marido deu 5, eu dei 10. Só de artesanato.

Trabalhei 2 anos vendendo. Então isso é uma coisa que dá muita renda. Eu digo porque eu tenho certeza porque eu trabalho com isso.

Mas ninguém quer. Eu já pelejei com as minhas amigas, com as mulheres. Elas não querem nada. Então eu vou negociar agora com os jovens. Eu vou chamar esses jovens aqui pra casa. Pra me ensinar.

O bom é que seja voluntário. Minha filha diz, mas senhora ta doente, não ensine mais assim. Mas eu me preocupo muito com esses jovens. Eu já tô nessa idade. A hora que vai chegar eu parto pro outro mundo.

E eles tão novos. Eu me preocupo com eles.

Participante 4

Eu falo, às vezes eu falo pra ele, meu filho, se tu se dedicar a fazer paneiro, vassoura que tu sabe fazer, fazer os jamaixinhos pequenininhos, os paneirinhos pra vender, tu venderia tudo.

Participante 1

Em termos de cultura, a gente está com um projeto muito bom (...) criado pela dona Rosa, que ela é a agente comunitária que trabalha nessa área da cultura junto com o professor Rubens, (...) para fomentar a atividade cultural dentro do território, que é o Festival do Camunãni.

Participante 8

Talvez a gente possa pensar em resgatar alguns dos elementos da tradição antiga, que basicamente se fundamentava na reunião no terreiro, com essas figuras dos anciãos, e literalmente uma roda para conversar. A minha bisavó, ela sempre viveu no espaço aqui da comunidade, sempre se movimentando sempre caminhando, E, de repente, ela foi levada para a cidade. Então, quando você pega um indivíduo desse e o coloca restrito dentro de um quarto, sem conversar, sem dialogar com ninguém, você pega um mega livro importantíssimo, ou fecha, ou tranca, e o priva do acesso. E aí a gente precisa conversar, a gente precisa criar, sim, esses projetos, especialmente aqueles que tratam com a ideia da oralidade, de voltar a contar as histórias, de voltar a contar o percurso que o povo, que os ancestrais percorreram até chegar aqui. A gente precisa valorizar isso. Então é sentar com esses jovens e tentar restabelecer a tradição a partir da oralidade, da conversa, do diálogo. Voltar a resgatar essa história e se comprometer com ela nessa corrida pelos direitos quilombolas, pelos direitos como indivíduo mesmo, como cidadão brasileiro.

Participante 2

Outro conjunto de falas enfatiza a relação entre o modo de vida tradicional e as atividades produtivas culturais e da floresta, com destaque para a coleta da castanha, a produção de farinha, o uso medicinal de óleos naturais e o cultivo no roçado. Os entrevistados apontam que essas práticas não apenas garantem a subsistência, mas também preservam conhecimentos de gerações passadas.

Hoje não tem castanha, mas o preço está lá em cima. Então que a gente pudesse manter o preço, sabe? Porque o trabalho é muito grande, o risco é muito grande, uma coisa assim ajudaria muito. Então que não fosse só essa época que está ruim de castanha, que o preço fosse bom todo o tempo, entendeu?

Entrevistado 11

Eu acho que as atividades culturais poderiam muito ser apoiadas pelo recurso do projeto. Por exemplo, eu acho que se a gente, por exemplo, comprasse maquinários para a gente trabalhar nossas terras já utilizadas, nossas capoeiras, né? Que seria uma forma da gente incentivar a agricultura. Eu acho que se a gente pudesse também investir em pequenos projetos, por exemplo, de criação de galinha, de criação de peixe, de plantação de hortas, seria uma forma da gente também investir.

Participante 6

de alguma forma poderia financiar algum recurso para que, a partir de então, as mulheres pudessem trabalhar com sementes, tirando óleo de castanha, tirando óleo de copaíba, tirando óleo de

andiroba. Tem uma senhora ali que ela faz, trabalha com artesanato. Se conseguisse beneficiar essa mulher de alguma forma, pra que ela conseguisse comprar os materiais que ela precisa pra trabalhar. Tendo os materiais em mão, ela consegue juntar uma quantidade de pessoas com interesse de aprender, né? E dali ela passa a ensinar o que ela sabe sobre artesanato. E depois comercializar o que já fizeram ali aquele grupo.

Participante 13

Eu acredito que sim. Por exemplo, a gente poderia apoiar na produção de farinha. Mesmo que você não fosse comercializar, seria bom manter essa cultura de fazer farinha de maneira tradicional. Porque é importante. A gente também pode falar do artesanato. O artesanato está desaparecendo. Poucas pessoas sabem fazer. E é uma coisa muito importante para a cultura. É um patrimônio cultural. A gente não pode abrir mão desse tipo de coisa. Eu não conheço ninguém aqui na comunidade que ainda saiba fazer a panela de barro, por exemplo. Só que é uma coisa que eu gosto muito. Eu queria ter. E eu acho que é muito importante apoiar isso, porque senão, em alguns anos, a gente não vai ter conhecimento dos nossos antepassados. A gente não vai saber como tudo começou. O que o pessoal fazia antes? O que as pessoas que vieram antes da gente faziam para sobreviver? Será que a gente ainda consegue fazer alguma dessas coisas? Eu mesmo sou muito fã de artesanato. Eu gosto de fazer. Eu fazia uns paneirinhos para vender castanha cristalizada dentro deles. E quando eu era mais novo, a escola promoveu uma viagem para o Abuí. E eu participei de uma oficina de cerâmica. Eu acho que a castanha é muito importante, porque a castanha está muito ligada à culinária tradicional. Então a gente não pode parar de tirar ela. E também os óleos naturais copaíba, andiroba. Eu mesmo, qualquer tipo de inflamação que dá no meu corpo, decorrente de cortes ou qualquer outra coisa, picada de insetos, eu prefiro passar a andiroba, porque para mim é o melhor remédio.

Participante 7

Que a comida, tanto da escola, quanto de todas as pousadas de pesca, fossem compradas do roçado da comunidade. É uma forma de incentivo, pras pessoas plantarem, né? Que é uma tradição da comunidade. Tem esse artesanato, tem muitas coisas, que dá pra incentivar, com o projeto, né?

Participante 11

Algumas falas revelam preocupações com os impactos que o uso inadequado dos recursos financeiros do projeto pode trazer à identidade cultural. Mencionam que a entrada de renda, se não for acompanhada de orientações ou ações coletivas,

pode levar ao abandono de práticas culturais como a ida ao castanhal, o roçado e a pesca, substituídas por hábitos de consumo externos. Por isso, reforçam a importância de garantir que o projeto mantenha os aspectos culturais da comunidade através de atividades produtivas que promovam a autonomia financeira do território.

Tipo, ah, vou ganhar 2 mil por mês ou 3 mil... Não vou mais trabalhar mais. Eu só fico em casa. Passar a comprar o peixe que pescava. O que precisa mais é um pouco de atenção para que a juventude, as famílias jovens não façam o uso do recurso de forma desordenada, porque pode prejudicar a identidade, a história, a cultura.

Participante 3

Desde o princípio nós sempre tivemos uma base, no sentido de economia. Uma base que é a economia da comunidade. A castanha. Sempre foi essa. Então, assim, a grosso modo, o cabra da mata, o quilombola, ele não conhece um outro caminho pra alcançar recursos, senão ali da mata com a castanha. Então é uma vida literalmente bruta. Em todos os sentidos. E a gente não pode falar, por exemplo, de atividades tradicionais sem mencionar a castanha. Então é por isso que eu digo que a gente tem que sim pensar uma maneira de tratar isso de modo a colocar a extração da castanha em uma posição interessante. Talvez até trabalhar a própria castanha. Estive pesquisando há algum tempo, tem uma máquina que eles trabalham, que eles retiram o óleo da castanha que é meio milhão de reais pra você conseguir ela. Isso só pra comprar. Óbvio que tem uma série de outras coisas que você vai ter que conseguir. Mas pensar em trabalhar a castanha, talvez certificar o trem, comercializar de maneira mais ampla, acredito que seria interessante pra gente. A gente fala muito da castanha porque é o que impera aqui tradicionalmente. Mas a gente tem copaíba, algumas sementes, algumas essências e outros produtos que a gente pode pensar também nessa questão da cooperativa. Então, além da castanha, outros produtos da mata, o próprio açaí, bacaba, tucumã, tem uma diversidade muito grande, até considerável, na região de produtos que você pode trabalhar.

Participante 2

No nosso contrato tem um item que o projeto não pode de forma alguma alterar a nossa vida cultural. Seja ela caçada, pescaria, religiosidade. Nada, nada pode ser alterado em função da existência do projeto. Agora, por outro lado também, já chegou um comunitário que disse que se ele recebesse, não precisa mais ir para o Castanhal. É uma preocupação nossa, é. Mas eu acho que a gente também precisa compreender. É que tem pessoas que não vão para o castanhal porque realmente gostam, vão porque precisam, por não ter uma outra atividade. E essa pessoa, eu acho que tem esse direito de

dizer como eu já tenho esse recurso, eu tenho o direito de não ir. Mas também, se essa pessoa não vai para o Castanhal, agora eu vou fazer minha roça um pouco maior, vou criar galinha, vou fazer isso e aquilo.

Mas não deixar de ir para o castanhal e deixar de fazer todas as outras coisas que ele sempre fez culturalmente. Mas tem pessoas que não, que vão de boa, até doente ele vai. E tem muitas outras implicações que a gente vê também. A tecnologia que deixe não só o filho mais distante da escola, da igreja, das outras brincadeiras tradicionais, mas deixe o pai também, a mãe.

Participante 6

Além das atividades culturais, infraestrutura como energia, transporte, acesso a água são apontados como determinantes para que os moradores permaneçam na comunidade e mantenham seu estilo de vida. A ausência desses serviços básicos é vista como fator de êxodo e, com isso, de ruptura cultural. O projeto é percebido como uma oportunidade de suprir parte das lacunas de políticas públicas, possibilitando a permanência das famílias. Essa percepção estabelece uma conexão entre qualidade de vida e modo de vida tradicional, na medida em que o acesso a melhores condições no próprio território fortalece o desejo de permanecer na comunidade, contribuindo assim para a preservação da cultura local e da floresta. Os entrevistados sugerem que o projeto de carbono pode contribuir, por exemplo, com infraestrutura, logística e maquinário.

E eu tenho grande certeza que se tivesse um posto, tivesse uma praça, a luz 24 horas, ia ter muito mais gente. Muita gente não mora na comunidade pelo fato da luz e da água. Muita gente foi embora daqui porque não tem isso.

Participante 14

Sim. No caso das roças. Porque muitos não fazem roça aí para a estrada porque não tem um transporte. Aí fica muito difícil para trazer as mandioca, cana, banana. Aí se tivesse, né, ia melhorar. Porque para eles trazerem de lá, eles fretam o carro para ir lá para o km 20 e para trazer. Aí fica mais caro. Porque geralmente as casas de farinha são para cá. Para lá só é roça mesmo. Da castanha também se abrisse uma cooperativa, uma fábrica aqui. Porque ia gerar mais emprego para aquelas pessoas para descascar, para lavar. Como tem na cidade, né, para separar. Ia gerar emprego até para as mães. Aí uma descasca, uma torra, outra separa. Aí até junho elas têm emprego garantido lá na usina de castanha.

Participante 19

Aí a gente também quer comprar material que a gente vai fazer roçado. A gente paga pra derrubar nosso roçado, pra fazer o manejo.
A gente paga porque a gente não tem material.

Participante 5

Com condições, né? Com transporte, que a gente não tem aqui. Se a gente quer fazer uma coisa ali pra dentro, a gente tem que pagar o carro pra levar e buscar. Eu gosto de plantar as minhas coisas. No sítio, dentro ali, só que eu não posso estar lá. Eu não tenho meu transporte pra mim pra lá, e é longe.

Participante 1

6.1.2 Governança

Entre as perguntas formuladas para as entrevistas semiestruturadas, algumas foram direcionadas especificamente ao tema da governança, com foco nos aspectos de gestão comunitária, participação e engajamento, fortalecimento institucional, transparência e acesso à informação. Abaixo, estão listadas as questões selecionadas para aprofundar essas categorias:

1. Você participou do processo de apresentação da proposta do projeto de carbono? A linguagem utilizada foi clara e simples?
2. Qual é o papel da comunidade na gestão do projeto?
3. A comunidade tem autonomia para tomar as decisões relacionadas ao projeto? Como essas decisões são tomadas?
4. A comunidade participa ativamente das discussões sobre o projeto de carbono?
5. Você acredita que as pessoas compreendem o projeto de carbono? Como você explicaria o projeto?

A partir das respostas a essas perguntas, bem como de outras que emergiram de maneira espontânea ao longo de conversas prolongadas, algumas com duração de até mais de duas horas, foi possível reunir os relatos apresentados a seguir.

6.1.2.1 Gestão comunitária

Os depoimentos revelam que a gestão comunitária tem desempenhado um papel central no andamento e na consolidação do projeto de carbono em Cachoeira

Porteira. As falas indicam que a comunidade fortaleceu, ao longo do processo, os instrumentos de governança próprios e está no processo de consolidação de uma cultura de participação ativa e engajamento comunitário. Os entrevistados relatam que, com a chegada do projeto de carbono, foram criados ou atualizados seis instrumentos de gestão, como estatuto social, regimento interno, plano de vida, manual de gestão de conflitos, regulamento de compras e contratações da AMOCREQ. Destacam que esses mecanismos foram discutidos de forma coletiva e aprovados em assembleia geral, assegurando legitimidade às decisões tomadas. A associação comunitária é frequentemente mencionada como o principal espaço de articulação da governança local e a assembleia geral como instrumento de tomada de decisão da comunidade. Com isso, os participantes afirmam possuir autonomia na condução e nas decisões relacionadas ao projeto.

Depois da empresa, foi criado todos os instrumentos de governança, todos que se imaginaram. Regimento, estatuto foi renovado, enfim, todos os instrumentos de governança.
Participante 12

A comunidade, ela sim. Hoje nós temos a Assembleia Geral, que a gente fala que ela é a soberana. A Assembleia Geral nada mais é a comunidade que toma a decisão, entendeu?
Participante 8

Tipo, a nossa administração é muito boa. E o nosso plano de vida já está bem estruturado. A gente não tem um passo a passo, mas a gente já sabe o que a gente quer.
Participante 7

Hoje o presidente tem o direito de tomar algumas decisões, mas tudo ele tem que passar em uma assembleia para comunicar o povo, né. O povo da comunidade. Primeiro também porque nós temos um título onde a terra é coletiva, né.
Participante 11

Mas a comunidade, em geral, fica sabendo de todos os resultados em assembleias gerais, entendeu? E toda vez que é feita alguma mudança ou como tá sendo. Como tá o andamento da venda, do contrato, a comunidade é participante de tudo. Nada do que foi feito até o início, até o momento, a comunidade é sabedora de tudo que tá acontecendo. As outras decisões todas que foram tomadas não são tomadas sem a participação da comunidade. Tanto sócios como não sócios da comunidade.
Participante 10

Tem autonomia sim, até porque a política que a gente tem é de ouvir a comunidade e reunir em assembleia geral. Para apresentar, para ouvir, para decidir se quer ou se não quer. E o porquê eu acho que nossos instrumentos de governança está especificado que a gente tem que ouvir a comunidade no coletivo. Não interessa se ele é sócio da Amocreq ou não. Mas que também ele seja consultado por meio de assembleia geral. Convocado com sócios e comunitários não sócios.

Para dar a oportunidade de ser ouvido, né?

Participante 6

Sim. Porque tudo é consultado. Até nas reuniões que eu vou, eles não decidem nada, eles perguntam para a comunidade. E a comunidade tem poder e voz de dizer sim ou não.

Participante 19

E essa gestão... Hoje a gente está tomando rédea dessa própria gestão. Então hoje o projeto de conservação do território quilombola de Cachoeira Porteira é um projeto da comunidade, ele é um projeto do território. Então a própria Amocreq toma rédea de gerir esse projeto. E aí para a gente gerir esse projeto, a nossa liderança teve que entrar em um grande período de treinamento para que a gente possa estar gerindo esse projeto. O presidente tem viajado muito. A Maria tem ido para São Paulo, já foi para outros lugares dos Estados apresentar o projeto, verificar como é que a gente gere um projeto. Já foi na questão financeira, nos bancos, buscar esse conhecimento de como gerir um projeto, de que forma trabalhar dentro do projeto. Porque hoje nós temos um projeto com a Systemica por um período de 10 anos. Mas após esse final desse tempo de 10 anos, a Amocreq vai tomar a rédea do projeto. Ela vai decidir se ela quer permanecer com a empresa ou se ela toca o projeto sozinha.

Participante 8



Foto 1 – Assembleia Geral da comunidade de Cachoeira Porteira

6.1.2.2 Participação e engajamento

As falas demonstram que o início do projeto de carbono provocou mudanças significativas na dinâmica de participação e engajamento da comunidade. Mas os

relatos revelam tanto avanços importantes quanto desafios persistentes, especialmente no que se refere à juventude, indicando que o envolvimento comunitário com o projeto ocorre de maneira heterogênea, influenciado por fatores históricos, geracionais e de acesso a oportunidades.

Vários depoimentos indicam que, com o avanço do projeto de carbono, houve um aumento perceptível do interesse e do envolvimento da comunidade nas decisões da associação e nos processos de gestão. Os entrevistados relatam que, anteriormente, a comunidade demonstrava pouco interesse em assumir cargos e atividades voluntárias na associação, mas que esse cenário tem mudado, com maior disposição para o envolvimento nas responsabilidades coletivas. Também foi apontada uma mudança no âmbito institucional, com a presença de pessoas comprometidas, que compreendem a importância da organização como caminho para o fortalecimento dos direitos coletivos. A regularidade das assembleias e a divulgação das informações contribuíram para esse processo, bem como a criação de grupos de mulheres, anciãos e jovens, como forma de ampliar os espaços de escuta e participação.

Porque, tipo assim, antes, por exemplo, o pessoal não tinha tanto interesse em assumir a associação, entendeu? Ai hoje já tem. Hoje já estão querendo. Ainda bem, né?
Participante 10

É difícil, não sei se tu vai entender. O que melhorou nas pessoas foi acreditar que vamos ter um futuro próspero. Não é melhorar porque a pessoa comprou uma calcinha, uma calça e tal, comprou um avião, não. Eu estou sentindo que as pessoas estão fortemente. Quando iniciei a associação, a primeira reunião que eu fiz deu 13 pessoas. Entendeu? E hoje todo mundo está empenhado, curioso ali no barracão. Então isso é acreditar, tem pessoas esperançosas aí. Eles estão vendo que é possível.
Participante 18

Questão do reconhecimento do território. Participação das mulheres. A gente criou os grupos, né? Que tem grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos, que são os anciões. Só começou depois do projeto. A gente só tinha encontros de mulheres e de jovens a partir da igreja, da assembleia. A gente não tinha esse hábito de reunir com as mulheres e ter rodas de conversa com os jovens. Hoje a gente já tem. A gente tem até convite para sair do território para outros

territórios e participar de encontros de mulheres, encontros de jovens.

Participante 8

Então, essa organização a gente consegue ver, você pode conversar com algumas pessoas, inclusive lá mesmo no estabelecimento, no prédio da associação, pessoas que realmente demonstram engajamento. Então, elas estão se responsabilizando, elas entenderam como que a coisa funciona, a necessidade de nos organizarmos e, com base na nossa organização, buscar, de fato, a efetivação de todos os direitos que nos são garantidos. Até porque a própria constituição ainda considera, pelo menos segundo o texto, o povo quilombola como um povo tradicional vulnerável, vamos dizer assim. E, para além disso, sim, posso afirmar que a gente consegue verificar tudo isso acontecendo em termos de organização, comprometimento da comunidade.

Participante 2

Porque até encontros de rodas de conversa de grupos de mulheres, essas questões, a comunidade passou a participar mais. Porque a gente ainda não tinha saído para outro território participar dessas atividades, desses encontros, feiras de artesanato, questões culturais.

Participante 8

Eu tenho uma coisa comigo, pra isso funcionar tem que ter uma boa administração também. E hoje, devido a esse processo do crédito carbono, hoje a nossa associação é bem organizada. Que antes não tinha nada. Se você chegasse dentro da associação pedisse algum projeto de interesse da comunidade, alguma coisa, você não encontraria.

Participante 10

Apesar dos avanços, os entrevistados apontaram com frequência a baixa participação da juventude como uma preocupação central. Observa-se um distanciamento dos jovens em relação às práticas comunitárias, à gestão do território, às atividades tradicionais e ao conhecimento da história do território. As causas são atribuídas à falta de oportunidades, ausência de atividades atrativas e ruptura com os modos de vida mais antigos. Os entrevistados sugerem que a criação de projetos voltados ao lazer, à cultura, à formação profissional e à geração de renda pode funcionar como estratégia para estimular o engajamento dessa geração. Atividades como futebol, cinema, oficinas de artesanato e rodas de conversa são citadas como caminhos possíveis para aproximar os jovens dos espaços coletivos. Dentre os cinco jovens, pessoas até 30 anos de idade,

entrevistados, os três mais velhos (participantes 2, 7, 13) demonstraram relevante preocupação com a postura dos jovens na comunidade e com o impacto dessa realidade no futuro do território. Todavia, para além dos próprios jovens, a juventude da comunidade demonstrou ser uma preocupação de todas as idades, como é possível observar nos depoimentos a seguir.

Só que em relação aos jovens está um pouco atrasado, está ficando um pouco para trás. Porque a maioria dos jovens não tem interesse. Eles estão meio que largando a convivência tradicional. Eles não estão muito interessados nisso. A maioria dos jovens ou não tem interesse ou eles saem da terra. Então a gente precisa de uma liderança mais forte e uns projetos que chamem mais a atenção deles. Tipo, eu focaria em atividades que proporcionam lazer para as pessoas. Porque se as pessoas têm uma atividade que proporciona lazer para elas, futebol, cinema, tu poderia incluir outras questões relacionadas à cultura, como artesanato, danças tradicionais. Porque se tu promove para as pessoas uma coisa que elas gostam, depois tu pode incluir as coisas que são importantes. Entende? Um projeto relacionado a isso. Se tu promove um lanche, muita gente vai participar.

Participante 7

Jovens? Eu fico preocupada com eles. Porque é uma cabeça fraca. Para mim é uma cabeça fraca. E muito porque eles não têm o que fazer. Eles não têm o que fazer. Porque eles só vivem na cachaça assim. Vai fazer o quê? Se desse uma oportunidade. Ele teria essa obrigação. Ele não vai deixar ele ganhar um dinheirinho. Mas vai tomar uma dose. Porque quando tem bem a castanha, eles vão tirar castanha. Então acho que falta oportunidade para eles também. Uma ocupação.

Participante 5

Porque o que eu observo aqui da juventude, uns 70% não tem visão de uma melhoria de vida. Ou posso dizer que um deles tem um projeto, vai ter uma iniciativa de criar um projeto que possa gerar recursos, que possa melhorar a vida, que possa gerar renda, alguma coisa do tipo. A gente não ouve da juventude. E, infelizmente, a única coisa que eu vejo que uma boa parte deles tem ali um anseio por fazer, em relação a algo que não seja bebida, é pelo esporte. Jogar bola. A maioria deles gosta muito de futebol. E, de resto, eu nem tenho muita coisa para comentar. Mas a juventude precisa muito, como o outro dia a gente conversando com o papai, que ele falou sobre fazer aqui na comunidade, não só com os jovens, mas com o geral, uma reeducação financeira. Eu acho que seria uma boa ideia,

sim. Porque a maioria das pessoas hoje, juventude principalmente, infelizmente, não sabe o que fazer com o recurso que ganha, com o dinheiro que ganha. Então, se a gente pretende ter um futuro melhor, sendo ali gerenciado pelos jovens de hoje, eles precisam ser ensinados. Só que eles precisam querer aprender também. Não depende só de quem ensina.

Participante 13

Porque eu vejo aqui que os jovens, muitos jovens vão para o mundo das bebidas porque eles não têm uma ocupação. Aí para de estudar, aí fica bebendo. Mas quando tem emprego, por exemplo, na época do turismo, a gente vê que eles querem trabalhar. E aí quando chega o barco, chega as coisas das pousadas, materiais, a gente vê aquele monte de jovem lá que os donos pagam para carregar. E eles estão lá sem bebida porque eles querem ganhar o dinheiro deles. Então eu acho que o que falta aqui mesmo na comunidade é algo que gere emprego para colocar esses jovens para trabalhar. Porque como diz o papai, a mente desocupada é o inimigo se apodera.

Participante 19

E muitas das vezes, quando a gente observa um indivíduo que não tem informações básicas relacionadas à própria origem, não é exagero nós admitirmos que isso é um grande desrespeito com a própria história, com a própria história dele. A gente precisa valorizar isso. Então é sentar com esses jovens e tentar restabelecer a tradição a partir da oralidade, da conversa, do diálogo. Óbvio que só isso não vai ser suficiente, porque uma vez que, por exemplo, no que diz respeito às drogas, o indivíduo é preso pelo vício, você precisa de uma série de medidas para tentar contornar isso, para tentar fazê-lo retornar desse caminho. Então, óbvio que não é fácil. Você precisa de uma diversidade de atividade, de profissionais, para tentar trabalhar isso. Exemplo, a gente fala de projeto, mas é necessário o conhecimento até para desenvolver o projeto também, porque tem a questão técnica, não é algo simples de se fazer. Mas eu acredito que a solução ainda é essa. Nós crescemos entendendo que, na verdade, a solução sempre tem que ser pensada a priori por meios pacíficos, os meios mais pacíficos possíveis. Por exemplo, eu não posso dizer que a solução seria estabelecer uma unidade policial em Cachorra Porteira, porque isso daí não é uma solução. Eu acho que é nesse sentido que a gente pode pensar numa solução voltada especialmente às juventudes.

Participante 2

Criar projetos que eles possam estar incentivando eles a melhorar de vida, a estudar, bolsas.

Participante 16

Enquanto isso, a presença das mulheres na gestão do projeto também aparece com destaque. Os participantes relatam uma mudança significativa na composição das lideranças, com as mulheres ocupando cargos de representação, liderando projetos e conduzindo grupos. Essa transformação é associada a cursos de formação e articulação externa, que incentivaram a participação das mulheres e reforçaram seu protagonismo na condução das atividades comunitárias. As falas evidenciam não apenas o aumento da presença feminina, mas também uma valorização de características associadas à escuta, ao cuidado e à comunicação como elementos fortalecedores da participação social. Dentre os participantes, para além das mulheres, quatro dos nove reconhecem a importância das mulheres na gestão do territorial e do projeto de carbono. As falas dos entrevistados 10 e 6 destacam os benefícios das mulheres na liderança e o desejo da maior participação feminina na associação do território.

Eu vejo um potencial muito grande delas participando dessa liderança, dessas melhorias pra dentro da comunidade porque eu sei que a mulher também tem uma visão boa pra essas coisas, de buscar o melhor pra comunidade. Assim como elas querem o melhor pra dentro da casa dela, ela com certeza quer o melhor pra sociedade.

Participante 10

Porque antes as mulheres viviam mais dentro de casa, sendo mãe de família, do que em um cargo, na frente de um grupo. Uma responsabilidade que não seja somente ser dona de casa. E hoje a gente tem. Hoje as mulheres dentro da Amocreq são a maioria. E antes a gente não tinha. Era somente homens. E hoje a maioria são as mulheres. Hoje nós temos uma primeira mulher a assumir o cargo de vice-presidente dentro da Amocreq. Até na própria escola hoje as mulheres são a maioria também. Então é uma vitória que a gente tem.

Hoje a gente tem mulheres liderando equipes de turistas. A gente já consegue ver essa diferença. A gente já consegue ver as mulheres do quilombo tomando mais decisões. Até nas próprias reuniões a gente vê que mais quem se manifestava eram os homens. Hoje as mulheres estão tendo esse poder de dar sua opinião. Então isso aí realmente mudou essa questão. Essas tomadas de decisões entre a questão do masculino ali. Aquela questão do macho alfa tomar decisão de tudo. A gente tem grupo também que participa de questões de mulheres na liderança. Então a gente está se reinventando.

Participante 8

Eu não gostaria mais que a Amocreq fosse dirigida por um homem porque nós temos mais de 20 anos de existência e nunca uma mulher ocupou esse espaço. E nós homens acabamos por dizer que é porque elas não querem. Mas é porque eu acho que a gente ainda é uma comunidade onde os homens ainda tem aquela característica machista...Mas essa nossa turma aqui de 25 alunos só tem 4 homens o restante tudo é mulher. Então o que eu vejo como possibilidade real é que essas 21 mulheres continuando essa graduação isso vai dar um gás melhor para essas mulheres e essas podem incentivar as outras.

Participante 6

Isso aí eu posso te falar com propriedade. Porque a gente participou no ano passado de um encontro com a Malunga. Lá em Santarém. E foi o nosso primeiro encontro de mulheres. Que a comunidade se fez presente. E lá a gente pôde ver o quanto as mulheres impactam também no meio social em questões de decisões. Em questão de liderança, em questão de tomar frente de muita coisa. Porque a gente sempre teve aquele medo de não se envolver. E aí aquele encontro ele abriu um leque para a gente trazer esse tema para a comunidade. A gente incentivar mulheres a participar, a estar ali na frente de um cargo importantíssimo. Como ser uma presidente, como ser uma líder de mulheres, uma líder da sua comunidade. E a gente movimentar esse poder que a mulher tem. E a gente conseguiu trazer isso. A partir daí a gente conseguiu também se reunir com outras mulheres de outros territórios. E ter esse diálogo também com outras mulheres do território. E entender que a mulher também tem que ocupar o espaço dela. Que não só o homem, mas a mulher também. Ela tem o direito, ela é capaz, ela tem a capacidade de ocupar um cargo de liderança. E estar ali mediante tomadas de decisões importantíssimas também. Então isso aí trouxe para a gente. A comunidade via muito na dependência da palavra do homem. Então o homem dava a última palavra. Tu não vai participar de tal cargo porque tu é mulher, tu não pode, tu não tem capacidade. Entendeu? Então isso por muito tempo imperou. E a partir daí desse encontro a gente conseguiu despertar esse interesse de dizer. Epa, nosso lugar é onde a gente quiser. A gente pode, a gente deve, a gente tem capacidade de assumir o cargo que a gente quiser. A gente tem voz. E aí foi que a gente começou esse movimento. Então são coisas que trazem para a gente um conhecimento que a gente achava que a gente não tinha. E na realidade a gente tinha, mas a gente não tinha entendimento de como usar. Então a gente começou a dizer pra Systemica, não, tem que mandar a mulher também. Tem que mandar as mulheres para cá para trabalhar com a gente. Mulher ela consegue ter mais um diálogo com a gente, a gente com mulher consegue se abrir mais com elas. E foi que hoje a Systemica tem mais mulheres em campo do que homens.

A gente conseguiu fazer isso. Então hoje no nosso território é uma conquista a gente ter tudo isso de mulher envolvida e engajada nessas atividades. E a gente também, através daí, a gente está fundando o nosso centro de ciências e saberes. Então isso é muito importante. A gente pode participar de outras coisas em outros lugares. A gente já foi para um encontro, para uma palestra na UFOPA. Foi só mulheres. Dentro da sala digital, na grande faculdade, a maioria somos mulheres. Mulheres que já são mãe, que pensavam que nunca ia cursar uma faculdade, que não ia dar mais tempo. E hoje estão tendo a oportunidade de estudar. Então é um avanço muito grande. Eu acho que um dos diferenciais de uma mulher estar em uma tomada de decisão é a forma que ela se expressa, com mais respeito. Ela consegue entrar num lugar onde o homem não consegue entrar, com palavras. Independente do sexo, a mulher sabe como chegar, como falar, como se expressar. Ela é mais cuidadosa e mais zelosa com as palavras do que o homem. Então isso transforma. A gente teve uma pesquisadora aqui chamada Alegreti. Ela é lá do Rio Grande do Sul. Sei que ela é uma grande coisa aí. Pesquisa aí em qualquer lugar que você achar o nome dela. Mary Allegretti. Ela com 90 anos, 80 para 90 anos, ela chegou aqui nesse território. A gente ficou olhando. Quem é que vai palestrar? A gente vê aquela senhorinha de cabelo branco. Ela chegou lá, ela conseguiu quebrar tabu que muitos não conseguiram quebrar. Através de expressar, de falar. O que ela falou conseguiu abrir a nossa mentalidade, fazer a gente entender coisas que a gente vinha antes muito tempo e não conseguia entender. Entendeu? Ela disse, eu me formei, já estava com uma certa idade. Hoje eu continuo estudando. Aquilo impactou de uma forma. Eu estou com 40 e não estou conseguindo ter atitude de estudar. Pessoas assim disseram, a senhora conseguiu inspirar em mim o desejo de eu estudar. O desejo de buscar o futuro. Então, através dela, ela veio e ela conseguiu trazer para a gente informações que a gente não absorvia. Ela conseguiu colocar um gás na gente que muitas não tinham mais. Porque tinha aquela ideia, eu me tornei mãe, eu não posso mais estudar, acabou meu sonho. Não, ela fez aquilo despertar nas outras mulheres. Entendeu? E a partir daí a gente disse, não, a gente quer mais mulher em campo. A gente não só é mãe, a gente também é comunicadora. Isso é importante. A gente comunicar. Em primeiro lugar, eu acho que a gente consegue ouvir mais do que o homem. A gente consegue ouvir umas às outras mais. Porque muitas vezes o outro não consegue te ouvir. Mas a gente consegue ouvir o outro.

Participante 8

Dentro do recorte do papel da mulher na comunidade de Cachoeira Porteira, é interessante destacar que, aprovado em assembleia comunitária, a forma de repasse de recursos financeiros para as famílias da comunidade serão através das

mulheres, conforme texto do mecanismo de repartição de benefício do projeto de conservação:

No caso dos casais (compostos homem /mulher), o dinheiro será repassado para a conta bancária da mulher, nos outros casos fica a critério da família;

Em caso de separação do casal, o caso deve ser comunicado à diretoria executiva, devendo o benefício permanecer com a mulher, e/ou com o membro do casal ou para a pessoa que ficar responsável pelo cuidado com os filhos; (Amocreq, 2025)

Algumas falas identificam algumas barreiras ao engajamento, como a desconfiança em relação a promessas anteriores de autoridades públicas e o histórico de abandono por parte do Estado. Isso gerou descrença em alguns moradores, que só passariam a participar mais ativamente se percebessem resultados mais concretos do projeto, como a entrada do recurso das vendas dos créditos. Há também quem simplesmente não goste de participar de reuniões, sendo mencionado que uma parte dos moradores se mantém à margem das assembleias, aguardando os benefícios sem se envolver nas discussões.

E o que faz as pessoas a não participarem disso, as pessoas que não participam, seria, no caso, essa desilusão. Porque já teve muitas pessoas que vieram aqui, prometeram, principalmente em relação aos prefeitos, que houveram antes do atual prefeito, e as pessoas são meio que, sabe, desamparadas. Então, por conta disso, elas não acreditam tanto. E o que faria elas acreditarem bem, é no momento que elas verem o recurso entrar. As coisas estão mudando de verdade.

Participante 7

Uma boa parte da comunidade participa das reuniões, das assembleias. Mas ali tem uma certa parte também que não participa das reuniões. Simplesmente pelo fato, acredito eu, de não gostar de participar de reunião. Então, de 100%, 80% da comunidade é bem presente nas reuniões, participa, todo mundo dialoga ali. E tem esses 20% que é o povo que não gosta mesmo de reunião e que está ali só esperando o benefício.

Participante 13

Cara, eu acredito que não dá pra gente resolver isso de uma maneira muito objetiva. A gente pode focar em aulas virtuais, a gente pode focar em seminários no barracão, por exemplo, nas assembleias, a gente pode tentar informar para as pessoas. Mas isso vai muito do interesse das pessoas, porque a gente anuncia uma assembleia e nem metade da comunidade vai. Não tem como esclarecer a dúvida

de todo mundo e a maioria das pessoas que tem dúvida são justamente aquelas que não vão. Então isso vai muito do interesse do próprio comunitário. Meio que a gente fica preso a depender deles. Eu não saberia dizer uma maneira de resolver esse problema. A gente está tentando, se esforçando.

Participante 7

6.1.2.3 Fortalecimento Institucional

As entrevistas revelam que o projeto de carbono tem contribuído significativamente para o fortalecimento institucional da associação comunitária e para o reconhecimento de sua legitimidade junto a órgãos públicos e à própria comunidade. As falas destacam avanços concretos na capacidade de organização, acesso a direitos, produção de documentos formais e desenvolvimento de autonomia política e administrativa.

Os participantes relataram uma mudança no reconhecimento da associação por parte de instituições externas e do poder público. Segundo os depoimentos, anteriormente os ofícios e demandas da associação não eram levados em consideração, enquanto hoje, com o avanço do projeto, há respostas mais efetivas. Esse reconhecimento é atribuído à credibilidade adquirida pelo envolvimento com o projeto de carbono. A associação agora não só realiza ofícios, mas está articulando com o Estado, principalmente no quesito de acesso a serviços públicos.

É um grande sucesso que a gente tem hoje é da balsa da saúde chegar aqui no porto e a gente poder ser consultado aqui no porto da Cachoeira. Antes do projeto quando vinha era porque os índios metiam coisa e estacionam aqui e acabavam atendendo eles, então era bem difícil (...) Foi um diálogo da Amocreq mesmo que isso mudou porque eu acho que a Amocreq ela tem autonomia hoje, né, ela tem autonomia pra buscar recursos, buscar os direitos. Porque antigamente era mesmo que nada, a gente colocava um ofício, eu tinha que ir lá falar e falava, era mesmo que nada, e hoje não. Hoje você faz um ofício aqui, envia e graças a Deus nós somos atendidos. Então hoje você sente que tem um reconhecimento maior? Porque antes essa associação ela não tinha o reconhecimento que ela tem hoje.

Participante 8

Hoje o povo aprendeu a lutar pelos direitos, né. Ah, esse é meu direito e eles têm bastante autonomia sobre isso. Hoje, a nossa comunidade está assim. Isso é bom. Participante 11

Melhorou, por exemplo, a administração do território. No momento ainda não teve uma grande melhoria por conta que ainda não entrou recurso. Mas a gente já teve o nosso adiantamento de recurso e a nossa administração melhorou muito. Por exemplo, antigamente a Amocreq só fazia declaração. Agora não. Agora eles estão trabalhando diretamente com a Systemica para a produção e venda do carbono. Isso gerou emprego. Antigamente as pessoas só faziam trabalho voluntário para a Amocreq, agora elas estão recebendo. Gerou emprego. E teve a faculdade Gran e a sala digital. A gente não tinha uma internet pública, um computador para os alunos. Participante 7

As falas também apontam a revisão e criação de uma série de documentos institucionais, como estatuto social, regimento interno, manual de compras e contratação, protocolo de consulta livre prévia e informada, código de ética e manual de resolução de conflitos. Esses instrumentos são considerados conquistas importantes para o fortalecimento institucional da AMOCREQ e para o funcionamento da associação, demonstrando contribuir para o planejamento, formalização e regulação dos processos internos.

E no segundo mandato, já com a existência do projeto de carbono, não só o estatuto e nem só o rendimento interno nós conseguimos fazer, mas fizemos outros seis documentos. Fizemos o protocolo de consulta, o rendimento interno, a renovação do estatuto, o manual de compras e contratação, o protocolo, acho que é código de ética e conduta, e manual de resolução de conflitos. Todos esses conteúdos. Também propusemos o estudo de componente quilombola para fazer parte do nosso projeto de carbono. Participante 6

Em termos de outras questões como questão cultural, educação, a saúde, a gente avançou muito através do projeto. A nossa forma de se comunicar e, em primeiro lugar, o respeito que a nossa comunidade adquiriu. Hoje a nossa comunidade, pra você acessar ela, você tem que primeiro bater na porta pra você entrar. Hoje você não entra de qualquer jeito, isso é uma das conquistas que a gente tem. O nosso estatuto elaborado, concluído, estabelecido, é uma das conquistas também que a gente tem. A educação também na nossa comunidade,

ela avançou bastante, que o nosso índice era muito pouco, muito baixo, e com esse desenvolvimento, essas atividades referentes ao projeto, nós conseguimos crescer na questão da educação através da faculdade Gran.
Participante 8

As falas ressaltam a importância da reconstrução da história dos antepassados e do conhecimento sobre os próprios direitos quilombolas como ferramentas de mobilização social. A oralidade, a escuta dos anciãos e a valorização dos saberes tradicionais são apresentados como pilares que sustentam o sentimento de pertencimento e alimentam a atuação política da comunidade.

Acho que tudo parte do princípio de se conhecer, de entender quem eu sou dentro dessa sociedade de agora. Por exemplo, existem muitos direitos, existem, o que eu posso dizer, muitas oportunidades que são direcionadas para povos tradicionais, em especial os quilombolas, mas que não são utilizadas ou aproveitadas exatamente pelo desconhecimento.
Participante 3

E aí a gente precisa desses indivíduos, dos anciãos, para que a gente construa, primeiro, essa ideia da identidade, como Quilombola. Quando você passa a entender que você tem uma responsabilidade com essa identidade, a forma de você ver o mundo, a cosmovisão que a gente fala, ela também é impactada. A estratégia, para mim, tem que ser essa. A gente tem que, primeiro, mostrar aos jovens a responsabilidade que nós temos como povo tradicional de viver a partir da identidade, de valorizar a cultura e, com base nisso, galgar esses espaços que nós reputamos direito.
Participante 2

Porque o povo é coletivo. A ideia é fortalecimento do projeto através da cultura. Então se já estava perdido, você tem que fortalecer mais. Você não está voltando na época da lamparina. Mas você tem que entender que o projeto de carbono é floresta, é a terra e você tem que fazer seus cultivos. Manter sua cultura tradicional. Se você esquecer a sua dança para viver de funk lá do litoral do Rio de Janeiro, isso não é bom para a visitação dos investidores e nem quando for fazer a auditoria. A gente só tem a perder com essas situações. Por isso que eu digo que nenhum, cada um é ciente de dizer eu sou quilombola e eu vou manter minha raiz, minha cultura e tudo mais. Então é através de um entendimento do que que mantém o projeto saudável, cultural. Cultura no sentido de que para manter o projeto saudável você precisa ter manutenção da cultura e do território. Por exemplo, só para te dar um norte, a apresentação de dança que foi feita não envolveu um real. Entendeu? E isso está no sangue, na dança. Não precisa de

um professor que está ensinando ali. Entendeu? Porque vai ficar assim, se eu responder que sim, só vai fazer as coisas se tiver um funcionário. Não funciona assim. Cadê o esporte? Ah, tem que procurar alguém que é um funcionário. Não, tem que estar no sangue. É uma coisa natural, né? A dança é natural, o esporte é natural. Entendeu? Algo assim que eu acho que não precisa de financeiros. Se não fica, um dia quando quebrar o fundo, quebrar o dólar, vai acabar a comunidade. Porque só fazem as coisas se pagar. E hoje rola assim. A maioria das coisas estão assim, só fazem as coisas se pagar.

Participante 18

Trazer mais a juventude para a identidade nossa, que você só ganha hoje em terra. Eu falo para eles, se você tiver a identidade de uma forma muito segura, muito clara, para você debater com vários outros interessados, né? E isso me deu uma segurança muito forte. Então tem que preparar alguém, tem que trabalhar mais na escola, a identidade, os quilombos, quais foram os quilombos, as famílias originárias, tipo, Adão, Vieira, Viana, Santos, Rocha, Xavier, que essas famílias foram primitivas para desbravar, o nome dos primeiros quilombo, eu passo para eles como que era, eu falo para eles, mas parece assim que o celular é a bola da vez, né?

Participante 3

6.1.2.4 Transparência e acesso à informação

As entrevistas evidenciam que a transparência na gestão do projeto de carbono e o acesso claro e equitativo às informações são compreendidos pela comunidade como elementos indispensáveis para o engajamento e o sucesso do projeto. As falas indicam uma valorização crescente por práticas que garantam o amplo conhecimento sobre o projeto de carbono, suas etapas e direitos dos beneficiários.

Um dos participantes comparou práticas passadas com a atual organização da associação, apontando que anteriormente os documentos institucionais, como o estatuto social, ficavam dispersos em residências de lideranças, o que dificultava o acesso e a consulta por parte da comunidade. Hoje, segundo o relato, esses documentos estão organizados, disponíveis e acessíveis, o que é percebido como um avanço fundamental na construção de uma gestão mais transparente e responsável.

Aí hoje você chega lá... Ah, eu quero saber tal coisa da associação. O estatuto está onde? Está aqui. Onde está o estatuto da comunidade?

Ah, está lá na casa do presidente. Não, está lá com o tesoureiro. Ele levou lá pra casa dele. Era assim. Hoje não. Tudo certinho.
Participante 10



Foto 2 – Sala da diretoria da AMOCREQ-CPT
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

A necessidade de acesso regular e compreensível às informações do projeto é reforçada por outro participante, que sugere a criação de materiais escritos, como um jornal comunitário, que permitam aos moradores acompanhar com mais proximidade os assuntos relacionados ao projeto. Essa sugestão aponta para a importância de diversificar e inovar nos canais de comunicação interna, especialmente considerando a heterogeneidade dos perfis dos moradores da comunidade.

E se tivesse algum material para a gente ler, é muito melhor. Porque, pelo menos, a gente estava por dentro dos assuntos da comunidade sobre o projeto. Tipo um jornal.
Participante 15

Apesar dos avanços, os participantes apontam que ainda existem obstáculos no campo da formação e do acesso à informação em relação ao entendimento do projeto. A falta de acesso a internet, celular ou computador e de domínio digital dificulta a participação em reuniões online e reduz a eficácia de processos informativos virtuais por parte da empresa parceira desenvolvedora do projeto. Os depoimentos defendem a retomada de formações presenciais, mais acessíveis à maioria da população, em especial aos anciãos. Também foram mencionadas dificuldades em engajar moradores menos participativos, sendo apontado que parte da desinformação decorre tanto da ausência dessas pessoas nos espaços de diálogo, como assembleias e oficinas de formação, quanto da utilização de uma linguagem pouco acessível, que dificulta a compreensão e inibe o questionamento durante as reuniões. Como resultado, uma parcela dos moradores parece permanecer desinformada, reproduzindo interpretações aparentemente equivocadas sobre o projeto e manifestando um certo grau de insatisfação com seu andamento.

Gente, vocês estão com dúvida? Perguntem... Estão entendendo? Aí, todo mundo dá um dedãozinho. Ah, tudo certo. Digo, gente, vocês não estão entendendo. Então um pouco é essa questão de buscar esse entendimento dos quilombolas para seguir firme. Expliquem na língua quilombola...Poxa... Diz para o Quilombola entender... Na linguagem Quilombola... Você está entendendo?
Participante 3

Porque falta entendimento, eu digo pela minha mãe. A minha mãe tem um pouco de dificuldade para entender as coisas. E não é só ela. Nós temos várias pessoas dentro da comunidade. Um exemplo disso você viu foi o pretinho. O pretinho ta acompanhando todas as reuniões e chega a dizer que não tinha entendido.
Participante 17

Entende e esquece rápido. Porque todas aquelas perguntas lá foram trabalhadas, assim, eu não sei o que acontece. Não é dizer que a linguagem dos caras foi mal, não. (...) foi bem explicado tudo isso. O cara vai dizer que não foi explicado impostos, dívidas. Todo o tempo a Systemica está dizendo. Eu estou pensando em fazer, quando tiver uma sede bacana, tudo ser gravado. Porque, por exemplo, mesmo se você falou alguma coisa agora do MRB. Aí chega lá em agosto com uma empresa americana e diz que vocês não falaram. É porque é um projeto complexo, né? É. Mas está bem compreendido já pela maioria. 60% compreendem.
Participante 18

Porque outra coisa que eu digo é que o conhecimento é a arma mais poderosa que nós temos. Então, se eu não tenho informações, eu não posso nem lutar por aquilo que eu acredito que seja correto ou coerente. Eu preciso conhecer os meus direitos, porque defender, eu sempre digo também que defender aquilo que se conhece é muito mais fácil do que aquilo que você não conhece, aquilo que você desconhece.

Participante 2

Imagina, gente, 90% de cachoeira porteira não tem uma internet em casa. 40% não tem um celular. Então, como que vocês vão fazer um momento desse? Sabe? No Globo Meet, virtual, como que vocês vão fazer isso? Eu disse eu não vou participar, eu tenho uma internet boa, eu tenho um celular bom, mas eu não vou. Porque tem alguma coisa aí, por trás disso tudo. Porque antes vocês mandavam uma pessoa, a gente se reunia, a gente passava uma hora de semana com vocês e nunca reclamamos. O pessoal em peso lá, nos tirava nossas dúvidas, era aquela coisa harmoniosa. E por que agora tudo tem que ser online?

Participante 12

Olha, nós já fizemos algumas formações online mas são poucas pessoas que participam e assim a formação online é difícil, é complicado porque a pessoa que se conecta se ela não tiver o interesse nenhum ela só deixa o celular ligado ou o computador e nem escuta o que está sendo dito mas se qualquer formação, acho que deveria ser presencial até para fazer isso de modo igual com as faixas etárias porque os mais velhos não conseguem participar de reunião online se fosse presencial

Participante 6

Não precisa ser um quilombola, mas alguém que já viveu essa ideia de trazer o seu Igor foi muito boa, porque a gente observa, a gente conversa com as pessoas, eles começaram a entender muita coisa agora. Não é que ainda não foi explicado, mas que a gente pôde entender, porque o seu Igor tem uma linguagem mais clara, ele não usa muito aquela linguagem técnica, ele substitui algumas palavras que a gente entende, porque nem todo mundo tem a oportunidade de estudar como eles. Todos têm uma formação, e aí a gente que já estudou tem palavras que a gente não sabe o que é. Aí a pessoa se acanha de perguntar o que é e o seu Igor explica bacana. Porque o seu Igor já trabalhou com muita comunidade, e ele percebe isso aí, e ele diz que a linguagem é uma coisa muito importante, porque as pessoas às vezes estão aceitando o que eles não estão entendendo. Até as pessoas dizem que ficaram mais à vontade com ele, porque ele é, como eu digo, ele é gente da gente, ele é simples, apesar dele ser doutor, mas ele

não tem aquela, como dizem as pessoas, aquela pavulagem, ele é humilde com a gente, e como é com a gente, não tem. Então eu acho assim que pra quilombola tinha que ser mais claro, porque às vezes a gente não está entendendo, e a pessoa fica com vergonha de não entender as coisas. Mas que foi explicado, foi. Isso que a gente estava dizendo lá, foi, mas não da maneira como o seu Igor explicou, porque muita gente não entende as palavras que foram passadas. E agora não, o seu Igor foi falando com uma linguagem mais clara, e aí perguntando, vocês entenderam? E aí as pessoas ficaram mais à vontade pra explicar, pra perguntar, mas está tudo bacana. Tomara que eles não tirem o seu Igor, que ele continue vindo, porque é mais fácil pra gente entender.

Participante 19

A transparência também é associada à equidade nas ofertas de emprego. Um dos relatos menciona que tanto a escola quanto a associação operam sem revezamento. Além disso, enfatiza a existência de um protocolo formal de compras e contratações, que prioriza moradores da comunidade, podendo servir como um mecanismo de transparência no processo de contratação.

Sim, que não tem revezamento aqui em lugar nenhum. A escola é um lugar que dá oportunidade e não tem revezamento. A associação é um lugar que dá oportunidade e não tem revezamento. Porque tem todo um protocolo de compra e contratação. Que precisa ser fiel, sabe? Prioridade a quem nasceu, mora aqui, entendeu?

Participante 5

6.1.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios

Assim como nos demais temas, o roteiro de entrevistas incluiu perguntas específicas voltadas ao Mecanismo de Repartição de Benefícios. A seguir, estão listadas as questões utilizadas para aprofundar essas categorias de análise:

1. Como você acredita que a comunidade deva receber esse recurso? De forma individual (por família) ou coletiva?
2. Como você enxerga o melhor caminho para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico do território?
3. Existe alguma condição para que a comunidade continue recebendo o recurso do projeto de carbono no futuro? Se sim, qual?

4. O que significa garantir a independência financeira do projeto de carbono? Que tipo de decisão precisa ser tomada hoje para a comunidade conquistar essa independência no futuro?

6.1.3.1 Alocação dos recursos

As entrevistas revelaram uma série de reflexões, preocupações e propostas da comunidade em relação à forma como os recursos do projeto de carbono devem ser geridos e distribuídos. A alocação dos valores é tratada como uma dimensão estratégica, diretamente relacionada à manutenção dos valores tradicionais e à autonomia financeira do território. As falas refletem tanto divergências quanto consensos em torno da forma que o recurso será distribuído, da estrutura de gestão e da busca por equilíbrio entre autonomia individual e benefício comunitário.

Grande parte dos entrevistados demonstra preferência pelo modelo de alocação coletiva dos recursos. A justificativa predominante é que a gestão coletiva favorece investimentos de uso comum, como posto de saúde, estrada, barracão comunitário poço artesiano, transporte comunitário e outras infraestruturas que beneficiam todos os moradores. Os relatos indicam que a aplicação coletiva é percebida como mais segura, transparente e eficiente, especialmente frente ao receio de que o uso individual dos recursos possa resultar em consumo indevido e não produtivo ou até mesmo causando saída do território. Também foi mencionado uma possibilidade que prioriza o coletivo nos primeiros anos do projeto, para depois, com a estrutura básica consolidada, iniciar os repasses individuais.

Eu gosto de pensar que a melhor maneira de receber isso é de maneira coletiva. Afinal, nós somos uma comunidade. Tipo, seria muito bom se a gente também pudesse receber o recurso de maneira individual. Só que, falando de modo geral, nem todo mundo na comunidade tem a capacidade de lidar com dinheiro de uma maneira produtiva. Muitas pessoas vão fazer o que querem. Vão gastar dinheiro com qualquer coisa. Algumas pessoas vão pensar em sair do território. Algumas pessoas não vão investir, por exemplo, na própria moradia. Então, eu penso que as políticas públicas da comunidade são a melhor solução para esse tipo de coisa. Porque elas vão fornecer o recurso de maneira coletiva. Saúde, educação. Vai focar no que a gente realmente precisa. Mas é claro que, há alguns anos, depois que essas demandas foram atendidas, de saúde, educação, infraestrutura, cultura, seria muito bom se as pessoas recebessem o

recurso de maneira individual.

Participante 7

Eu escolho a coletiva. A coletiva, 100%. Porque essa é uma coisa que ia ser para todos nós. E como eu lhe falei na outra questão de ser pessoal, tem muita gente que vai usar para gastar com cachaça. Para gastar com coisa que não presta. Só que tem muita gente também que precisa, que tem aquela vontade de abrir um negócio, essas coisas.

Participante 14

Primeiramente a comunidade deveria fortalecer o coletivo. E depois que o coletivo resolver as questões políticas públicas, aí sim seria destinada a famílias.

Participante 16

Coletiva. Digamos que eles passaram ali quatro anos recebendo só pro coletivo. Construíram escola, construíram ali suas oficinas, construíram cooperativas, construíram tudo ali do coletivo onde englobou todo mundo. Todas as pessoas, né? E daí, depois desse período, depois de quatro anos recebendo esse recurso coletivo e viram que deu certo, que todo mundo foi beneficiado de maneira positiva, a partir desse momento receber uma parte do recurso em particular.

Participante 13

Depois que as nossas necessidades principais forem resolvidas. Porque depois de tudo isso, se as pessoas receberem o recurso, vai ser muito melhor para a qualidade de vida delas em relação ao lazer. Porque depois que o que você precisa já foi resolvido, você vai focar agora no que você quer.

Participante 7

Ficou acertado que uma parte seria coletiva e a outra individual. A maior parte é coletiva. E aí ficou uma parte individual. E esse coletivo só pode fazer algo que está no plano de vida que a comunidade fez.

Participante 19

Alguns participantes propõem a criação de uma poupança comunitária, com regras claras para uso exclusivo em situações emergenciais de interesse coletivo. Essa ideia é associada à necessidade de garantir uma independência, diante de imprevistos, e autonomia financeira de longo prazo do projeto.

Assim, no meu ver, o que temos que fazer é criar um fundo para que você tenha mantido um valor fixo lá nesse fundo.

Participante 16

Ah, eu acho que o melhor caminho, como outro dia comentaram em uma reunião, é criar ali uma poupança só pra comunidade. Porque independente do que possa vir a acontecer amanhã, ou depois, o que estiver ali, depositado naquela poupança, sempre vai estar lá. E que fique muito bem acordado que o recurso dessa poupança, no caso, seja usado somente para emergências. Somente. Acredito que
funcionaria. Participante 13

Apesar da predominância da perspectiva de investimento coletivo, há também um relato que reconhece o potencial da alocação individual, especialmente quando voltada à produção de alimentos, criação de animais e construção de moradia. Esse relato indica que o uso produtivo dos recursos pode fortalecer a autonomia financeira das famílias, contribuindo para os objetivos do projeto de melhoria da qualidade de vida das famílias da comunidade e de preservação das atividades tradicionais.

Bom, como eu não tenho uma casa hoje, por enquanto, a minha ideia seria construir uma. E focar em criação de animais e plantio. De pequeno porte, é claro, porque eu queria trabalhar sozinho. Eu não queria criar uma empresa ou alguma coisa assim. Eu queria trabalhar para a minha própria subsistência e para a venda. Mas o objetivo principal seria fazer porque eu quero para mim. Mas eu não quero fazer uma coisa muito grande, porque eu quero uma coisa que eu possa cuidar sozinho. Só que obviamente você não vai comer tudo. Então o que sobra, você vai vender. Vai ter um recurso extra. Aí com o dinheiro que você vende desse milho, você pode comprar o teu arroz, o teu feijão, coisa que você não planta. Essa é a minha intenção.
Participante 7

Diversas falas expressam preocupação com a possibilidade de que recursos financeiros repassados diretamente às famílias sejam mal utilizados. Os participantes mencionam que parte dos moradores poderiam usar os valores em consumo que não contribuem para o objetivo do projeto de carbono. Há também quem defenda o corte do benefício em caso de uso indevido.

Se fosse em modo pessoal de cada família, vamos supor. Teria que ser uma restrição. Porque eu conheço muita gente na

comunidade que pegaria esse dinheiro e infelizmente não desfrutaria de nada do dinheiro.

Participante 14

Tipo, tivesse uma reunião. Olha, quem não utilizar esse dinheiro de forma boa vai parar de receber. Se a gente ficar sabendo que pegou esse dinheiro e está só bebendo. Não comprou sequer uma roupa assim para a pessoa mesmo. Vamos cancelar. Era ótimo. Na minha opinião.

Participante 15

Uma preocupação hoje, tanto da Systemica quanto da comunidade em si, é justamente a questão do recurso, né? Porque vai ter aqueles que vão receber o recurso e vão gastar de forma indevida, por exemplo.

Participante 13

Um dos participantes alertou para o risco de que o acesso aos recursos do projeto leve à omissão do poder público, especialmente nos setores de saúde, educação e saneamento. Por isso, defende que a comunidade utilize os recursos de forma estratégica, buscando investimento público em parceria, dividindo o orçamento e responsabilidades com o município e o Estado, para não sobrecarregar o orçamento comunitário nem isentar o Estado de seus deveres constitucionais.

E outras coisas, a gente não quer tomar a... tomar o... da responsabilidade do município. Entendeu? Eu sempre digo, vamos buscar parceria. Porque responsabilidade da saúde, da educação, tem educação também, né? Tem o saneamento. Eu, no meu modo de pensar, é um dever do município. Mas é um dever nosso também. Tendo recurso, mas não tentar fazer só. Buscar parceria. Pra não tirar a responsabilidade deles, entendeu? Ah, eu não vou atender mais cachoeira-porteira, porque eles têm recurso. E... Eu não vou mais fazer isso. Como nós fazemos parte do município e tudo, e do Estado também, eles têm o direito de não esquecer que nós estamos aqui, né? Então vamos buscar uma parceria. A gente entra com recurso e vocês entram com outro. E a gente resolve o nosso problema aqui sem... dar um alto custo pra prefeitura.

Participante 10

(..) então a escola vai se tornar pequena para isso. Então ela vai ter que ser aumentada. Como no nosso estatuto está escrito que nós temos que pedir parceria, né? Para o município, até para outros órgãos.

Participante 17

6.1.3.2 Formações

As falas indicam que a comunidade reconhece, de maneira ampla, a importância de capacitações voltadas à gestão de recursos financeiros no contexto do projeto de carbono. A preocupação com o uso consciente e eficiente do dinheiro esteve presente em diversas entrevistas, revelando que, para muitos moradores, a formação prévia é uma condição essencial para que os recursos contribuam efetivamente para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento do território.

Os entrevistados argumentam que o acesso fácil ao dinheiro, sem preparo, pode gerar consumo impulsivo, desperdício e até impactos negativos na vida pessoal e familiar. São mencionados casos em que os recursos são utilizados em situações que não contribuem para o bem coletivo, como o consumo de álcool. Isso é percebido como um risco à continuidade do projeto e ao compromisso da comunidade perante o projeto, demonstrando possível vulnerabilidade diante do uso do recurso.

Tem que ter uma capacitação, tem que ter alguém ali interagindo direto. Pelo que eu estou vendo, ganhar dinheiro não está adiantando. Tem gente ganhando tantos mil por mês e olha a situação que nossas crianças estão. Com aquele jeitinho, mas tem que ter esse olhar.

Participante 12

Causa preocupação porque eu trabalho com exemplos. Se a renda da atividade, da pesca esportiva e da castanha não está mostrando para muita gente uma melhoria de qualidade de vida, é o que me chama atenção. Porque se não preparar as famílias, é como se fosse continuar igual, mesmo entrando o recurso do carbono. Porque como eu falei, pode entrar um milhão, mas se as famílias não tiverem a habilidade, não tiverem a gestão daquele valor que está entrando na parte do individual, ocorre-se uma preocupação, não diz nem um risco, mas uma preocupação de o próprio Ministério Público chamar a Systemica para perguntar o que está acontecendo, se ela está passando recursos, mas por que a qualidade de vida do pessoal está conturbada, Não está parece que está atendendo a demanda que precisa mostrar até para as outras comunidades que essa foi um modelo que recebeu e agora está fazendo bom uso e está melhorando. Eu estou inseguro porque, como eu falei, eu mexo com o recurso, com o

investimento e eu sinto a vulnerabilidade do meu povo na hora que vai se tratar de recurso.

Participante 3

A gente precisa primeiro trabalhar no que diz respeito a esses recursos na gestão financeira de fato. Exemplo, ensinar o camarada a administrar o próprio recurso. Porque não faz sentido. Eu digo que não importa quanto tu dê pra ele gastar. Enfim, qual seja o salário do cara. Se ele não tiver consciência de como gastar, com o que gastar, você não vai estar fazendo um favor. Muito pelo contrário. Você vai estar contribuindo para a própria destruição dele. E quando é dele, é uma coisa. Na maioria das vezes é dele e dos demais que dependem dele.

Participante 2

Algumas falas apontam que é necessário oferecer formações sobre administração de recursos, investimentos e planejamento financeiro. A ausência de orientação é vista como uma das causas da má utilização dos recursos e da dificuldade em multiplicá-los e transformá-los em benefícios de longo prazo. A proposta recorrente é “ensinar antes de entregar”, com comparações à lógica de “ensinar a pescar em vez de dar o peixe”. Isso inclui desde noções básicas de controle de gastos até a construção de uma mentalidade voltada ao uso produtivo dos recursos, visão de longo prazo com ênfase em garantir uma reserva de emergência familiar e autonomia financeira. Alguns entrevistados ressaltam que a simples transferência de recursos, sem preparo técnico e consciência sobre investimentos de longo prazo, pode gerar consequências indesejadas para o coletivo. Assim, a capacitação aparece como fundamental para a construção de segurança alimentar, geração de renda contínua e reservas de emergência, evitando que a comunidade reproduza situações de dependência e vulnerabilidade econômica.

Receber um dinheiro, mas ensinar o pescador a pescar, né? Porque tem muita gente que diz assim, ah, toma aí o anzol, pega tua chumbada aí, pronto, só não vou te dar o peixe, vai lá e pesca pra ti, quer dizer, pega o teu dinheiro aí, mas pensa no que tu vai fazer com ele, não adianta você pegar ele, deixar aí, que ele só vai sumindo. Entendeu? Falando por mim, eu preferia primeiro ser instruído do que destruir. Porque a gente sabendo o que a gente tá fazendo, fica bem melhor, né? Do que você não saber o que você fazer com o que você tem em mão.

Participante 10

Eu sempre costumo dizer que dentro da nossa comunidade não existe pessoas pobre. Existem pessoas que não sabem administrar o que ganham. (...) Então capacidade ela teria sim né com certeza, mas eu acredito que sempre, sempre vamos precisar de apoio né de outras pessoas que já tem mais experiência, mas tem pessoas capacitada dentro da comunidade. Não para trabalhar com o valor que poderá entrar né, porque com os valores que poderá entrar nós precisamos de uma pessoa bem mesmo capacitada né, um contabilista por exemplo, que tem bastante conhecimento porque nós não temos dentro da comunidade alguém formado em contabilidade essa pessoa precisaria ter muita experiência né. Então nós precisamos de ajuda precisamos de que venha uma equipe para nos ajudar a fazer isso progredir e não regredir.

Participante 17

Um dos entrevistados vai além da formação como instrumento e a associa à construção de consciência. Para a pessoa, a formação não é apenas técnica, mas também política e identitária: trata-se de preparar a comunidade para compreender seu papel, valorizar seus direitos e fortalecer sua identidade quilombola. A formação aparece, portanto, como uma ferramenta estratégica não apenas para garantir o uso eficiente dos recursos, mas também para consolidar o projeto enquanto referência de iniciativa que potencializou a cultura local e a qualidade de vida da população tradicional, sem precisar sair do território.

Porque a convicção do indivíduo, boa parte dos pais e famílias, é que ele não vai sair daqui. Então tudo que é possível usufruir, ele vai usufruir aqui na comunidade. E boa parte desse tudo é representado pelo álcool. Você entende? Então acho que trabalhar nesse sentido, com a administração, porque quando você apresenta, por exemplo, vamos trabalhar com investimentos. Eu acho que se o camarada soubesse, por exemplo, que existe uma diversidade de possibilidades de ele conseguir uma vida boa daqui a longo prazo, daqui a vários anos, fazendo um investimento bom, talvez o cara possa mudar o pensamento. Porque olha, se tu colocares um dinheiro expressivo na mão de um comerciante, tu tens convicção do tipo de investimento que ele fará. Entende? Tu colocar na mão de qualquer pessoa, sei lá, um camarada que ainda não entendeu o papel dele nesse processo todo, enquanto comunitário quilombola, ele vai gastar deliberadamente, vai gastar com álcool, vai gastar com droga, vai comprar o que ele acha que realmente é interessante para ele agora, quando na verdade, não é, e não sou eu quem vai julgar e vai dizer que é. Mas, eu acredito que o nosso maior desafio no que diz respeito a essa questão é a administração pública. Pública no sentido comunidade, as famílias. Então, acho que é muito fácil a gente pensar que boa parte das pessoas aqui tem maturidade para administrar o

dinheiro, o próprio dinheiro, você consegue ver exceções, mas infelizmente não é a maioria. É a minoria. Olha, por exemplo, algumas pessoas com um pensamento amadurecido, construiriam casas, ou reformariam, ou fariam investimentos e construiriam seu comércio, sua padaria, sua loja, fariam investimentos outros, compraria barcos, enfim.

Participante 2

Os depoimentos apontam que há diferentes níveis de maturidade e preparo entre os moradores. Enquanto alguns já possuem clareza sobre o uso produtivo do dinheiro, outros ainda carecem de apoio e referências. A falta de experiências prévias com recursos financeiros substanciais é citada como um fator que torna parte da população mais vulnerável a decisões impulsivas. A formação aparece, então, como uma ponte entre o acesso ao recurso e sua conversão em bem-estar de longo prazo.

Porque... Diz que quando o dinheiro vem muito fácil... Meu pai diz que a gente estraga ele fácil também. Então tem que vir devagar, para poder chegar e saber trabalhar com muito. Vamos começar aqui com um pouco. O que precisa mais é um pouco de atenção para que a juventude, as famílias jovens não façam o uso do recurso de forma desordenada, porque pode prejudicar a identidade, a história, a cultura.

Participante 3

6.1.3.2 Autonomia financeira

As entrevistas evidenciam que a construção de autonomia financeira é compreendida pela comunidade como um elemento essencial para a longevidade do projeto de carbono. Os moradores relatam sobre a necessidade de desenvolver estratégias complementares que reduzam a dependência exclusiva dos recursos financeiros provenientes da comercialização de créditos de carbono. Essa autonomia é associada à capacidade de gerar renda por meio da valorização de atividades produtivas locais, do fortalecimento de cadeias próprias e da construção de uma reserva de emergência comunitária.

Diversos relatos destacam a importância de estruturar formas de beneficiamento e comercialização dos produtos extraídos do território, como a castanha, o artesanato e óleos vegetais. A criação de cooperativas, lojas locais e

cadeias produtivas comunitárias são mencionadas como estratégias que poderiam fortalecer a economia interna e permitir que os próprios moradores assumam o controle sobre seus recursos. Essa autonomia em relação aos atravessadores é vista como um passo importante para que a renda permaneça na comunidade e contribua para seu desenvolvimento socioeconômico.

É. Tem alguns artesãos na comunidade, de repente você trabalha com eles, abre uma loja de artesanatos pra vender, entendeu? Tem uns produtos aí da mata, tem, que algumas pessoas trabalham com artesanato, essas coisas. É, tem essas coisas. Tem a culpaíba, tem outros materiais que você pode vender, entendeu?
Participante 10

Como eu falei, apoiando as famílias a plantar, a ter o seu próprio roçado, a vender os seus alimentos, um preço bom na castanha. Isso faz com que a comunidade, mesmo que acabe o projeto, ela tenha uma independência.
Participante 11

Porque todas as oficinas que já foram feitas estão nos instruindo para que nós venhamos a montar algo aqui por exemplo assim uma fábrica de castanha né, procurar manter o artesanato de dentro da comunidade porque no momento é só a irmã Izabel que sabe fazer paneiro, ainda sabe fazer um tipiti né, sabe fazer as coisas dos nossos antepassados.
Participante 17

Trabalhar com fundos e montar fábricas. Tipo, fábrica de castanho, tijolos para vender entre nós, polpas de frutos, energia 24 horas, isso vai gerar muito, entendeu? Através da terra nós mesmos vamos nos sustentar. Eu sonho com isso.
Participante 18

As falas também revelam preocupações quanto à dependência criada pelo repasse contínuo de recursos financeiros sem contrapartidas produtivas. Há o entendimento de que, para evitar um cenário de comodidade, é fundamental criar empregos locais, especialmente nos setores da agricultura e do extrativismo, com apoio à formação técnica e ao empreendedorismo comunitário. A ideia de liberdade financeira está diretamente associada à geração de trabalho e renda a partir das atividades tradicionais da comunidade. Uma das sugestões inclui a criação de

critérios para o uso dos recursos individuais, como uma bolsa que requer a apresentação de contrapartidas.

Eu acho que o mais importante para isso seria a geração de emprego relacionado à agricultura e ao extrativismo. E também sobre a educação, né? Que é a capacitação e a gerar emprego. Não dá de tu gerar a liberdade financeira para as pessoas só depositando para elas o dinheiro todo mês do projeto de carbono. Isso vai gerar uma comodidade nas pessoas, na verdade. Então o que a gente precisa é de emprego. Coisa que a gente não tem. Porque a nossa comunidade é focada no castanha no início do ano e turismo no meio do ano.

Depois disso as pessoas ficam sem emprego.

Participante 7

Acredito que 80% pro coletivo e 20% individual, através de propostas para projetos. Acredito que o individual deve estar atrelado a algum projeto, bolsa de estudos, auxílio de doenças, auxílio de projetos agrícolas.

Participante 18

Outra proposta recorrente nas entrevistas é a criação de uma reserva ou poupança comunitária, com uso restrito a situações emergenciais ou investimentos de longo prazo. Essa estratégia é apresentada como uma segurança frente à instabilidade dos preços do mercado de carbono. Os participantes reconhecem que o ciclo de vida do projeto é limitado e que, portanto, é necessário pensar em formas de geração de renda contínua que garantam recursos mesmo após o encerramento do projeto. Um dos participantes relata sobre a vulnerabilidade da atual economia local que é sustentada somente nos períodos de coleta da castanha e turismo de pesca esportiva.

E esse ano ficou muito difícil porque não teve quase castanha. A castanha foi pouco. E aí a gente percebe a carência da comunidade. Faltou dinheiro esse ano. Porque deu pouca castanha. Aí se tivesse algo que gerasse emprego, gerasse renda, seria muito bom. (...) Eu acho que é muito importante a comunidade ter o seu próprio recurso para esses momentos que precisa. Olha, agora nós estamos sem energia. Se a comunidade tivesse um fundo guardado, ela ia comprar o diesel. Não seria preciso estar pedindo nas casas. Porque eu vejo que tem famílias que não estão dando. Não é porque não querem, é porque não tem. Não tem desse dinheiro. 100 reais a gente fala que é tão pouco. Realmente é. Mas tem família que não tem esses 100 reais para dar. Que se der, vai faltar. Porque agora, nesse momento, eles estão vivendo da Bolsa Família. É a única renda que eles estão tendo,

porque ele me deu castanha.
Participante 19

Então essa é uma preocupação. Se a gente faz uma reserva hoje, vamos imaginar aí, na pior das hipóteses, em três anos a gente consiga reservar um milhão. Isso há dez anos e esse um milhão se transforma em alguma coisa melhor. Mesmo para atender o coletivo, ainda seria pouco, mas estabelecer qualquer quantidade que seja para uma reserva, para o futuro de fato, porque a gente percebe que os projetos de carbono são muito sensíveis.
Participante 6

(...) mas sempre ter aquela reserva como já foi conversado nas reuniões, de termos aquele fundo ali no caso de emergência. Olha essa ambulância que vai ter no projeto né, que é uma das prioridades para ser comprada pra cá. Nós vamos precisar de ter um fundo para manter, não vai adiantar ter uma lancha bonita com motor que corre bem para chegar onde tem o hospital mais próximo em porto trombetas. Hoje nós não temos o combustível porque infelizmente é uma dificuldade muito grande que nós temos na nossa comunidade.
(...) Se as nossas realizações que são em questão de montar a fábrica, né? De montarmos um local onde nós possamos fazer artesanatos para vendermos. Então isso daí permanecendo, progredindo né? Eu acredito que também isso vai ajudar os nossos futuros jovens, as crianças principalmente que estão chegando. Porque acredito que no projeto até, digamos que 60 anos, nossa geração já não existe mais, né? Já são os novos. Então eles já vão sendo instruídos conhecendo esse projeto, né? Eu acredito que se tiver, se for bem investido esse valor de dinheiro, como a gente pretende fazer esse fundo, né? Para ter esse valor reservado justamente para eles.
Participante 17

7. DISCUSSÃO

As evidências obtidas em Cachoeira Porteira revelam que o êxito de projetos de carbono em territórios coletivos depende da existência de uma governança institucional sólida, apoiada em gestão técnica capacitada, participação comunitária efetiva e em um Mecanismo de Repartição de Benefícios que mantenha vínculo direto com as práticas culturais e produtivas tradicionais. Esses elementos, quando articulados em conjunto, tornam-se determinantes para a preservação do modo de

vida tradicional, a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a construção de autonomia financeira de longo prazo.

A contribuição desta pesquisa está em demonstrar, a partir da perspectiva dos quilombolas entrevistados, que o engajamento social capaz de gerar impactos duradouros não se encerra no cumprimento formal da CLPI, nem no atendimento aos requisitos metodológicos da VERRA. Ele começa antes mesmo da consulta e apresentação da proposta pela desenvolvedora, em um período de formação acessível e contínua sobre a ampla e complexa temática do crédito de carbono, articulado com o fortalecimento institucional da associação local e o reconhecimento dos parceiros do território. Trata-se de um processo pré-projeto, que requer investimento inicial de natureza idealmente filantrópica, uma vez que, na maioria dos casos, a viabilidade econômica do projeto não permite custear essa etapa preparatória.

Essa articulação exige presença territorial constante e a atuação de instituições e facilitadores reconhecidos pela comunidade, como antropólogos ou técnicos sociais que conheçam a linguagem, os costumes e a forma de se construir relações duradouras. Também demanda a criação de canais permanentes e criativos de diálogo entre todos os atores envolvidos: desenvolvedores, investidores, compradores, instituições de assistência técnica, a associação comunitária e o MPF, assegurando uma negociação articulada entre todas as partes.

Esse trabalho precisa ser necessariamente presencial e culturalmente adaptado, respeitando o ritmo da comunidade, seus calendários próprios e a sazonalidade das atividades do território. A participação e supervisão contínua do Ministério Público Federal (MPF), não apenas durante o processo de CLPI, mas em todas as fases de construção e execução do projeto, pode ser importante para a fiscalização da legalidade e garantia de direitos das comunidades tradicionais. Embora a Lei nº 15.042/2024, artigo 47, I, estabeleça a obrigatoriedade da participação do Ministério Público Federal (MPF) no âmbito da consulta prévia, livre e informada (CLPI) e o próprio órgão tenha publicado nota técnica específica sobre projetos de carbono, a revisão bibliográfica realizada não identificou estudos que analisem de forma aprofundada o papel e a relevância do acompanhamento do MPF em projetos de carbono desenvolvidos em territórios tradicionais. Nesse sentido, revela-se relevante investigar a importância da atuação do MPF nesse

acompanhamento, considerando seu potencial papel na garantia da legalidade, da proteção de direitos das comunidades tradicionais e da integridade socioambiental do projeto.

Em conjunto, é essencial que o Mecanismo de Repartição de Benefícios (MRB) seja construído coletivamente, baseado em transparência efetiva nos processos de contratação e gestão dos recursos e vinculado diretamente às práticas culturais e de subsistência. A valorização dos papéis estratégicos das mulheres na gestão e dos jovens na continuidade cultural e econômica do território contribui para assegurar essa estrutura de desenvolvimento do território de longo prazo.

Quando esses elementos atuam de forma integrada, o recurso do carbono não descaracteriza o território, ao contrário, ancora o desenvolvimento econômico na valorização do conhecimento tradicional e diminui a dependência do próprio mercado de carbono, fortalecendo a autonomia e a sustentabilidade do território ao longo do tempo. Todavia, parte da comunidade entrevistada ressaltou que o projeto de carbono tem o potencial de tanto apoiar quanto ameaçar as práticas tradicionais, dependendo de como a governança e mecanismo de repartição de benefícios do projeto se estabelece.

7.1 Impacto Social

Antes de discutir o impacto social de projetos de carbono em comunidades tradicionais, é necessário compreender como essas comunidades definem qualidade de vida. No caso desta pesquisa, há a limitação inerente ao estudo de caso, tendo em vista que aborda a perspectiva de uma única comunidade quilombola, com sua própria trajetória histórica e visão de mundo. Ainda assim, essa perspectiva oferece um convite metodológico importante: antes de estruturar a teoria da mudança, é preciso perguntar à comunidade o que, para ela, representa viver bem.

Para os quilombolas entrevistados de Cachoeira Porteira, qualidade de vida significa viver com tranquilidade, dignidade e em harmonia com o território, em conjunto com o acesso aos direitos e políticas públicas e a preservação da cultura e da coletividade. Essa compreensão local deve orientar os indicadores de impacto das metodologias de avaliação como o SBIA e o SLF quando aplicadas. As entrevistas mostram que a definição do que medir precisa ser uma construção

coletiva, guiada pelo plano de vida. Para que a comunidade reconheça os indicadores como legítimos e consiga identificar os avanços monitorados pelas desenvolvedoras e auditorias, tanto na melhoria das condições de vida quanto na proteção de suas práticas culturais.

Outra diretriz considerada determinante diz respeito ao tempo de reconhecimento do impacto positivo do projeto. Em Cachoeira Porteira, os entrevistados apontam que a percepção positiva sobre o projeto começou antes mesmo da emissão dos créditos, quando houve a viabilização de cursos de graduação à distância e o fortalecimento institucional da associação. Embora a literatura nem sempre trate essa fase como essencial, no contexto de Cachoeira Porteira ela foi descrita como fator crítico de confiança e continuidade. O caso reforçou a ideia de que o impacto social positivo não deve ser apenas um resultado de médio ou longo prazo, mas sim um investimento desde antes do início do projeto, criando as condições necessárias para fortalecer o território desde o começo da relação entre a comunidade e o desenvolvedor do projeto. Nessa etapa, o recurso filantrópico pode ser um grande aliado tendo em vista que a modelagem financeira para garantir um investimento inicial que conquiste impacto social positivo antes mesmo da geração dos créditos de carbono pode ser muito desafiadora. Idealmente, este investimento pré-projeto deve ser acompanhado da disponibilidade de linhas de financiamento com prazo de carência maior do que a prática de mercado, taxa de juros baixa ou inexistente, além de outras adequações personalizadas à realidade da associação do território.

No eixo da valorização do modo de vida tradicional, algumas percepções da comunidade mostram que o projeto de carbono pode atuar tanto como impulsionador quanto como ameaça à cultura tradicional. Tendo em vista que o uso inadequado dos recursos financeiros pode gerar efeitos negativos sobre a identidade cultural da comunidade. Esse risco, frequentemente subestimado nas etapas de formalização do projeto, deve ser explicitado e alertado já no momento da CLPI, acompanhado de um plano prático de mitigação dos possíveis impactos culturais negativos. Alguns relatos de Cachoeira Porteira evidenciam a importância de haver pessoas, estruturas ou equipes dedicadas exclusivamente à manutenção e promoção das práticas culturais, como danças, capoeira, música, artesanato e festas tradicionais. Nessa perspectiva, o plano de vida, a teoria da mudança e o

Mecanismo de Repartição de Benefícios não são apenas documentos formais, mas ferramentas operacionais para viabilizar essa estrutura cultural permanente.

A revisão bibliográfica mostra que os instrumentos necessários para garantir a manutenção da cultura já existem, assim como guias de boas práticas, como os da Aliança Brasil NBS (2024) e da Climate Focus (2025). Contudo, o que diferencia o mero cumprimento de protocolos metodológicos de um processo duradouro de engajamento local e compreensão efetiva é a capacidade de traduzir exigências técnicas em práticas adaptadas e legitimadas pelo território. Em outras palavras, preservar o modo de vida tradicional não é um subproduto automático do projeto, mas resultado de arranjos institucionais e orçamentários que coloquem a cultura no centro das decisões.

Neste quesito, a juventude tem um papel fundamental. E no estudo de caso de Cachoeira Porteira, a escuta da comunidade revelou ser um dos desafios mais delicados e estruturais para o futuro do território e do próprio projeto de carbono. Apesar dos avanços institucionais da associação mencionados, os entrevistados apontam de forma recorrente um distanciamento significativo dos jovens em relação às práticas comunitárias, à gestão do território, às atividades tradicionais e ao conhecimento da história do território. Esse afastamento é interpretado como resultado da falta de oportunidades de geração de renda, da ausência de atividades atrativas aos jovens e da ruptura gradual com modos de vida historicamente transmitidos por meio da convivência com os mais velhos. A preocupação com a juventude atinge diferentes faixas etárias, inclusive os próprios jovens entrevistados, sendo frequentemente associada ao risco de descaracterização cultural, descontinuidade do desenvolvimento econômico e perda de capacidade de gestão territorial.

As falas indicam que, quando existem oportunidades de trabalho ou de formação, os jovens demonstram interesse e disposição como por exemplo na safra da castanha e no período do turismo de pesca esportiva. O que indica que o afastamento dos jovens não decorre de um desinteresse intrínseco, mas de um vazio estrutural de perspectivas de longo prazo, que acaba sendo preenchido por dinâmicas como o consumo de álcool e evasão do território. Ao mesmo tempo, há uma percepção de que o esporte, o lazer, a cultura e a geração de renda funcionam como portas de entrada para o engajamento dos jovens. A inclusão de projetos que

resgatem os conhecimentos de origem e dos direitos territoriais carregam o potencial de impulsionar a identidade individual, mas também a capacidade coletiva de mobilização e defesa do território.

A juventude é, portanto, compreendida pela comunidade como um componente estratégico da governança, cuja ausência dos espaços decisórios e produtivos representa um risco direto à continuidade de projetos de longo prazo como os de carbono. Assim sendo, a oralidade, o diálogo com os mais velhos e a reconstrução da memória coletiva aparecem como ferramentas deste resgate. Todavia, insuficientes se não forem acompanhadas por processos formativos e de desenvolvimento socioeconômico que ofereçam alternativas concretas de futuro.

Assim, a partir da escuta quilombola, esta pesquisa sustenta que o engajamento da juventude não pode ser tratado como um tema marginal, mas como uma peça chave para a construção de uma governança territorial sólida e contínua. Em territórios coletivos, onde os projetos se estendem por décadas, a capacidade de envolver, formar e integrar os jovens aos processos de decisão, produção e gestão do território representa uma condição fundamental para que o recurso do projeto de crédito de carbono não comprometa o futuro da comunidade, descaracterizando o território.

7.2 Governança

Conforme já abordado, um projeto de carbono desenvolvido em uma comunidade tradicional, requer uma governança territorial legitimada. Tanto a literatura, evidenciada pelo Programa Territórios Sustentáveis (Agenda Pública, ECAM e Imazon, 2017), quanto o estudo de caso de Cachoeira Porteira destacam a importância não só de uma estrutura de cargos políticos e técnicos consolidada, mas processos contínuos de diálogo e engajamento entre a diretoria da associação e a comunidade. No caso de Cachoeira Porteira, o projeto conta com documentos de governança como o estatuto, o regimento interno, o plano de vida, o regulamento de compras, o manual de gestão de conflitos e as assembleias. No entanto, as entrevistas destacam que uma vez que a assembleia geral é o instrumento de

tomada de decisão da comunidade, a participação ativa dos moradores é essencial para a gestão do projeto.

Todavia, o engajamento comunitário pode ser um dos grandes desafios na governança, principalmente entre os jovens, como o caso de Cachoeira Porteira revela. As falas apontaram um afastamento dos jovens da gestão territorial, das atividades tradicionais e do próprio conhecimento sobre a origem da comunidade. Tendo em vista que a juventude representa o futuro do território, este é um fator que poderia receber atenção maior do que os atuais guias e metodologias disponíveis destacam. As entrevistas revelam que reconstruir a história dos antepassados e compreender os direitos quilombolas representam ferramentas centrais de mobilização social. A escuta dos mais velhos e a valorização dos saberes tradicionais são pilares importantes para a visão de pertencimento da comunidade. Esse resgate cultural, principalmente para os jovens, pode ser considerado fundamental para a manutenção da identidade territorial de comunidades tradicionais na Amazônia.

Segundo as entrevistas, o projeto de carbono foi um grande impulsionador no interesse e no envolvimento dos moradores de CPT nas decisões da associação e na participação nos processos de gestão. Assim como apontado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (2018), há uma consciência clara da importância de uma gestão própria da comunidade ativa, estruturada em dois eixos de gestão interdependentes: uma coordenação política local, eleita de forma democrática e encarregada de representar o interesse coletivo, e uma equipe técnica de apoio, responsável por assegurar a execução organizada, a prestação de contas e o institucional do projeto. Essa combinação entre liderança política representativa da comunidade e suporte técnico de uma equipe de gestão foi um modelo escolhido por Cachoeira Porteira para garantir confiança e eficiência na execução. Em síntese, a governança territorial para sustentar projetos de longo prazo, como os de carbono, se fundamenta na capacidade de gestão cotidiana, na legitimidade das lideranças e na combinação entre técnica e política em torno de um mesmo propósito coletivo.

No que se refere ao papel das mulheres nos projetos de carbono, algumas evidências empíricas desta pesquisa indicam que sua participação representa um fator estruturante da governança comunitária e do engajamento social. Em Cachoeira Porteira, as falas dos participantes evidenciam transformações concretas:

maior engajamento nas reuniões e assembleias, as mulheres representando a maioria na equipe da AMOCREQ, inclusive com cargos de liderança, como a vice-presidência da associação, além da participação majoritária das mulheres na graduação. Esses achados dialogam diretamente com a literatura sobre transferência de renda, que aponta que o empoderamento feminino a partir do controle de recursos tende a se associar à maior poder de decisão, uso mais cuidadoso dos recursos e priorização de benefícios coletivos, além dos filhos. (Behrman & Skoufias, 2010; Holmes et al., 2010). Embora a literatura reconheça os limites empíricos para atribuir uma causalidade direta com a titularidade feminina do benefício, ela oferece um referencial teórico importante para interpretar os dados observados no estudo de caso. Em Cachoeira Porteira, a ampliação do protagonismo das mulheres está associada a processos decisórios mais participativos e orientados ao bem coletivo, conforme destacado nas falas das entrevistas. Além disso, um dos relatos indica que a presença ativa das mulheres tem contribuído para o desenvolvimento institucional da AMOCREQ, ampliando o diálogo interno e externo da comunidade e fortalecendo sua atuação política. Assim, a partir da escuta quilombola, esta pesquisa identifica que o engajamento feminino não deve ser tratado como um efeito colateral positivo dos projetos de carbono, mas como um elemento central para a participação comunitária e a construção de uma visão coletiva de futuro. As evidências indicam que o protagonismo das mulheres contribui diretamente para a qualidade dos processos decisórios da comunidade, através do engajamento social, especialmente em territórios coletivos nos quais a governança depende da construção contínua de confiança e diálogo.

Todavia, o incentivo ao protagonismo feminino na gestão de projetos de carbono ainda aparece de forma marginal nos guias e metodologias do mercado voluntário de carbono e pouco se destacou, no recorte da literatura utilizada na pesquisa, como um vetor fundamental da sustentabilidade de longo prazo dos projetos. Considerando que a atuação das mulheres não apenas amplia a participação, mas reorienta os próprios objetivos coletivos da associação. Nesse sentido, a pesquisa sugere que o diálogo com experiências consolidadas de programas como o Bolsa Família, nos quais as mulheres assumem papéis centrais, ofereça um referencial empírico interessante para compreender como o protagonismo feminino pode fortalecer projetos de longo prazo orientados ao bem estar coletivo.

7.3 Mecanismo de Repartição de Benefícios

A experiência de uma construção participativa do Mecanismo de Repartição de Benefícios na comunidade de Cachoeira Porteira trouxe grandes aprendizados e diretrizes para a estruturação desse instrumento financeiro em projetos com comunidades tradicionais. A primeira delas é a percepção de que o processo de elaboração do MRB pela própria comunidade foi uma oportunidade para o amadurecimento do pensamento coletivo do território. Foi identificada a preocupação de alguns moradores de que o uso equivocado da renda pode levar ao abandono de práticas culturais como a ida ao castanhal, o roçado e a pesca, substituídas por hábitos de consumo externos. Por isso, algumas falas compartilham de uma estratégia interessante: vincular parte da repartição dos recursos do carbono às atividades culturais e de subsistência (roça, extrativismo, artesanato, danças), com fundos de investimento criados diretamente para fomentar a produção e manutenção da cultura.

Essa decisão protege o território contra a entrada de um recurso sem um vínculo específico com o objetivo principal do projeto: conservação da floresta, melhora da qualidade de vida e continuidade das práticas culturais. Mitigando a possibilidade de descaracterização e evasão territorial, um potencial risco em projetos de carbono em comunidades tradicionais. Assim sendo, fica claro que valorizar o modo de vida e a cultura do território não é um efeito colateral do projeto apenas pelo recebimento do recurso, é importante que esteja vinculado ao Mecanismo de Repartição de Benefícios.

Para além, a necessidade de formação sobre gestão financeira foi apontado pela comunidade de CPT como fundamentais para garantir o consumo e implicação do recurso de maneira alinhada aos objetivos do projeto. As formações sugeridas envolvem noções básicas de administração do recurso à mentalidade de investimentos de longo prazo, a fim de garantir a desejada autonomia financeira do projeto e a volatilidade do mercado voluntário de carbono. Nesse aspecto, houve um entrevistado que destacou a formação inclusive como ferramenta de fortalecimento da identidade quilombola e potencialização da cultura local. A criação de uma reserva ou poupança comunitária também foi identificada como caminho para conquistar a autonomia do território, principalmente no caso de CPT em que as

atuais fontes de renda, castanha e turismo de pesca esportiva, são sazonais.

Em conjunto, conforme a literatura Carbon Market Watch (2023), no contexto dos mercados voluntários de carbono (VCM), as referências de metodologias para a construção de Mecanismos de Repartição de Benefícios (MRB) são limitadas. A ausência de diretrizes aumenta a necessidade da construção integralmente coletiva, participativa, em um processo cuidadoso de engajamento comunitário e de muita escuta. Nesse processo, existe um trabalho refinado sobre a explanação dos benefícios monetários e não monetários aos beneficiários. Que implica diretamente nas primeiras percepções sobre o resultado do projeto, antes mesmo da emissão dos créditos.

Além disso, como o Carbon Market Watch (2023) traz, outro desafio é garantir uma boa articulação e transparência entre as desenvolvedoras que implementam os projetos, a comunidade local e os possíveis compradores. Tendo em vista que cada ator ocupa uma parte interessada, com demandas próprias, o Mecanismo de Repartição de Benefícios (MRB) pode ser uma ferramenta fundamental para o estabelecimento dos acordos que garantam a confiança e segurança entre as partes. Para tal, como primeiro passo, é fundamental que o desenvolvedor do projeto se empenhe em garantir o entendimento sobre os custos operacionais do projeto, o benefício financeiro líquido projetado e as demandas dos compradores.

Nesse contexto, os autores Awung e Marchant relatam que a definição dos mecanismos de repartição de benefícios antes da distribuição de recursos também representa maior entendimento sobre os benefícios e suas obrigações. Processo também observado na construção do MRB em Cachoeira Porteira, com falas identificando o desafio de uma possível dependência criada a partir de um repasse mensal contínuo de recursos financeiros sem contrapartidas produtivas. Com isso, uma das diretrizes indicadas foi a definição de uma lista de contrapartidas vinculada aos repasses individuais. O artigo dos autores Awung e Marchant também evidenciam a importância de uma estrutura de gestão adaptativa, que possa lidar com os desafios conforme emergem e os diferentes custos de oportunidade do momento, sempre fortalecendo as capacidades do território e construindo uma confiança sólida, com transparência, entre os stakeholders.

Por fim, outro debate levantado pela escuta quilombola é a importância da articulação com o poder público para que os recursos do projeto de carbono não

levem à omissão das esferas públicas. Com isso, foi definida uma diretriz clara de que os investimentos nos setores de saúde, educação e saneamento devem acompanhar recursos públicos em parceria, dividindo o orçamento e responsabilidades com o município e o Estado.

8. CONCLUSÃO

A escuta propõe, em resumo, as seguintes diretrizes a partir dos aprendizados e desafios do projeto de carbono na comunidade de Cachoeira Porteira. Um bom projeto de carbono em comunidade tradicional se sustenta quando o plano de vida comanda as prioridades do recurso coletivo do MRB e a teoria da mudança guia o fluxo financeiro de compras, contratações e formações da gestão do projeto. O que está alinhado às literaturas da FGVCes e do Programa Territórios Sustentáveis, que defendem o plano de vida e a teoria da mudança como os eixos orientadores de projetos em territórios tradicionais.

A prática de transparência vai além da formalização dos documentos de governança que cumprem exigências reputacionais e jurídicas dos financiadores. A prestação de contas acessível à comunidade é primordial para garantir os direitos dos beneficiários do projeto. A integridade e a confiança no projeto é construída a partir do desenvolvimento de uma relação de confiança entre as partes interessadas, que requer presença constante no território e a intermediação por assessores técnicos, como a figura de antropólogos, que saibam dialogar a partir da linguagem e cultura do território. A experiência de Cachoeira Porteira confirma que a comunicação online não funciona como principal canal no território. A gestão do projeto precisa divulgar as regras claras e visíveis sobre quem contrata, através de qual processo, sobre qual supervisão. O que a literatura de Mello (2023) provoca, trazendo a necessidade de mecanismos de comunicação para além de relatórios pouco acessíveis, apareceu nas entrevistas como prevenção de conflitos internos e aumento da confiança na governança.

Os processos decisórios, como as assembleias comunitárias e a construção do Mecanismo de Repartição de Benefícios, precisam de um alto nível de engajamento e participação dos moradores para garantir a legitimidade das decisões e a

qualidade dos instrumentos de governança. A formação financeira contínua deve ser obrigação do MRB. As falas explicam que sem educação financeira, o recurso tende a aprofundar desigualdades, induzir consumos de curto prazo que prejudicam os objetivos do projeto, ameaçando a identidade cultural do território. Alinhar formação financeira com o intuito de garantir a autonomia das famílias perante os recursos do projeto, por meio de investimentos de longo prazo em atividades tradicionais e em reservas emergenciais, reforça o compromisso com o selo CCB e reduz a dependência do mercado de carbono.

As práticas tradicionais ameaçadas exigem incentivos de recursos estruturados, o repasse do benefício por si só não protege a cultura. O artesanato aparece como exemplo claro: sem incentivo financeiro e de capacitação, é uma prática cultural ameaçada no território de Cachoeira Porteira. A formação técnica e o desenvolvimento de produtos para o mercado (design, logística, comercialização) dentro do plano de vida são um possível caminho para a mitigação de uma produção simbólica, desconectada do mercado competitivo.

Com isso, o recurso do crédito de carbono possibilita o financiamento do desenvolvimento econômico do território em torno da sociobiodiversidade, conectando geração de renda e modo de vida tradicional. Assim sendo, é preciso ancorar a repartição de benefícios nas práticas e identidades que sustentam a cultura do território. Por último, as mulheres e a juventude representando atores fundamentais para a sustentabilidade de longo prazo do projeto. Vincular recursos ao fortalecimento das mulheres na gestão territorial e aos incentivos de engajamento dos jovens é visto pela comunidade como condição de continuidade do projeto.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE CACHOEIRA PORTEIRA (AMOCREQ-CPT). Estatuto social. Documento interno de governança não publicado, 2023.

ANDAM, K. S. et al. Protected areas reduced poverty in Costa Rica and Thailand. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 22, p. 9996–10001, 24 maio 2010. DOI: 10.1073/pnas.0914177107.

ATELA, J. O.; QUINN, C. H.; MINANG, P. A.; DUGUMA, L. A. Implementing REDD+ at the local level: assessing the key enablers for credible mitigation and sustainable livelihood outcomes. *Journal of Environmental Management*, v. 157, p. 238–249, 2015. DOI: 10.1016/j.jenvman.2015.04.019.

AUSTIN, T.; RAWAL, B. S. Model retraining: predicting the likelihood of financial inclusion in Kiva's peer-to-peer lending to promote social impact. *Algorithms*, v. 16, n. 8, art. 363, 28 jul. 2023.

BALMFORD, A. et al. Realizing the social value of impermanent carbon credits. *Nature Climate Change*, v. 13, n. 11, p. 1172–1178, 1 nov. 2023.

BEHRMAN, Jere; SKOUFIAS, Emmanuel. The economics of conditional cash transfers. In: ADATO, Michelle; HODDINOTT, John (org.). *Conditional cash transfers in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010. p. 127–158.

BOYD, E. et al. Exploring socioeconomic impacts of forest-based mitigation projects: lessons from Brazil and Bolivia. *Environmental Science & Policy*, v. 10, n. 5, p. 419–433, ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Informe Bolsa Família n. 101. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/2025/informe_bolsa_familia_n_101.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

CAPLOW, S.; LEWIS, D.; BAIRD, J.; MASSARO, J.; BRIFFA, P. Evaluating land use and livelihood impacts of early forest carbon projects: lessons for learning about REDD+. *Environmental Science & Policy*, v. 14, n. 2, p. 152–167, 2011.

CHHATRE, A.; AGRAWAL, A.; HARDIN, R.; SUNDAR, N.; TUCKER, C. M. Social safeguards and co-benefits in REDD+: a review of the adjacent possible. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 4, n. 6, p. 654–660, dez. 2012.

DE BRAUW, Alan; GILLIGAN, Daniel O.; HODDINOTT, John; ROY, Shalini. The impact of Bolsa Família on women's decision-making power. *World Development*, v. 59, p. 487–504, 2014. DOI: 10.1016/j.worlddev.2013.02.003.

DE LA FUENTE, T.; HAJJAR, R. Do current forest carbon standards include adequate requirements to ensure indigenous peoples' rights in REDD projects? *International Forestry Review*, v. 15, n. 4, p. 427–441, dez. 2013.

DUBE, L. C.; CHATTERJEE, S. Assessing livelihood impact of forest carbon projects using sustainable livelihood framework. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 27, n. 8, 2022.

ECOSYSTEM MARKETPLACE. *The state of the voluntary carbon markets 2022*.

Washington, DC: Forest Trends Association, 2022. Disponível em:

<https://www.ecosystemmarketplace.com>. Acesso em: 5 set. 2025.

EGAN, A. R.; PETERS, E. B.; WHITSON, T.; BLACK, A. Forest carbon projects in the Ukrainian Carpathians: an assessment of potential community impacts and benefits. *Annals of Forest Research*, v. 60, n. 1, 2017.

ENRÍQUEZ-DE-SALAMANCA, Á. Environmental and social impacts of carbon sequestration. *Integrated Environmental Assessment and Management*, 2024.

FOREST CARBON PARTNERSHIP FACILITY (FCPF); BIOCARBON FUND INITIATIVE FOR SUSTAINABLE FOREST LANDSCAPES. Benefit Sharing Plan: guidance and best practices for emission reductions programs. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/785151594625278269/pdf/Benefit-Sharing-Plan.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

GOVERNOR'S CLIMATE AND FORESTS TASK FORCE (GCF TF). Projetos de carbono de alta integridade na Amazônia brasileira: guia prático sobre conformidade legal e salvaguardas socioambientais. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2025/12/Projetos-de-Carbono-de-Alta-Integridade-na-Amazonia-Brasileira-Guia-Pratico-sobre-Conformidade-Legal-e-Salvaguardas-Socioambientais.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GROOM, B.; VENMANS, F. The social value of temporary carbon removals and delayed emissions. 2024.

HERR, D.; LANDEE, J.; WILSON, R. T.; MARENGO, J. A.; WHEELER, C. An analysis of the potential positive and negative livelihood impacts of coastal carbon offset projects. *Journal of Environmental Management*, v. 235, p. 463–479, 2019.

HOLMES, Rebecca; JONES, Nicola; VARGAS, Rosana; VERAS SOARES, Fabio. Cash transfers and gendered risks and vulnerabilities: lessons from Latin America. London: Overseas Development Institute, 2010. Disponível em: <https://odi.org/documents/555/6042.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

HOWARD, R. J. Unraveling the notion of “fair carbon”: key challenges for standards development. World Development, 2015.

INTEGRITY COUNCIL FOR THE VOLUNTARY CARBON MARKET (ICVCM). Os Princípios Fundamentais do Carbono. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://icvcm.org/pt-pt/os-principios-fundamentais-do-carbono/>. Acesso em: 3 set. 2025.

IPCID; PNUD. Bolsa Família e autonomia feminina. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2014. Disponível em: https://ipcid.org/sites/default/files/pub/pt-br/PRB57PT_Bolsa_Familia_e_autonomia_feminina.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

JINDAL, R.; SWALLOW, B.; KERR, J. Forestry-based carbon sequestration projects in Africa: potential benefits and challenges. [S. l.: s. n.], 2008.

KILL, J. REDD: a collection of conflicts, contradictions and lies. [S. l.: s. n.].

LYSTER, R. REDD+, transparency, participation and resource rights: the role of law. Environmental Science & Policy, v. 14, n. 2, p. 118–126, mar. 2011.

MARASENI, T. N.; TEMARIN, T.; LUCKERT, M. K.; THAPA, B. An assessment of the impacts of the REDD+ pilot project on community forests user groups (CFUGs) and their community forests in Nepal. Journal of Environmental Management, v. 136, p. 37–46, abr. 2014.

McKINSEY & COMPANY. *A blueprint for scaling voluntary carbon markets to meet the climate challenge*. [S.l.]: McKinsey & Company, 2021. Disponível em: <https://www.mckinsey.com>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MELLO, Conrado de Almeida de. *Compartilhamento de benefícios em projetos REDD+*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ; Ministério Público Federal. *Nota técnica: mercado de carbono e direitos de comunidades tradicionais*. Belém: MPPA; MPF, 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/mercado-carbono-direitos-comunidades-nota-tecnica-mpf-mppa>. Acesso em: 13 set. 2025.

NEWMAN, A. J. K.; ROTHMAN, R. H.; STYRING, P. Characterisation of negative social impact risks within pre-deployment carbon dioxide utilisation projects. *Frontiers in Energy Research*, v. 12, art. 1359593, 4 jun. 2024. DOI: 10.3389/fenrg.2024.1359593.

NIELSEN, J. A. E.; STAVRIANAKIS, K.; MORRISON, Z. Community acceptance and social impacts of carbon capture, utilization and storage projects: a systematic meta-narrative literature review. *PLoS One*, v. 17, n. 8, e0272409, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n.º 169 da OIT. Brasília: Governo Federal, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/.../convencao-169-da-oit-1988.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

RHODE, M.; RANA, O.; EDWARDS, T. Data capture & analysis to assess impact of carbon credit schemes. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Data-Capture-%26-Analysis-to-Assess-Impact-of-Carbon-Rhode-Rana/a93b32aaaac9b6848c93c59e72f32ec69f546ebf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RICHARDS, M.; PANFIL, S. N. Towards cost-effective social impact assessment of REDD+ projects: meeting the challenge of multiple benefit standards. *International Forestry Review*, v. 13, n. 1, p. 1–12, mar. 2011.

SCARAMUZZI, Igor. Diagnóstico dos conflitos socioambientais e territoriais e de seus impactos em Cachoeira Porteira, rio Trombetas, Oriximiná, Pará, Brasil. Relatório técnico não publicado, set. 2024.

STAKE, Robert E. *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

ULLAH, A. Forest landscape restoration and its impact on social cohesion, ecosystems, and rural livelihoods: lessons learned from Pakistan. *Regional Environmental Change*, v. 24, n. 1, 2024.

UNFCCC. Decision 1/CP.16: The Cancun Agreements – Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention. 2010. Anexo I: Safeguards for REDD+.

YIN, Robert K. *Case study research and applications: design and methods*. 6. ed. Los Angeles, CA: Sage Publications, 2018.

